



**Universidade de Brasília (UnB)**

**Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)**

**Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)**

**CONTROLE SOBRE OS LIMITADORES DO PLANEJAMENTO PÚBLICO: O  
Exame de Admissibilidade Orçamentária e Financeira realizado pela Comissão de  
Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.**

**THIAGO AUGUSTO DE LIMA DA COSTA E SILVA**

**Brasília - DF**

**2016**

**THIAGO AUGUSTO DE LIMA DA COSTA E SILVA**

**CONTROLE SOBRE OS LIMITADORES DO PLANEJAMENTO PÚBLICO: O  
Exame de Admissibilidade Orçamentária e Financeira realizado pela Comissão de  
Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

**Orientador:**

Prof. Antonio Carlos dos Santos

**Linha de pesquisa:**

Impactos da Contabilidade na Sociedade

**Área:**

Contabilidade, finanças e orçamento públicos

**Brasília - DF**

**2016**

Costa e Silva, Thiago Augusto de Lima da.

**CONTROLE SOBRE OS LIMITADORES DO PLANEJAMENTO PÚBLICO: O Exame de Admissibilidade Orçamentária e Financeira realizado pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.** / Thiago Augusto de Lima da Costa e Silva – Brasília, 2016. 167 f.

Orientador: Prof. Mestre Antonio Carlos dos Santos

Trabalho de Conclusão de curso (Bacharelado) – Universidade de Brasília.

**THIAGO AUGUSTO DE LIMA DA COSTA E SILVA**

**CONTROLE SOBRE OS LIMITADORES DO PLANEJAMENTO PÚBLICO: O  
Exame de Admissibilidade Orçamentária e Financeira realizado pela Comissão de  
Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília submetido à apreciação da banca examinadora como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em 27/06/2016.

**Banca examinadora:**

---

**Professor Mestre Antonio Carlos dos Santos**

**Orientador – Universidade de Brasília (UnB)**

---

**Professor Doutor Marilson Martins Dantas**

**Membro Examinador – Universidade de Brasília (UnB)**

**Brasília - DF**

**2016**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, pelas oportunidades; ao Orientador pelo conhecimento transferido e por todos os auxílios na construção deste trabalho; aos meus Pais por acreditarem em mim, que a educação é um bom caminho, e todo o suporte; à minha Esposa pelo companheirismo e fraternidade; e, ao meu Filho, por me ensinar a olhar para o futuro.

## RESUMO

O presente trabalho tem como foco o planejamento público, evidenciando o impacto das vinculações legais sobre o planejamento. Essa problemática agravasse a medida em que novas legislações são criadas, reduzindo, cada vez mais, o escopo do planejamento a medida em que reduz o montante de recursos disponível na alocação pelo Executivo em ações prioritárias para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, como os investimentos, levando ao Governo Federal utilizar de artifícios como a Desvinculação de Receita da União (DRU) para disponibilizar de recursos. Assim, o exame de admissibilidade orçamentária e financeira realizada pela Comissão Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados, o qual visa inibir o prosseguimento daquelas proposições que estão em dissonância, especialmente com os instrumentos orçamentários de planejamento e com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) assume importância dentro dessa discussão. Portanto, o trabalho visa discorrer sobre a relação entre orçamento e planejamento, a evolução do planejamento no País, as limitações impostas pelas vinculações legais ao planejamento, o exame de admissibilidade orçamentária e financeira, e sobre os resultados obtidos por esse exame, no âmbito da CFT, entre 2009 a 2015. Da análise dos pareceres aprovados pela Comissão no período, ressalta-se que o exame tem limitado, sobretudo a aprovação de proposições de autoria de parlamentares em grande parte devido ao não cumprimento dos critérios impostos pela LRF na criação de gastos diretos e indiretos; e que o Executivo, seguido do Judiciário, é o autor que mais tem criado novas legislações que vinculam, cada vez mais, o orçamento, limitando, assim, o seu próprio planejamento.

**Palavras-chaves:** Planejamento Público. Exame de Admissibilidade Orçamentário e Financeiro. Comissão de Finanças e Tributação. Gastos Vinculados. Universidade de Brasília.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Composição das receitas orçamentárias . . . . .	30
Figura 2 – Cálculo orçamentário . . . . .	31
Figura 3 – Despesas primárias: obrigatórias X discricionárias (2000 – 2014) . . . . .	32
Figura 4 – Exame de Adequação Orçamentária e Financeira . . . . .	36

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de proposições deliberadas pela CFT entre 2009 a 2015, por ano	45
Gráfico 2 – Pareceres aprovados na CFT entre 2009 a 2015	48
Gráfico 3 – Distribuição dos pareceres deliberados pela CFT de 2009 a 2015 pela situação das proposições.	61



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Experiência brasileira em planejamento . . . . .	20
Quadro 2 – Instrumento orçamentários e conceituação constitucional . . . . .	24
Quadro 3 – Conceituação de receita vinculada e não vinculada e de despesa discricionária e obrigatória . . . . .	29
Quadro 4 – Casos de incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária . . . . .	38
Quadro 5 – Classificação e descrição dos motivos que subsidiaram os pareceres aprovados pela CFT . . . . .	46
Quadro 6 – Distribuição das proposições com parecer pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária aprovado na CFT entre 2009 a 2015 por tema . . . . .	54
Quadro 7 – Distribuição das proposições com parecer pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária aprovado na CFT entre 2009 a 2015, por tema . . . . .	59
Quadro 8 – Distribuição das classificações por autoria das proposições com parecer pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária aprovado na CFT entre 2009 a 2015 que foram transformadas em normas. . . . .	61
Quadro 9 – Distribuição das proposições transformada em norma por tema . . . . .	62

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos pareceres aprovados por autoria . . . . .	49
Tabela 2 – Distribuição dos motivos elencados no parecer pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária . . . . .	52
Tabela 3 - Distribuição dos motivos elencados no parecer pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária . . . . .	56

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CEPA	Comissão de Estudos e Projetos Administrativos
CF/88	Constituição Federal de 1988
CFT	Comissão de Finanças e Tributação
CONOF	Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira
DASP	Departamento de Administração do Serviço Público
DRU	Desvinculação de Receita da União
EUA	Estados Unidos da América
FEF	Fundo de Estabilização Fiscal
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSE	Fundo Social de Emergência
GPRA	<i>Government Performance and Result Act</i>
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentária
LOA	Lei Orçamentária Anual
LOA	Lei Orçamentária Anual.
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público
MPU	Ministério Público da União
NI-CFT	Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação
ONU	Organização das Nações Unidas
PART	<i>Program Assessment Rating</i>
PAYGO	<i>Pay as you go</i>
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária de Anual
PPA	Plano Plurianual
PPBS	<i>Planning, Programming and Budgeting System</i>
RFB	Receita Federal do Brasil
Seplan	Secretária de Planejamento
SOF	Secretária de Orçamento Federal
RICD	Regimento Interno da Câmara dos Deputados
TCU	Tribunal de Contas da União
TVA	Administração do Vale do Tennessee

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO . . . . .	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO . . . . .	16
2.1 Orçamento como instrumento de planejamento . . . . .	16
2.2 Experiência brasileira em planejamento . . . . .	19
2.3 Institucionalização do Planejamento Estatal . . . . .	22
2.4 Limitação legal ao planejamento público . . . . .	27
2.5 compatibilizar e adequar o planejamento com a produção legisferante . . . . .	35
3 METODOLOGIA . . . . .	43
4 ANÁLISE DE DADOS . . . . .	48
4.1 Proposições apreciadas pela CFT entre 2009 e 2015 . . . . .	48
4.2 Proposições deliberadas pela CFT como incompatível e inadequadas . . . . .	51
4.3 Proposições deliberadas pela CFT como compatível e adequadas . . . . .	55
4.4 Normalização dos pareceres . . . . .	60
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS . . . . .	63
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO . . . . .	66
APÊNDICE A . . . . .	71

## 1 INTRODUÇÃO

O controle sobre os gastos governamentais nas últimas décadas tem ganhado importância na agenda política e a temática orçamentária tem evoluído na busca de uma ação estatal mais planejada, que consiga propiciar maior retorno aos impostos pagos e melhor eficiência dos serviços públicos prestados à sociedade.

O aumento do gasto público no Brasil foi influenciado por uma política desenvolvimentista que, a partir de 1930, visou impulsionar o desenvolvimento industrial, sendo o Estado o principal indutor desse processo, via investimento público financiado por endividamento externo. Esse processo tornou a ação estatal mais complexa, o que exigiu maior planejamento público (GIAMBIAGI, 2011; MATOS, 2002).

A partir do governo de Vargas, o Brasil iniciou sua experiência em planejamento público com a implantação de diversos planos de desenvolvimento. No regime militar, o planejamento e o orçamento por programas são institucionalizados, evidenciando a importância do orçamento como instrumento de planejamento. Contudo, no decorrer da década de 1970, o modelo de financiamento público brasileiro, em decorrência da crise de liquidez internacional, se exauriu. Isto exigiu uma mudança da perspectiva estatal em face ao equilíbrio fiscal (BRESSER PEREIRA, 1991; BRESSER PEREIRA, 1996; MATOS, 2002).

Durante a década de 1980, o País vivenciou um cenário inflacionário sem precedentes, sendo o descontrole das finanças públicas uma das variáveis que corroborou para esse ambiente inflacionário. Esse cenário limitou qualquer ação de planejamento. Ao final dessa década, a perspectiva neoliberal que já orientava a ação estatal dos países desenvolvidos norteou a construção do Consenso de Washington, que passou a ser a política do Fundo Monetário Internacional (FMI) para os países latino-americanos afetados pela crise. Essa política orientava no sentido de que o Estado devesse ter disciplina fiscal, ou seja, o Estado deveria limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público (BRESSER PEREIRA, 1996).

A adoção do Plano Real, orientado pela perspectiva neoliberal, viabilizou o controle inflacionário. Esse controle possibilitou que o planejamento fosse retomado, tanto que em 1995 houve a criação do Ministério de Planejamento e Orçamento (MPOG, 2012). A partir de então, o planejamento público teve como norte o equilíbrio fiscal, sobretudo após a crise da Rússia, na qual o Brasil necessitou de socorro do FMI, se comprometendo a realizar o ajuste fiscal. Nesse contexto foi sancionada a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) na qual se reforçou a necessidade do equilíbrio fiscal, estabelecendo determinados limites para a ampliação de alguns gastos públicos (BRESSER PEREIRA, 1996; NASCIMENTO e DEBUS, 2001).

No processo evolutivo do planejamento público brasileiro, a Constituição Federal de 1988 institucionalizou importantes instrumentos orçamentários: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a própria Lei Orçamentária Anual (LOA). Não por acaso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) reforçou a importância desses instrumentos, haja vista que possibilitou aos governantes programar seus gastos em consonância com suas capacidades arrecadatórias, evitando, assim, desequilíbrios orçamentários, os quais, não de regra, têm como consequência os déficits públicos e suas respectivas consequências (NASCIMENTO e DEBUS, 2001).

Por outro lado, uma problemática que vem restringindo a ação de planejamento é a quantidade de vinculações de receitas e de despesas obrigatórias impostas por leis, as quais reduzem a discricionariedade que os governantes dispõem na alocação de recursos em ações prioritárias para o desenvolvimento econômico e social. No caso brasileiro, a margem de discricionariedade é baixa, em torno de 20% do orçamento aprovado, o que tem levado o Governo Federal a valer-se de artifícios como a Desvinculação de Receita da União (DRU), a fim de dispor de recursos para alocar em projetos de desenvolvimentos prioritários (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015).

Portanto, observa-se que a legislação, ao mesmo tempo, que induz a utilização do planejamento, ela o limita ao vincular receita ou obrigar gastos diretos e indiretos e, assim, diminuir o escopo de ação dos governantes em alocar recursos em ações prioritárias para o desenvolvimento do País, haja vista que essas imposições legais estão alheias a qualquer critério de oportunidade e a margem de qualquer ação de planejamento. Dado a necessidade do equilíbrio fiscal e o atingimento das metas fiscais estabelecidas na LDO, qualquer alteração do montante arrecado previsto na construção do orçamento sacrifica os recursos destinados ao planejamento, pois, apenas sobre esse recurso, o governante tem discricionariedade e gestão legal.

Dentre os atores que, constitucionalmente, possuem competência para apresentar proposições e possuem incentivos eleitorais para criar gastos diretos e indiretos são os parlamentares, haja vista que há uma maior proximidade com os eleitores que os demandam no intuito de garantir direitos, além disso, mesmo que o orçamento seja aprovado pelo Legislativo, há um distanciamento do Legislativo da execução dos gastos, necessitando que os parlamentares troquem apoio nas votações de matérias do Executivo no Congresso em favor de liberação de recursos para suas demandas que estão vinculadas ao atendimento de necessidades de suas bases eleitorais, essa troca de favores é comumente noticiado pela grande mídia nacional. Portanto, os parlamentares são agentes potenciais que poderiam agir contra o planejamento na

medida que estão mais propensos a atender as demandas eleitorais e detém prerrogativa constitucional para propor matéria.

Nessa esteira, o exame de admissibilidade orçamentária e financeira realizado pelo Legislativo é uma importante ação que visa contribuir com o planejamento estatal e, conseqüentemente, com o equilíbrio fiscal, na medida em que averigua o impacto orçamentário e financeiro das proposições que tramitam no Congresso Nacional, utilizando, para tanto, sobretudo de critérios estabelecidos na Constituição Federal, na LDO e na LRF para criação ou expansão de despesas ou renúncia de receitas.

Conforme o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), dentre as comissões que possuem a atribuição de realizar o exame de admissibilidade orçamentária e financeira, destaca-se a Comissão de Finanças e Tributação (CFT), haja vista que grande parte das proposições que tramitam no Congresso Nacional e possuem implicação orçamentária são apreciadas por esta Comissão.

Em função disso o presente estudo estabeleceu como questionamento o seguinte: o exame de admissibilidade orçamentária e financeira realizado pelo Poder Legislativo, no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), entre 2009 a 2015, tem contribuído para manutenção do planejamento estatal?

Assim, o objetivo geral do presente trabalho é averiguar se o exame efetuado pela CFT tem contribuído para evitar que proposições em dissonância com o planejamento orçamentário e financeiro, sobretudo de parlamentares se efetivem como norma, reduzindo o escopo desse planejamento e potencializando o desequilíbrio fiscal.

Para tanto, os objetivos intermediários estabelecidos são os seguintes:

- a) Demonstrar a capacidade que os Poderes têm de interferir no planejamento orçamentário e financeiro da União.
- b) Evidenciar os motivos que levam as proposições a serem consideradas como incompatíveis e inadequadas com o planejamento orçamentário e financeiro.
- c) Evidenciar os motivos que levam as proposições a serem consideradas como compatíveis e adequadas com o planejamento orçamentário e financeiro.
- d) Analisar os desfechos das proposições apreciadas.

A presente pesquisa se justificativa em decorrência da dificuldade que o Governo Federal tem apresentado na alocação de recursos em investimento que potencializam a produção interna, bem como a empregabilidade, favorecendo o crescimento econômico e social do País e aumentando o Produto Interno Bruto (PIB) que, conseqüentemente, aumenta a arrecadação pública. O aumento da receita, por sua vez, facilita o cumprimento das metas

fiscais, algo que, nos últimos anos, não tem sido conseguido, necessitando que o Congresso Nacional aprove a redução da meta de superávit primário ao final do prazo de sua aferição. O Governo Federal em reiteradas ocasiões tem alegado que tal dificuldade está relacionada a pouca margem de discricionariedade no orçamento, isto é, na alocação de recursos. Portanto, essa justificativa coloca no cerne da problemática a rigidez orçamentária oriunda da grande quantidade de gasto obrigatório direto e indireto. Enfim, observa-se que esses gastos obrigatórios têm comprometido o planejamento estatal, sendo recorrente a revisão das metas estabelecidas próximo ao fim do exercício, demonstrando que o planejamento não tem desempenhado seu papel que é dar maior previsibilidade do comportamento das contas públicas no decorrer do exercício.

A organização do presente trabalho está disposta, além desta introdução, no referencial teórico, no qual será retomada as principais discussões acadêmicas e levantada as legislações pertinentes à temática abordada; na metodologia, na qual será discorrido sobre a classificação metodológica, a amostra, a forma de coleta de dados, a classificação utilizada para agregar os dados coletados e a maneira de análise; na análise de dados, no qual serão apresentadas e analisadas as informações agregadas da amostra estudada, por meio de gráficos, tabelas e quadros; e, por último, nas considerações finais, no qual serão expostos os resultados obtidos frente aos questionamentos inicialmente feitos e as inferências realizadas no âmbito da pesquisa, além de sugestões para futuras pesquisas.



## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Orçamento como instrumento de planejamento

A origem do orçamento remonta à Inglaterra do Século XIII. Ele surgiu como um instrumento de controle à arbitrariedade da Coroa na criação de novos impostos. A concepção orçamentária foi contemporânea da gênese do Estado de Direito e do sistema de representação parlamentarista, que também tinham o condão de limitar os poderes do soberano e, ao mesmo tempo, instituir uma nova metodologia de governar.

Esse contexto propiciou a criação do orçamento em sua concepção tradicional que possuía como principal função o controle político sobre o monarca. O controle contábil e financeiro era consequência do controle político, e o aspecto econômico possui posição secundária. O controle político introduzido pelo orçamento tradicional também será vivenciado nas revoluções francesas e americanas, sendo também aludido como estopim da Inconfidência Mineira, no caso brasileiro (GIACOMONI, 2012). À época, dominava a concepção liberal, que priorizava o equilíbrio das contas públicas e evitava a ampliação dos gastos. Ou seja, as funções do Estado eram reduzidas, limitando-as precipuamente à segurança nacional.

Em decorrência dos sucessivos déficits públicos vivenciados pela economia americana na virada do século XIX para o XX, provocados, principalmente, pelo descontrole das despesas públicas e do aumento das atribuições estatais, a partir de 1912, o Governo Americano, com a criação da Comissão de Economia e Eficiência, iniciou um debate sobre a reforma orçamentária. Essa discussão foi influenciada, sobretudo, pela visão empresarial que vislumbrava no orçamento um potencial instrumento que permitiria ao Governo ser mais eficiente e necessitasse de menos recurso, diminuindo, assim, a carga tributária, bem como, reduzisse as pressões sociais por mais serviços públicos. (GIACOMONI, 2012; PIRES e MOTTA, 2006)

Nessa esteira, a experiência do Departamento de Agricultura, e a Administração do Vale do Tennessee (TVA) na década de 30, representou um grande avanço na técnica orçamentária, por adotar classificações por projeto e por programas, permitindo, assim, a aproximação da técnica orçamentária do planejamento, que começava a ter ampla aceitação como instrumento de gestão junto a vários setores da sociedade. Os departamentos militares também utilizaram o planejamento e orçamento por programa durante a Segunda Guerra mundial. Essas experiências contribuíram para que a Comissão Hoover propusesse em 1949 um orçamento estruturado na

forma de funções, atividades e projetos, denominado orçamento de desempenho (GIACOMONI, 2012; PIRES e MOTTA, 2006; MATOS, 2002).

Assim, em consequência desses aprimoramentos, em 1950, o Congresso Americano aprovou a Lei de Processo do Orçamento e Contabilidade,

integrando efetivamente o planejamento e o orçamento como ferramentas indispensáveis à administração pública. Criou-se a metodologia do orçamento para o programa, a partir de uma concepção gerencial que procurava definir o planejamento e as ações executivas da gestão pública e, para tanto, incorporava os custos dos programas do governo (Pires e Motta, 2006, p. 19).

Em razão da ampliação das atribuições governamentais, especialmente pela adoção da política desenvolvimentista, o Estado necessitou da adoção de novos enfoques de planejamento, de controle e de gestão, que, em harmonia com os controles tradicionais, ampliavam seus resultados econômicos e o desempenho da ação governamental (KASHIWAKURA, 1997). A adoção de uma política de desenvolvimento focada no gasto público, incorporou a necessidade do planejamento na elaboração do plano de desenvolvimento, e da estratégia para o atingimento dos objetivos econômicos e sociais definidos no plano. Então, o Orçamento-Programa tornou-se um importante instrumento de planejamento e de controle acerca da ação estatal e da utilização dos recursos públicos. (GIACOMONI, 2012)

O Orçamento-Programa possibilita que a elaboração do orçamento seja feita em função do que se pretende realizar no futuro. Assim, o orçamento passa a ser um instrumento de planejamento, permitindo identificar os programas de governo, os projetos e atividades a serem realizados, além de estabelecer objetivos, metas, custos e resultados a serem alcançados (SANTOS, MARQUES e GOUVEIA, 2011).

Pinto (1956 apud PIRES e MOTTA, 2006, p. 17) evidencia que o significado de orçamento remete ao significado de planejar e calcular. Assim, “o efeito de planejar as ações está há muito tempo intimamente vinculado às ações orçamentárias”.

Ramos (2004 apud SOUSA, 2008, p. 13), ressalta que

as modernas teorias político-administrativas do Estado Democrático de Direito consolidaram o orçamento como o mais importante instrumento de planejamento, o qual deve espelhar os planos e as prioridades da sociedade. (...) Orçamento público representa o mais importante instrumento de política fiscal no Brasil, por meio do qual o Estado executa as três funções econômicas clássicas: alocativa, distributiva e estabilizadora. Trata-se, portanto, de instrumento de planejamento que reflete as decisões políticas com vistas ao atendimento das demandas sociais.

Nos Estados Unidos da América (EUA), a orçamentação por programas permitiu o surgimento de diversas outras técnicas orçamentárias, dentre as quais pode-se destacar: o *program budgeting*, o *output budget* e o *zero-base budgeting*. Essas metodologias

influenciaram mais recentemente, naquele país, a construção do orçamento por desempenho no início da década 1990. Essa metodologia “relaciona, de um lado, os recursos alocados e, do outro, resultados mensuráveis em termos de políticas públicas de modo a gerar informações que auxiliem o processo de tomada de decisão pelos governantes e gestores públicos” (CAVALCANTE, 2009, p. 5). No orçamento por desempenho há uma clara valorização da avaliação dos programas, haja vista que o objetivo está centrado nos resultados dos programas governamentais. Posavac e Carey (1992 apud CAVALCANTE, 2009, p.6) informam que a avaliação de programa

é um conjunto de métodos, habilidades e sensibilidades necessárias para determinar se o serviço é necessário e útil, se é suficientemente capaz de atingir o objetivo identificado, se o serviço é ofertado conforme planejado, e se o serviço de verdade ajuda as pessoas que precisam dele num custo razoável sem efeitos colaterais indesejáveis.

No início da década de 1990, o orçamento por desempenho foi formalizado nos EUA por meio do *Government Performance and Result Act* (GPRA), cujo principal objetivo está focado no que o governo federal vai alcançar, e não mais no que vai gastar. O GPRA tem três principais fundamentos, que são: melhorar as decisões do Congresso na alocação de recursos no orçamento, promover o aprimoramento da gestão interna dos programas governamentais; e elevar o *accountability* (CAVALCANTE, 2009; FREITAS, 1999). Contudo, os resultados obtidos nos 8 primeiros anos do GPRA foram insatisfatórios, levando o Governo do Presidente Bush, em 2002, a criar o *Program Assessment Rating Tool* (PART), que é “um instrumento de gestão que determina as potencialidades e fraquezas dos programas federais com uma ênfase particular nos resultados individuais” (CAVALCANTE, 2009, p. 12).

Essas experiências americanas já chegaram ao Brasil. Entretanto, conforme afirma Giacomoni (2012), a instabilidade política é um dos principais fatores que impedem a implementação de um sistema de planejamento mais avançado, tendo em vista que geram incertezas econômicas, tornando qualquer tarefa de projeção extremamente complexa e imprecisa. Ou seja, para o Brasil possa implantar uma metodologia orçamentária mais avançada é necessário tornar seu ambiente político, e, conseqüentemente, econômico, mais estável.

## 2.2 Experiência brasileira em planejamento

Até a década de 1930, houve poucas tentativas de planejamento no Brasil, embora houvesse algum planejamento na política econômica na defesa do café<sup>1</sup>. No âmbito social, as políticas eram fragmentadas e emergenciais, as ações no âmbito da saúde se restringiam ao combate de epidemias, a rede escolar era reduzida e de caráter elitista, a previdência era predominantemente privada e a habitação não era considerada como objeto de política pública (MEDEIROS, 2001). Nesse período, as concepções econômicas do livre comércio orientavam no sentido de pouca intervenção estatal na economia e na esfera social. Portanto, o planejamento brasileiro, até então, era marcado pela ocasionalidade e ausência de continuidade (MATOS, 2002).

A partir da década de 1930, com a adoção de uma concepção desenvolvimentista, o Estado iniciou uma série de ações com o intuito de modernizar o País, sobretudo no âmbito industrial. O Estado, desde então, passa a agir em diversos setores importantes nesse processo, sendo ordinária a criação de empresas estatais. Esse modelo de desenvolvimento foi em grande parte financiado por meio do endividamento externo. (MATOS, 2002; GIAMBIAGI, 2011)

No pós-guerra, a ação estatal planejada foi intensamente utilizada, especialmente pelos países europeus envolvidos na guerra. No Brasil, os mecanismos de planejamento econômico se sofisticaram, com a criação de organismos específicos para pesquisar a realidade brasileira e determinar técnicas de programação econômica. Várias tentativas de coordenar, controlar e planejar a economia foram realizadas (MATOS, 2002).

Entre os anos de 1950 até 1991, quando é elaborado o primeiro PPA sobre os ditames da Constituição Federal de 1988, o Brasil vivenciou uma vasta experiência em planejamento, com a elaboração e execução de vários planos governamentais de cunho econômico, administrativo e social, que priorizaram sobre tudo o desenvolvimento do País e, mais recentemente, o controle inflacionário. A experiência em planejamento brasileiro não se limita aos planos elaborados no âmbito nacional, mas também no âmbito setorial, que além de guiar o investimento público também orientou o setor privado (GIACOMONI, 2012). Concomitantemente, houve o incentivo estatal de criar uma tecnocracia que permitisse elaborar

---

<sup>1</sup> A posse de Prudente de Moraes a presidência em 1894 marca a subida da oligarquia no Executivo e a valorização da política do Café-com-Leite em nível federal até o final dos anos 1920. A Política do Café-com-Leite permitia que a burguesia cafeeira controlasse a política monetária e cambial e a tomada de empréstimos internacional para a compra do café excedente. A política de desvalorização do câmbio, conhecida como “socialização das perdas”, favorecia a exportação do café enquanto que onerava a sociedade em razão da própria desvalorização da moeda e do aumento do custo de vida.

e executar os planos, como por exemplo, o Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), a Comissão de Estudos e Projetos Administrativos (CEPA), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

No quadro a seguir, estão dispostas as primeiras experiências em planejamento, em nível nacional, implementadas no Brasil até a elaboração do primeiro PPA em 1990, durante o Governo de Collor.

Quadro 1 - Experiência brasileira em planejamento.

<b>Presidente</b>	<b>Plano</b>	<b>Período</b>
Getúlio Vargas	Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional	1939 -1944
Getúlio Vargas	Plano de Obras e Equipamentos	1944 - 1946
Dutra	Plano SALTE	1950 - 1951
Juscelino Kubistchek	Plano de Metas	1956 - 1961
João Goulart	Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social	1963 - 1964
Castelo Branco	Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG)	1964 - 1967
Costa e Silva	Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social	1967
Costa e Silva	Programa Estratégico de Desenvolvimento <sup>1</sup> (PED)	1968 - 1970
Médici	Metas e Bases para a Ação do governo <sup>2</sup>	1970 - 1973
Médici	I Plano Nacional de Desenvolvimento	1970 - 1973
Geisel	II Plano Nacional de Desenvolvimento	1975 - 1979
Figueiredo	III Plano Nacional de Desenvolvimento	1980 – 1985
Sarney	I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República	1986 – 1989

Fonte: GIACOMONI (2012) e MATOS (2002). Elaborado pelo autor.

Notas: <sup>1</sup>Aprovado o primeiro Orçamento Plurianual de Investimento

<sup>2</sup> Documento com intensões do governo

Os planos brasileiros tiveram o enfoque econômico de dinamizar a indústria brasileira, contudo, em decorrência das pressões sociais e da urbanização incentivada pela modernização industrial, o Estado viu-se obrigado também a prestar serviços públicos à sociedade, necessitando também que a ação estatal fosse planejada no escopo social (MEDEIROS, 2001).

No campo econômico, os países capitalistas, durante os anos 1970, vivenciaram uma crise de liquidez internacional em decorrência das duas crises do petróleo que ocorreram nesse período. Essas crises desencadearam nessas economias uma forte crise com altas taxas de inflação, acompanhadas por um baixo crescimento. As décadas de 1960 e 1970 marcaram o ápice da participação do Estado na economia. A estagnação dos principais países europeus e dos Estados Unidos solaparam as bases da teoria de Keynes, permitindo emergir a perspectiva

neoliberal que redefiniram as funções do Estado e da burocracia (BRESSER PEREIRA, 1996; GIAMBIAGI, 2011; SHIKIDA, 1995).

Em decorrência da crise internacional, o Brasil, que possuía como base de financiamento dos gastos públicos o endividamento externo, começou a se deparar com a redução na oferta de crédito internacional, forçando o País a aumentar a carga tributária e a buscar a progressiva diminuição do déficit público. A política macroeconômica concentrou seus esforços na estabilidade econômica, através do controle da inflação, das contas públicas e do setor externo (GIACOMONI, 2012; MATOS 2002).

Até o II Plano Nacional de Desenvolvimento de 1979, as ações do Estado eram permeadas pela perspectiva desenvolvimentista, a partir de então até o Plano Real as ações do Estado visaram à estabilização da economia (MATOS, 2002). Conforme dispõe o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) “a partir dos anos 80, em tempos de inflação elevada, houve um reordenamento das ações desenvolvidas, relegando ao segundo plano as atividades de planejamento, em favor do desenvolvimento de medidas de curto prazo” (MPOG, 2012). O Brasil viveu um período de inflação sem precedentes e, apenas em 1994, com a estabilização dos preços, fruto do Plano Real, foi que as condições de crescimento retornam (BRESSER PEREIRA, 1996). Durante a vigência do ambiente inflacionário no Brasil, a atividade de planejamento ficou comprometida. Contudo, com a estabilização econômica essa atividade foi revigorada, sendo criado o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) em 1995.

Em decorrência da crise econômica internacional que assolou os países em desenvolvimento durante a década 1980, foi aprovado em 1989 um termo de ajustamento macroeconômico intitulado Consenso de Washington, que passou a ser a política oficial do Fundo Monetário Internacional (FMI). Entre as reformas propostas, há uma preocupação com a disciplina fiscal, isto é, o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público (BRESSER PEREIRA, 1991).

Essa perspectiva neoliberal subsidiou a gestão presidencial de Fernando Henrique Cardoso que, após a estabilização da moeda realizada durante a gestão de Itamar Franco, pôde implementar diversas ações e ajustes na busca do equilíbrio fiscal, como por exemplo: a Lei Camata I, que disciplinava os limites das despesas com funcionalismo público; o Programa de apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados; e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Essas ações visavam dar sustentabilidade fiscal ao governo brasileiro. A busca do equilíbrio fiscal do Estado Brasileiro, após a Constituição Federal de 1988, passou a nortear o planejamento público, sendo substancialmente reforçado após a sanção da LRF, que instituiu

mecanismos que permite maior controle sobre a gestão pública, como é o caso do demonstrativo de resultado primário e do estabelecimento de limites para determinadas despesas no âmbito das três esferas de governo.

### **2.3 Institucionalização do Planejamento Estatal**

Acerca da institucionalização do planejamento no Brasil, pode-se elencar três fatos legais importantes: o Decreto-Lei 200/1967, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Bem como, um fato administrativo, a reforma gerencial do orçamento em 1998. Certamente, há outros fatos importantes, mas esses são marcos que definem o sistema de planejamento e orçamento no Brasil.

O Decreto-Lei 200/1967 (BRASIL, 1967) estabeleceu o planejamento como princípio fundamental para a Administração Federal, além de instituir o orçamento-programa. A seguir, estão dispostos os principais dispositivos vinculados ao sistema de planejamento e de orçamento brasileiro constantes desse instrumento legal, haja vista eles ainda vigoram no Brasil.

#### **TÍTULO II - DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**

Art. 6º As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais:

I - Planejamento.

[...]

#### **CAPÍTULO I - DO PLANEJAMENTO**

Art. 7º A ação governamental obedecerá a planejamento que vise a promover o desenvolvimento econômico-social do País e a segurança nacional, norteando-se segundo planos e programas elaborados, na forma do Título III, e compreenderá a elaboração e atualização dos seguintes instrumentos básicos:

- a) plano geral de govêrno;
- b) programas gerais, setoriais e regionais, de duração plurianual;
- c) orçamento-programa anual;
- d) programação financeira de desembólso.

#### **TÍTULO III - DO PLANEJAMENTO, DO ORÇAMENTO-PROGRAMA E DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA**

Art. 15. A ação administrativa do Poder Executivo obedecerá a programas gerais, setoriais e regionais de duração plurianual, elaborados através dos órgãos de planejamento, sob a orientação e a coordenação superiores do Presidente da República.

[...]

Art. 16. Em cada ano, será elaborado um orçamento-programa, que pormenorizará a etapa do programa plurianual a ser realizada no exercício seguinte e que servirá de roteiro à execução coordenada do programa anual.

Parágrafo único. Na elaboração do orçamento-programa serão considerados, além dos recursos consignados no Orçamento da União, os recursos extra-orçamentários vinculados à execução do programa do Governo.

Art. 17. Para ajustar o ritmo de execução do orçamento-programa ao fluxo provável de recursos, o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Ministério da Fazenda elaborarão, em conjunto, a programação financeira de desembolso, de modo a assegurar a liberação automática e oportuna dos recursos necessários à execução dos programas anuais de trabalho.

Art. 18. Toda atividade deverá ajustar-se à programação governamental e ao orçamento-programa e os compromissos financeiros só poderão ser assumidos em consonância com a programação financeira de desembolso.

Assim, o Orçamento-Programa foi inicialmente instituído pelo Decreto-Lei 200/1967 sob a influência da Organização das Nações Unidas (ONU) que, inspirada nas experiências norte-americanas do *performance budget* e do *Planning, Programming and Budgeting System* (PPBS) sistematizou essa metodologia e, por meio de manuais e seminários, difundiu essa técnica pelo mundo durante as décadas de 1950 e 1960 (KASHIWAKURA, 1997, MATOS 2002). Contudo, a efetividade prática do Orçamento-Programa no Brasil só se materializou com a edição do Decreto 2829/1998 que disciplinou a elaboração do PPA 2000 – 2003.

Anteriormente ao Decreto-Lei 200/1967, foi editada a Lei 4320/1964 que, no âmbito das finanças públicas, visou organizar as contas públicas. Pois, a ausência de sistematização não permitia a agregação de dados macroeconômicos que efetivassem o planejamento público. A sistematização das contas públicas foi um primeiro passo para implantação do Orçamento-Programa. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), “a Lei nº 4.320/1964, apesar de não instituir formalmente o orçamento-programa, introduziu em seus dispositivos [art. 2º] a necessidade de o orçamento evidenciar os programas de governo” (MCASP, 2015, p. 92).

Posteriormente, em complemento ao citado Decreto-Lei, foi editada a Portaria da Secretária de Planejamento (Seplan) 9/1974 que instituiu para todos os entes da federação a classificação funcional-programática. Essa portaria tentou viabilizar o Orçamento-Programa e, assim, induzir o planejamento governamental (BARCELOS e CALMON, 2014).

A Constituição Federal de 1988 ratificou e ampliou o processo de planejamento estatal já que, em seu art. 165, delineou o sistema de planejamento e de orçamento, no qual integram o PPA, a LDO e a LOA. O Quadro 2 dispõe os conceitos constitucionais sobre cada um desses instrumentos.



Quadro 2 - Instrumentos orçamentários e conceituação constitucional.

Instrumento	Conceituação
PPA	Estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
LDO	Compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
LOA	Compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; e o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Fonte: Constituição Federal de 1988, art. 165. Elaborado pelo autor.

Esses instrumentos visam vincular o planejamento de médio prazo ao processo orçamentário anual, buscando que a execução anual esteja sempre orientada pelo planejamento de médio prazo. Assim:

a intenção do constituinte foi estabelecer um processo de planejamento no qual o PPA daria os grandes rumos das políticas públicas, fixando os investimentos prioritários e estabelecendo metas qualitativas e quantitativas. Caberia à LDO desdobrar as metas do PPA, ano após ano, colocando-as nos padrões compatíveis com a realidade fiscal e estabelecendo as prioridades para o orçamento do exercício seguinte. A LOA, por sua vez, seria a execução prática daquelas prioridades (SOUSA, 2008, p. 7).

A Carta Magna de 1988 determinou a utilização do planejamento equilibrado e compatível com os planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social para o setor público, sendo de competência do Executivo a elaboração e a execução dos planos nacionais e regionais, do PPA, da LDO e da LOA.

Conforme entendimento de Nascimento e Debus (2001, p. 16), consubstanciado no §7º do art. 165 da CF/88, as disposições concernentes à regionalização do PPA são pertinentes apenas ao PPA da União, pois coube à União a redução das desigualdades regionais. Essa redução seria alcançada por meio do investimento público, “do qual o PPA vem a ser o instrumento canalizador de recursos”.

Garcia (2000) evidencia que o PPA coordena as ações governamentais e subordina todos os seus propósitos, mesmo aquele que não tenham sido previstos. Para o autor, esse instrumento

foi criado com o intuito de explicitar as intenções do governo, dar coerência às ações ao longo do tempo e organizar as intervenções parlamentares no orçamento.

Até a sanção da LRF, o PPA, a LDO e a LOA eram elaborados para dar um cumprimento formal e legal. A LRF resgatou o papel desses instrumentos para o planejamento, ao determinar que a LOA deve ser compatível com o PPA e com a LDO, demonstrando o elo entre a LRF e o sistema de planejamento e orçamento e a sua importância para uma ação estatal planejada (SOUSA, 2008).

A LRF ressaltou a importância da LDO que, até então, possuía função básica de orientar a elaboração da LOA. Contudo, com a edição da LRF, a LDO recebeu novas funções que são de suma importância para o planejamento. A LDO passa a definir os parâmetros de alocação de recursos na LOA e, assim, garantir a realização dos objetivos e das metas estipuladas no PPA, ou seja, a LDO tem o papel de compatibilizar as diretrizes do PPA às disponibilidades de caixa prevista para determinado exercício financeiro (NASCIMENTO e DEBUS, 2001).

O texto da LRF aprovado pelo Congresso Nacional previa, no § 1º do art. 3º, a existência do Anexo de Política Fiscal, no qual seriam estabelecidos os objetivos e metas plurianuais de política fiscal a serem alcançados durante o período de vigência do plano, demonstrando a compatibilidade deles com as premissas e objetivos da política econômica nacional e de desenvolvimento social. Esse dispositivo foi vetado pelo Presidente da República sob a alegação de que o prazo estabelecido no caput do art. 3º para sanção do PPA<sup>2</sup> era reduzido, além de inviabilizar o aperfeiçoamento metodológico e a seleção criteriosa de programas e ações prioritárias de governo (NASCIMENTO e DEBUS, 2001). Certamente, o anexo de política fiscal ampliaria as bases do planejamento público.

Dentre as inovações surgidas, a LRF passa a exigir na LDO o Anexo de Metas Fiscais no qual são estabelecidas as metas anuais para as previsões das receitas e das despesas, o resultado nominal e primário e o montante da dívida pública para um período de três anos. Esse Anexo permitiu maior controle do equilíbrio fiscal e do endividamento público.

Através do Anexo de Metas Fiscais, a LDO já integra planos e orçamentos com uma espécie de ‘um planejamento rolante para três anos’, com caráter mandatório para o primeiro exercício e de sinalização para os dois seguintes (NUNES, 2006, p. 15).

A LRF também exige que no Anexo de Metas Fiscais da LDO contenha o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado. Esses dois elementos são importantes, pois “trarão impacto

---

<sup>2</sup> Art. 3º. O projeto de lei do plano plurianual de cada ente abrangerá os respectivos Poderes e será devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.

sobre a Receita Corrente Líquida e sobre o Resultado Primário, e o administrador deverá observar a coerência entre as ações planejadas e os resultados pretendidos” (NASCIMENTO e DEBUS, 2001, p. 18).

A reforma orçamentária realizada em 1998 alterou conceitual e metodologicamente a elaboração e gestão do PPA 2000-2003. Essa reforma foi influenciada por uma concepção neoliberal de administração gerencial que almejava conferir ao Estado uma administração enxuta, efetiva e eficiente (BRESSER PEREIRA, 1996; NEIVA, LIMA e ABREU, 2011).

Garcia (2000) relata que a experiência brasileira com a edição dos PPA 1991-1995 e PPA 1996-1999 demonstra que esses planos foram elaborados sem uma teoria e uma metodologia própria de um plano plurianual ou de um planejamento de médio prazo, evidenciando a ausência de importância que o Executivo dedicava ao processo de planejamento governamental.

Já Nunes (2006) informa que a alteração começa a ocorrer com o Programa Brasil em Ação de 1996. Esse programa selecionou 42 projetos prioritários que passaram a ser executados conforme um modelo de gerenciamento, de cunho mais empresarial, que enfatizava a obtenção de resultado por meio do acompanhamento sistemático e detalhado, surgindo a figura do gerente de projetos e a implantação do Sistema de Informações Gerenciais. Esse Plano representou um importante passo para o planejamento público ao reduzir o caráter formal, normativo e pouco dinâmico, e ao incorporar elementos de gestão ao Plano (GARCIA, 2000).

Posteriormente, foi constituído um Grupo de Trabalho, por meio da Portaria Interministerial 270 /1997, com o intuito de elaborar o projeto de lei complementar de que dispõe o §9º do art. 165 da Constituição Federal. Esse Grupo buscou integrar o planejamento com a programação orçamentária. Dentre as inovações surgidas, o Programa tornou-se a unidade básica de organização do PPA, integrando o plano com o orçamento. Garcia (2000, p. 20) salienta que essa nova metodologia foi “um importante passo no sentido da adoção da técnica e Orçamento por Programas”. Assim:

O PPA deixou de ser uma carta de boas intenções em que anualmente se repetiam alguns objetivos gerais, para voltar-se para a resolução de problemas concretos. Os programas passaram a ser construídos com objetivos específicos, voltados para a solução de problemas quantificados por indicadores. As ações que compunham cada programa, por sua vez, passaram a ter metas físicas. Essa metodologia, aliada a alterações contábeis da execução financeira, permitiu o monitoramento das políticas públicas (Nunes, 2006, p. 3).

Em decorrência do trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho, foi editado o Decreto 2.829/1998 que estabelece normas para a elaboração e execução do Plano Plurianual e dos

Orçamentos da União. Nessa mesma esteira, também foi editada a Portaria MOG 42/1999 que possibilitou a operacionalização do Decreto. Garcia (2000, p. 21) informa que

os dois instrumentos conformam os marcos da reforma do sistema de planejamento e orçamentos públicos. [...] estabelecem que, para elaboração e execução do PPA e dos Orçamentos, toda a ação finalística do governo será ‘estruturada em programas orientados para a consecução dos objetivos estratégicos definidos para o período do Plano’.

Embora tenha havido avanços no escopo do planejamento público, há críticas sobre a sua efetividade, sendo comuns apontamentos acerca da inércia do Executivo e do Legislativo na sanção das leis sobre finanças públicas, conforme dispõe a Constituição Federal, bem como a existência de planos paralelos ao PPA e a prática de aprovar o orçamento antes do planejamento (GARCIA, 2000; NUNES 2006; SOUSA, 2008).

Ao tempo em que a legislação brasileiro sinaliza a importância do planejamento público através da adoção de instrumentos orçamentários, da metodologia do Orçamento-Programa e da responsabilização fiscal; ela também reduz o escopo desse planejamento, como será visto na próxima seção, a medida em que vincula receitas e despesas e, assim, reduz o montante de recursos disponíveis que são passíveis de serem alocados em ações prioritárias que induzirão o desenvolvimento e crescimento do País e concretização do planejamento. Essa situação leva o governo federal a adotar artifícios, como a Desvinculação de Receita da União (DRU), que possibilite alocar recurso de maneira discricionária e executar as ações que julga relevantes.

## **2.4 Limitação legal ao planejamento público**

Conforme dispõe o MCASP de 2015, o processo de planejamento público

abrange, de modo geral, toda a análise para a formulação do plano e ações governamentais que serviram de base para a fixação da despesa orçamentária, a descentralização/movimentação de créditos, a programação orçamentária e financeira, e o processo de licitação e contratação (MCASP, 2015, P. 99).

Acerca das despesas orçamentárias, esse mesmo manual discorre que essas despesas “necessitam de recurso público para sua realização e constituem instrumento para alcançar os fins dos programas governamentais” (MCASP, 2015, P. 89). Já no que tange ao orçamento, informa que

é o instrumento de planejamento de qualquer entidade, pública ou privada, e representa o fluxo de ingressos e aplicação de recursos em determinado período. Para o setor público, é de vital importância, pois é a lei orçamentária que fixa a despesa pública autorizada para um exercício financeiro (MCASP, 2015, P. 67).

Desta forma, é possível clarear a vinculação entre planejamento, orçamento, receita e despesa pública. Pois, “a fixação da despesa orçamentária insere-se no processo de planejamento e compreende a adoção de medidas em direção a uma situação idealizada, tendo em vista os recursos disponíveis e observando as diretrizes e prioridades traçadas pelo governo” (MCASP, 2015, P. 99).

Fala-se em despesa orçamentária, pois, em um regime democrático, a definição dos gastos públicos precisa de consentimento do Legislativo, mas que, posteriormente, serão efetivadas em ações concretas conforme dispostas nos planos e programas governamentais, ou seja, no planejamento público. Assim, tem-se o conceito de despesa pública como sendo “o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade” (MCASP, 2015, P. 67).

Contudo, a capacidade do Estado em agir através da alocação de recursos está limitada à flexibilidade de recursos orçamentários disponíveis para que os governantes possam destinar recursos para políticas que julguem essenciais para o desenvolvimento econômico e social do País. Assim,

a análise da flexibilidade alocativa dos recursos orçamentários é de grande importância para se avaliar a capacidade do poder público de intervir na economia. Tal flexibilidade, no orçamento do Governo Federal, é afetada por dois tipos de restrições: pelo excessivo grau de vinculação de receitas e pelo elevado nível de despesas constitucional e legalmente obrigatórias (SOF, 2003, p. 4).

A vinculação de receita provoca rigidez orçamentária, haja vista que não permite que os recursos vinculados financiem outras despesas diferentes daquelas legalmente instituídas, ao passo que despesas obrigatórias, como despesas com pessoal e encargos sociais, previdência social, assistência social, educação e saúde, prejudicam a flexibilidade da política fiscal. Portanto, “essas restrições reduzem a flexibilidade alocativa da política fiscal para atender outras demandas da sociedade” (SOF, 2003, p.4). Ou seja, reduzem a margem que os governantes dispõem para alocar recursos orçamentários, em outras palavras, a “disponibilidade de recursos orçamentários para livre aplicação em políticas públicas” (SOUZA, COTA JÚNIOR, FONSECA e RODRIGUES, 2015, p. 3).

Para melhor entendimento, é oportuno dispor sobre os conceitos de receita vinculada e não vinculada e de despesa obrigatória e discricionária, Quadro 3. Para tanto, utilizará o glossário da Secretária de Orçamento Federal (SOF).

Quadro 3 - Conceituação de receita vinculada e não vinculada e de despesa discricionária e obrigatória.

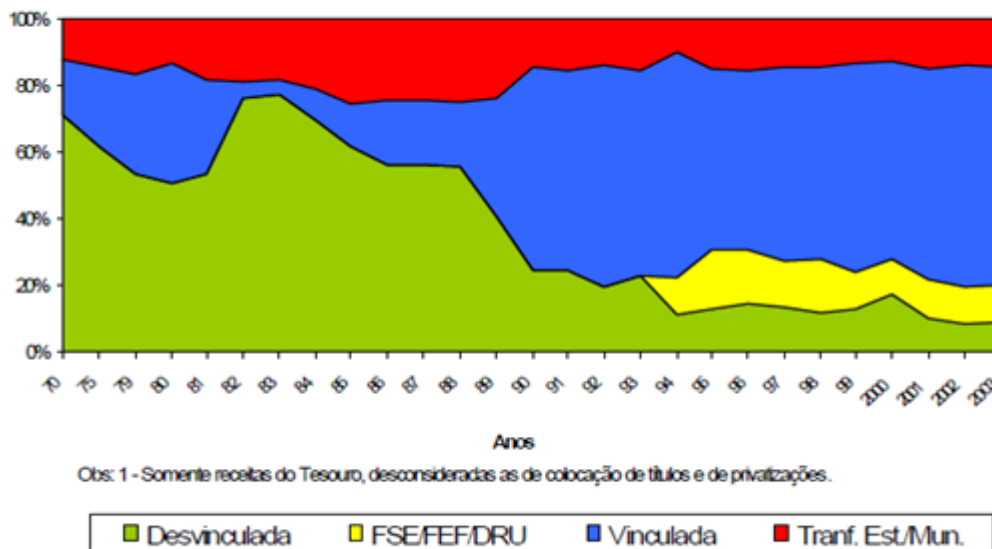
Termo	Conceituação
Receita vinculada	Receita arrecadada com finalidade específica previamente determinada. Normalmente tem sua destinação vinculada a um órgão ou a um programa governamental, com base em disposição constitucional ou legal
Receitas não vinculadas	Representam recursos para livre aplicação do gestor público, incluído aí a parcela relativa à DRU – Desvinculação das Receitas da União, prevista no art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CF/88
Despesas discricionárias	São aquelas que permitem ao gestor público flexibilidade quanto ao estabelecimento de seu montante, assim como quanto à oportunidade de sua execução, e são efetivamente as que concorrem para produção de bens e serviços públicos
Despesas obrigatórias	São aquelas nas quais o gestor público não possui discricionariedade quanto à determinação do seu montante, bem como ao momento de sua realização, por determinação legal ou constitucional. Por possuírem tais características, essas despesas são consideradas de execução obrigatória e necessariamente têm prioridade em relação às demais despesas, tanto no momento de elaboração do orçamento, quanto na sua execução

Fonte: Glossário SOF, sítio da internet. Elaborado pelo autor.

O orçamento público brasileiro sofreu expressiva redução no grau de discricionariedade alocativa dos recursos a partir da Constituição Federal de 1988, que impeliu para um “processo de destinação de recursos extremamente rígido, **dificultando o seu direcionamento de acordo com as necessidades e prioridades vigentes**” (SOF, 2003, p.6, grifo nosso)

A análise do grau de discricionariedade da alocação de recursos pode ser realizada a partir do volume das receitas disponíveis para livre alocação. A Figura 1 auxilia a visualizar a redução de discricionariedade induzida pela Constituição Federal de 1998; no gráfico foi considerada como receita desvinculada aquela que não têm destinação especificada em lei e que não são transferidos para os entes subnacionais.

Figura 1 - Composição das receitas orçamentárias



Fonte: MPOG, 2003, p. 6

Verifica-se que, após 1988, a vinculação de receita a determinadas despesas cresceu vertiginosamente, levando a criação do Fundo Social de Emergência (FSE) em 1994 que permitia a desvinculação de receita com o intuito de estabilizar a economia logo após a implementação do Plano Real. Desde então, esse instrumento vem sendo prorrogado que, posteriormente, mudando apenas a denominação para Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e, mais recentemente, para DRU (DIAS, 2011). A DRU passou a desvincular de órgão, fundo ou despesa, 20% da arrecadação da União em impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que viessem a ser criados.

Como aponta Dias (2011), a desvinculação de receitas tornou-se necessária para enfrentar o problema do elevado grau de comprometimento de recursos, cuja consequência é o elevado grau de inflexibilidade, prejudicando a gestão governamental tanto na execução de políticas públicas quanto no uso dos instrumentos de política fiscal.

Conforme informam Souza, Cota Júnior, Fonseca e Rodrigues (2015, p.4),

as limitações impostas aos governantes por **mecanismos vinculatórios tornam o processo de planejamento de políticas públicas cada dia mais desafiante**. De certo modo, essa prática acaba retirando parte da liberdade de atuação dos responsáveis pela alocação orçamentária, uma vez que destina recursos diretamente a políticas previamente determinadas (Grifo nosso).

Rezende e Cunha (2005 apud SOUZA, COTA JÚNIOR, FONSECA e RODRIGUES, 2015) reforçam o entendimento de que quando se tem um orçamento muito engessado por receitas vinculadas e despesas obrigatórias, o orçamento como instrumento fica incapaz de ser definidor de prioridades públicas e de planejamento.

Para Giacomoni (2011), quando a rigidez do orçamento é oriunda de despesas obrigatórias, ela é mais maléfica para as finanças públicas do que a rigidez por vinculação de receita. Pois, a vinculação de receita exige que parte da receita arrecada seja destinada a um objeto específico, enquanto que a despesa obrigatória exige a execução do gasto quase sempre sem a vinculação de recurso.

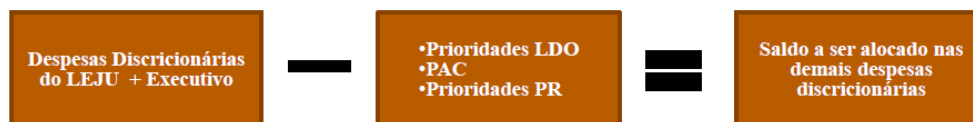
No intuito de facilitar a compreensão do impacto das despesas obrigatórias no planejamento público, a Figura 2 demonstra que, somente após a retirada a meta de superávit primário e das despesas obrigatórias, é possível definir o volume de recursos que custeará as prioridades da LDO. Vale ressaltar que as prioridades da LDO não são exclusivas e concorrem com outros programas e prioridades também. Portanto, o montante de despesas obrigatórias determina o nível de despesas discricionárias e do volume de recurso disponível para execução do planejamento (SOUZA, 2012).

Figura 2 – Cálculo orçamentário

#### Condicionante Fiscal - Resumo



#### Condicionantes adicionais – Prioridades

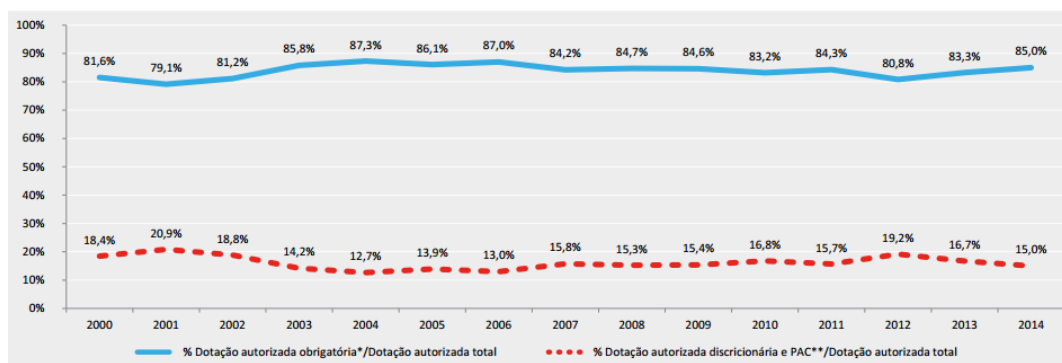


Fonte: SOUZA, 2012.

Conforme os dados da Figura 3, pode-se observar que o percentual das despesas obrigatórias em relação ao montante de recursos aprovado em cada ano representa, com exceção de 2001, uma margem superior a 80 %. Portanto, a vinculação de receita ainda é uma problemática atual que no transcorrer do tempo se agrava à medida que novas legislações são sancionadas criando novas despesas obrigatórias.



Figura 3 – Despesas primárias: obrigatórias X discricionárias (2000 – 2014)



Fonte: CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015.

A LRF dispõe que, ao final de cada bimestre, será verificada a realização da receita e caso ela não comporte o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios da LDO. Contudo, a LRF também dispõe que não será objeto de limitação às despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela LDO, também têm caráter de obrigatórias para determinado exercício e são chamadas de despesas ressalvadas.

A LDO de 2016 (Lei 13.242/2015), no anexo III, dispõe quais são as despesas obrigatórias, que não serão objeto de limitação de empenho. As despesas ressalvadas foram vetadas pela Presidente, que justificou que “a exclusão de quaisquer dotações orçamentárias do cálculo da base contingenciável traz maior rigidez para o gerenciamento das finanças públicas, especialmente no tocante ao alcance da meta de superávit primário”. A justificativa do veto expõe outro impacto das despesas obrigatória no orçamento, a de que não são passivas de contingenciamento. Ou seja, que a sua execução independe da entrada de recursos no caixa da União.

Assim, pode depreender que o impacto que a despesa obrigatória tem no equilíbrio fiscal é maior que a vinculação de receita, pois esta se adequará ao volume de arrecadação enquanto que aquela não. Ou seja, caso a arrecadação não se comporte como previsto e comprometa as metas fiscais, em razão da inflexibilidade legal de não execução das despesas obrigatórias, as despesas discricionárias serão sacrificadas e, conseqüentemente, todo o trabalho de planejamento. Em um caso esdrúxulo de ter 100% de despesa obrigatória, não haverá espaço para gestão nem, muito menos, para o planejamento, aproximando a peça orçamentária do modelo tradicional.

Na demorada e difícil luta do poder de representação contra o arbítrio do soberano na cobrança e na aplicação das rendas públicas, o Parlamento inglês passou a autorizar a cobrança de tributo desde que especificada a destinação a ser dada ao recurso arrecadado. Na ausência de um orçamento formal que reunisse receitas e despesas e ainda na fase em que os impostos eram autorizados anualmente, havia lógica e eficiência em aprovar a cobrança de determinado tributo visando a atender determinada despesa, por exemplo, manter a armada real, financiar a guerra contra os holandeses e assim por diante. Nasceu, assim, com forte base na tradição, o mecanismo que vincula parcelas da receita a despesas específicas. (GIACOMONI, 2011, p.331).

Outro aspecto de natureza legal e com potencial impacto no planejamento público é a renúncia fiscal, que é comumente conhecida como gastos tributários. Haja vista que o processo de elaboração do orçamento perpassa pela expectativa do valor arrecadado pelo Estado, pois este definirá o montante que poderá ser gasto.

Conforme aduz Pellegrini (2014, p. 7), não há uma definição consensual de gasto tributário, mas, no âmbito da legislação tributária, ele pode ser definido como um dispositivo que “a) reduz o montante recolhido do tributo; b) beneficia apenas uma parcela dos contribuintes; c) corresponde a desvios em relação à estrutura básica do tributo; e ou d) visa objetivos que poderiam ser alcançados por meio dos gastos públicos diretos”. O gasto tributário pode ocorrer na redução da base a ser tributada, na diminuição da alíquota incidente sobre a base, na dedução do montante a ser recolhido ou na postergação do pagamento.

No Demonstrativo de Gasto Tributários que compôs o Projeto de Lei Orçamentária de Anual (PLOA) de 2016, a Receita Federal do Brasil (RFB) adotou o seguinte conceito:

Gastos tributários são gastos indiretos do governo realizados por intermédio do sistema tributário, visando atender objetivos econômicos e sociais. São explicitados na norma que referencia o tributo, constituindo-se uma exceção ao sistema tributário de referência, reduzindo a arrecadação potencial e, conseqüentemente, aumentando a disponibilidade econômica do contribuinte.

Têm caráter compensatório, quando o governo não atende adequadamente a população dos serviços de sua responsabilidade, ou têm caráter incentivador, quando o governo tem a intenção de desenvolver determinado setor ou região (RFB, 2016, p. 10).

No que tange ao objetivo da desoneração tributária, há “a ideia de que o gasto tributário é um tipo de gasto realizado com o uso do sistema tributário, para alcançar objetivos que em princípio poderiam ser alcançados por meio do gasto público direto” (PELLEGRINI, 2014, p. 7)

É salutar ressaltar que, no gasto público direto, ocorre a arrecadação que financiará a despesa, enquanto que, no gasto tributário, não há arrecadação haja vista que o Estado espera a realização de determinados resultados na órbita privada. Ambos os gastos são substituíveis,

havendo a preponderância daquele que alcança o objetivo pretendido com mais eficiência (PELLEGRINI, 2014).

Conforme o exposto, a renúncia fiscal se constitui “em alternativas às ações Políticas de Governo, ações essas que têm como objetivo a promoção do desenvolvimento econômico ou social, não realizadas no orçamento e sim por intermédio do sistema tributário” (RFB, 2016, p.7). Assim como na realização das despesas públicas, as renúncias de receitas demonstram também uma maneira de agir do Estado no sentido de desempenhar suas atribuições.

No decorrer deste tópico foi ressaltado o impacto que o arcabouço legal provoca no planejamento público e no equilíbrio fiscal quando gera vinculação de receita, despesa obrigatória ou renúncia de receita. O intuito foi demonstrar o impacto da legislação no planejamento e, assim, evidenciar o impacto que a produção legisferante pode acarretar no planejamento. Como explana Moraes (2009, p. 13)

o enrijecimento da capacidade do governo de definir receitas e despesas orçamentárias, decorrente de legislação que importa ou autoriza diminuição de receita ou aumento de despesas estatal, pode vir a ter desdobramentos perversos para saúde das contas públicas de uma nação.

Portanto, à medida que novas despesas obrigatórias e vinculações ou renúncias de receita são criadas, engessando a ação do Estado, tem como consequência a redução do escopo de planejamento, haja vista que reduzem montante de recursos que os governos disponibilizam para alocar nas prioridades que julgam necessárias para o desenvolvimento econômico e social do País, levando ao Executivo a utilizar de artifícios com a DRU para ganhar margem de alocação recurso que permita a realização de políticas públicas a fim de desempenhar suas funções.

Conhecedora do impacto que a produção legisferante tem no orçamento público, a Câmara dos Deputados instituiu o exame de admissibilidade orçamentária que visa analisar a compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das proposições<sup>3</sup> que tramitam na Casa. Esse exame é de suma importância para o planejamento, pois analisa a criação de novas despesas obrigatórias recorrendo, sobretudo do PPA, da LDO, da LOA e da LRF, com o intuito de inibir que despesas obrigatórias sejam criadas em desconformidade com o planejamento estatal.

---

<sup>3</sup> Conforme o Regimento da Câmara dos Deputados, art. 100, proposição é toda matéria sujeita de deliberação na Câmara, como Proposta de Emenda à Constituição, Projeto de Lei Complementar, Projeto de Lei, Projeto de Decreto Legislativo, Requerimentos entre outros. Contudo, o art. 53 retira os Requerimentos do escopo do exame de admissibilidade orçamentária. Como frisa Santa Helena (2009) a PEC também é excetuada do exame, haja vista que o equilíbrio fiscal não é cláusula pétrea e que procedimento legislativo é constitucional, não cabendo norma infraconstitucional disciplinar esse procedimento.

## 2.5 Compatibilizar e adequar o planejamento com a produção legisferante

O processo legislativo é o “conjunto de atos (iniciativa, emenda, votação, sanção e veto) realizados pelos órgãos legislativos visando à formação de leis constitucionais, complementares e ordinárias, resoluções e decretos legislativos” (SILVA, 2005, p. 524), enquanto que o procedimento “é o modo pelo qual os atos do processo legislativo se realizam. Diz respeito ao andamento da matéria nas Casas Legislativas. É o que na prática se chama de tramitação” (op. cit, p. 529). Dentre os procedimentos há o procedimento legislativo ordinário, no qual o exame de admissibilidade orçamentária “aplica-se de forma mais contundente” (MACEDO, 2009, p. 12). Santa Helena (2009) frisa que apenas a Câmara dos Deputados realiza o exame orçamentário sobre as proposições, não havendo correspondência no Senado Federal. A Comissão Mista de Orçamento realiza a análise orçamentária durante a apreciação das Medidas Provisórias pelo Congresso Nacional (CN), conforme disposto na Resolução 01/2002-CN.

No procedimento legislativo ordinário, as proposições são geralmente encaminhadas para apreciação das comissões permanentes, salvo situações específicas dispostas nos Regimentos Internos das Casas Legislativas nas quais são constituídas comissões temporárias para apreciar determinada matéria. Durante a apreciação pelas comissões é designado um relator para analisar a matéria e emitir um parecer, que, posteriormente, é submetido à apreciação dos demais parlamentares que compõem as comissões para ratificarem ou não o voto dado pelo relator (BOTELHO, 2013)

O art. 53 e seus incisos I e IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) determina que as proposições sujeitas a deliberação do Plenário ou conclusivas nas comissões serão apreciadas pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT) ou pela Comissão Especial<sup>4</sup> para o exame dos aspectos financeiro e orçamentário públicos, quanto à sua compatibilidade ou adequação com o PPA, a LDO e a LOA, além do exame do mérito<sup>5</sup> quando for o caso. Já o art. 32, que dispõe sobre os campos temáticos ou áreas de atividade de cada comissão permanente, informa que compete à CFT analisar aspectos financeiros e orçamentários públicos de quaisquer proposições que importem aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, quanto à sua compatibilidade ou adequação com o PPA, a LDO e a LOA. Os incisos II e III do art. 54 estabelecem que o parecer sobre a adequação financeira ou orçamentária da proposição será

---

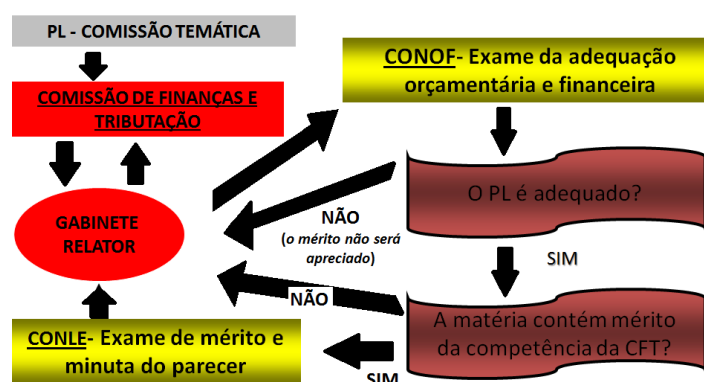
<sup>4</sup> De acordo com o art. 34 do RICD, a Comissão Especial é constituída para analisar Proposta de Emenda à Constituição (PEC), projeto de código ou projeto de lei que versa sobre matéria de mais de três comissões de mérito.

<sup>5</sup> O parecer de mérito está vinculado a uma oportunidade política de o projeto ser ou não aprovado.

terminativo, ou seja, caso o parecer do relator seja desfavorável, a proposição será arquivada. Contudo, há possibilidade de emenda saneadora para adequar a proposição e de recurso ao Plenário da Câmara contra parecer aprovado na CFT que arquive a proposição. Santa Helena (2007, p.9) enfoca “o caráter de legislador negativo atribuído ao exame de compatibilidade e adequação orçamentário-financeira”, haja vista que interrompe a tramitação da proposição. O art. 139 determina que a Mesa da Câmara distribuirá à CFT, ressalvadas os casos de comissão especial, as proposições quando houver aspectos financeiro ou orçamentário público para realização do exame de compatibilidade ou adequação orçamentária. Assim, pode se observar a partir dos artigos explanados que a CFT tem papel proeminente acerca do exame de admissibilidade orçamentário e financeiro na Câmara dos Deputados, haja vista que analisou mais de 1700 proposições, entre principais e apensados, de 2009 a 2015.

A Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (CONOF) da Câmara dos Deputados descreve o fluxo acerca da análise de mérito e do exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira, conforme disposto na Figura 4. Primeiramente, a matéria é analisada por essa Consultoria e, caso a proposição seja considerada como adequada, então se abre a oportunidade para o parlamentar opinar a respeito do mérito, podendo utilizar, para tanto, o auxílio da Consultoria Legislativa.

Figura 4 – Exame da Adequação Orçamentária e Financeira.



Fonte: CONOF, 2015.

O art. 1º da Norma Interna da CFT (NI-CFT) define que o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira, disposto no inciso II do art. 53 do RICD, se fará através da análise da conformidade da proposição legislativa com o PPA, a LDO, a LOA e com as normas pertinentes a eles e à receita e despesa públicas, como a LRF, a Lei 4320/1964, entre outras.

A NI-CFT, no § 1º do art.1º, conceitua como compatível, a proposição que não conflite com as normas do PPA, da LDO, da LOA e demais disposições legais em vigor. Já os artigos 3º, 4º e 5º delimitam a compatibilidade para cada instrumento.

Art. 3º É compatível com o Plano Plurianual a proposição que não conflita com qualquer de suas diretrizes, objetivos e metas.

Parágrafo único. A proposição de que decorre investimento que necessite mais de um ano para sua realização só será compatível se a ação estiver prevista no plano plurianual.

Art. 4º É compatível com a lei de diretrizes orçamentárias a proposição que não conflita com suas disposições, inclusive metas e prioridades.

Parágrafo único. A proposição de que decorre aumento de despesa com pessoal só será compatível se houver autorização na lei de diretrizes orçamentárias, e dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa e aos acréscimos dela decorrentes.

Art. 5º É compatível com o orçamento anual a proposição que não conflite com a legislação orçamentária, observado o disposto no art. 8º e as demais disposições desta Norma Interna.

A NI-CFT, também no § 1º do art.1º, conceitua como adequada, a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo PPA, pela LDO e pela LOA. O §1º do art. 2º informa que, nos casos em que houver adequação com a LOA, entender-se-á que a proposição é compatível com o PPA e a LDO. A vinculação que esse parágrafo faz é similar à conceituação da LRF que vincula a adequação com a LOA, enquanto que a compatibilidade com o PPA e a LDO. Isto é, a LRF, nos incisos I e II do §1º do art. 16, conceitua como adequada com a LOA, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício. Ao tempo em que conceitua como compatível com o PPA e a LDO, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

No Quadro 4, podem ser visualizados alguns casos de incompatibilidade e inadequação, segundo o que estabelecem a NI-CFT e a Súmula 1/2008.

Quadro 4 – Casos de incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária

<p><b>NI-CFT - Art. 2º</b> É incompatível ou inadequada a proposição que conflite com qualquer dos instrumentos ou normas referidos no artigo anterior, observadas as questões de hierarquia e reserva legal.</p> <p>§ 2º A previsão de vigência em exercício futuro de norma que conceda ou amplie incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira não sana eventual incompatibilidade ou inadequação orçamentária e financeira da proposição em exame.</p>
<p><b>NI-CFT - Art. 6º</b> É inadequada orçamentária e financeiramente a proposição que cria ou prevê a criação de fundos com recursos da União.</p> <p>Parágrafo único. Ressalvam-se do disposto no "caput" deste artigo, observadas as demais disposições desta Norma Interna e desde que a proposição contenha regras precisas sobre a gestão, funcionamento e controle do fundo, os casos em que:</p> <p>I - o fundo a ser criado seja de relevante interesse econômico ou social para o País e,</p> <p>II - as atribuições previstas para o fundo não puderem ser realizadas pela estrutura departamental da Administração Pública.</p>
<p><b>NI-CFT - Art. 8º</b> Será considerada incompatível a proposição que aumente despesa em matéria de iniciativa exclusiva do Presidente da República.</p>
<p><b>SÚMULA - CFT 1/2008:</b> É incompatível e inadequada a proposição, inclusive em caráter autorizativo, que, conflitando com as normas da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - deixe de apresentar a estimativa de seu impacto orçamentário e financeiro bem como a respectiva compensação.</p>

Fonte: NI-CFT e Súmula CFT 1/2008. Elaborado pelo autor.

Outras condicionalidades são determinadas, sobretudo na Constituição Federal, na LRF e na LDO para que as proposições sejam consideradas compatível e adequada com o planejamento público. A Constituição dispôs sobre critérios acerca da despesa de pessoal, seguridade social, entre outras e sobre a vinculação de receita. A LRF dedicou atenção especial à geração de despesas e à renúncia fiscal, definindo critérios. Já as LDO têm tratado de alterações na legislação e sua adequação orçamentária, a exemplo da LDO de 2016, Lei 13.242/2015.

Sobre as condicionantes que devem ser atendidas para que uma proposição, que possua impacto, seja considerada compatível e adequada, a Constituição Federal, no inciso IV do art. 167, veda a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas algumas situações que a própria Constituição especifica. Ela também definiu limites, em seu art. 169, que atualmente constam na LRF, para despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Além disso, no §1º dispõe que

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Bem como, a respeito do financiamento da seguridade social, conforme consta no § 5º do art. 195, que nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

Além disso, a LRF dispõe que a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa seja acompanhado da expectativa de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que venha a entrar em vigor e nos dois subsequentes.

O art. 17, desse mesmo instrumento legal, define como despesa de caráter continuado, “a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios”. Esta Lei também determina que a criação ou aumento desse tipo de despesa deve ser acompanhada da estimativa de impacto orçamentário-financeiro, da origem dos recursos para custeio e da comprovação do não comprometimento das metas de resultados fiscais. Quanto ao impacto financeiro, a criação ou aumento de despesa deve ser implementada por meio de aumento de receita ou pela redução de outra despesa, não impactando, assim, o equilíbrio das contas públicas. É importante ressaltar que a LRF considera como aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

Caso não sejam atendidos esses critérios, a geração de despesa ou assunção de obrigação serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público. Nascimento e Debus (2001, p. 24) informam que a regra básica para geração de despesa, que consta na LRF, pode ser assim traduzida:

toda e qualquer despesa que não esteja acompanhada de estimativa de do impacto orçamentário-financeiro nos três primeiros exercícios de sua vigência, da sua adequação orçamentária e financeira com a LOA, o PPA e a LDO e, no caso de despesa obrigatória de caráter continuado, de suas medidas de compensatórias, é considerada: não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público.

Esses mesmos autores informam, ainda, que diante do aumento de despesa há duas alternativas que possibilitam a compensação, ambas de grande ônus político, que são o aumento permanente da receita por meio de impostos ou contribuições ou a redução permanente de despesas.

A LRF também dedicou atenção especial acerca das renúncias de receitas. No § 1º do art. 14, define que a renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de



cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

O MCASP (2015, p. 60) relata que a espécie de renúncia de receita mais usual é a isenção e define como sendo

a dispensa legal, pelo Estado, do débito tributário devido. A modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições é o incentivo fiscal por meio do qual a lei modifica para menos sua base tributável pela exclusão de quaisquer de seus elementos constitutivos. Pode ocorrer isoladamente ou associada a uma redução de alíquota, expressa na aplicação de um percentual de redução.

Já a LRF, no âmbito da renúncia fiscal, determina que a concessão ou ampliação dos gastos indiretos deverão: ser acompanhados da estimativa do impacto orçamentário-financeiro para o exercício em que começar a vigorar e nos dois seguintes, e atender os critérios determinados na LDO para esse tipo de gasto. Financeiramente, a concessão ou ampliação deverá demonstrar que a renúncia foi considerada nas estimativas de receita da LOA ou será compensada por aumento de receita oriunda de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição. Tais medidas são necessárias para não comprometer o atingimento das metas fiscais (NASCIMENTO e DEBUS, 2001).

A LDO de 2016, no art. 113, reforça os critérios da LRF na medida em que exigem que as proposições legislativas e respectivas emendas que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem diminuição de receita ou aumento de despesa da União, deverão estar acompanhadas de estimativas desses efeitos no exercício em que entrarem em vigor e nos dois subsequentes, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação, para efeito de adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com as disposições constitucionais e legais que regem a matéria. Já o §1º do artigo em tela atribui aos órgãos dos Poderes, Ministério Público da União e Defensoria Pública da União a elaboração, no prazo de sessenta dias, do impacto orçamentário e financeiro relativo à proposição legislativa, na forma de estimativa da diminuição de receita ou do aumento de despesa, ou oferecerão os subsídios técnicos para realizá-la.

O §6º do art. 113 elenca um rol de situações nas quais a proposição será considerada incompatível.

§ 6º Será considerada incompatível a proposição que:

I - aumente despesa em matéria de iniciativa privativa, nos termos dos arts. 49, 51, 52, 61, 63, 96 e 127 da Constituição Federal; e

II - altere gastos com pessoal, nos termos do art. 169, § 1º, da Constituição Federal, concedendo aumento que resulte em:

a) somatório das parcelas remuneratórias permanentes superior ao limite fixado no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal; ou

- b) despesa, por Poder ou órgão, acima dos limites estabelecidos nos arts. 20 e 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal; ou
- III - crie ou autorize a criação de fundos contábeis ou institucionais com recursos da União e:
  - a) não contenham normas específicas sobre a gestão, o funcionamento e o controle do fundo; ou
  - b) fixem atribuições ao fundo que possam ser realizadas pela estrutura departamental da administração pública federal.

Os §§ 14 e 15, desse mesmo artigo, dispensam da compensação as proposições legislativas cujo impacto seja irrelevante, ou seja, com o impacto de até 0,001% (um milésimo por cento) da Receita Corrente Líquida verificada no exercício anterior ao do início de tramitação da proposta no Poder Legislativo. No conjunto das proposições aprovadas sem compensação não poderá ultrapassar a 0,01% (um centésimo por cento) da Receita Corrente Líquida implícita na Lei Orçamentária do exercício em que ocorrer a aprovação.

O art. 114 da LDO de 2016 dispõe que somente será aprovado projeto de lei que institua ou altere receita pública quando acompanhado da correspondente demonstração da estimativa do impacto na arrecadação, devidamente justificada. Quanto a criação ou alteração de tributos vinculados e renúncias os, §§ 1º, 3º e 4º informam os critérios para aprovação das proposições que versam sobre essas matérias, conforme se pode observar a seguir.

§ 1º A criação ou alteração de tributos de natureza vinculada será acompanhada de demonstração, devidamente justificada, de sua necessidade para oferecimento dos serviços públicos ao contribuinte ou para exercício de poder de polícia sobre a atividade do sujeito passivo.

(...)

§ 3º As proposições que tratem de renúncia de receita, ainda que sujeitas a limites globais, devem ser acompanhadas de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e correspondente compensação, consignar objetivo, bem como atender às condições do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 4º Os projetos de lei aprovados ou medidas provisórias que resultem em renúncia de receita em razão de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária, financeira, creditícia ou patrimonial, ou que vinculem receitas a despesas, órgãos ou fundos, deverão conter cláusula de vigência de, no máximo, cinco anos.

Por fim, o art. 115 possibilita que na estimativa das receitas e na fixação das despesas do Projeto de Lei Orçamentária de 2016 e da respectiva Lei, sejam considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições, inclusive quando se tratar de desvinculação de receitas que sejam objeto de proposta de emenda constitucional, de projeto de lei ou de medida provisória que esteja em tramitação no Congresso Nacional. Essa prática é observada nos orçamentos dos órgãos, os quais informam em seus orçamentos os impactos das proposições que tramitam nas Casas Legislativas.

É importante ressaltar que haverá outras leis pertinentes para o exame de admissibilidade orçamentário que dependerá do caso concreto, sendo, portanto, inócua dispor

de todas as situações possíveis, pois se tornaria exaustivo e pouco proveitoso. Buscou-se evidenciar as principais condicionalidades que auxiliarão na compreensão da seção seguinte, por ventura poderá haver casos esporádicos durante a análise dos pareceres aprovados pela CFT que não foram discorridos aqui, contudo não comprometerão a análise.

Os mecanismos de compensação implementados pela LRF para aumento de despesa ou instituição de renúncia de receita foram inspirados no sistema *pay as you go* (PAYGO) instituído nos EUA em 1990 pelo *Budget Enforcement Act* (BEA), sendo considerado como uma inovação legal ao arcabouço orçamentário brasileiro (OLIVEIRA, 2004).

Segundo Oliveira (2004, p. 24), o procedimento do PAYGO requer que “o respectivo aumento de despesa ou redução de receita seja compensado por um aumento em outras receitas ou por uma redução de despesas, ou ambos”. Santa Helena (2007, p.10) informa que, no caso americano, “o PAYGO requer que as legislações sobre receitas e despesas obrigatórias aprovadas sejam, em seu conjunto, neutras ao déficit orçamentário”. Como se observa, o sistema de compensação visa neutralizar o impacto das despesas obrigatórias e dos gastos tributários no equilíbrio fiscal, evitando a geração de déficits públicos.

Moraes (2009, p.16) salienta que “o parecer deve buscar avaliar a proposição com a maior neutralidade possível, visando a evitar que, como decorrência de sua eventual aprovação, venha a ser prejudicada a programação de trabalho da União já aprovada pelo Congresso Nacional e os compromissos relativos ao equilíbrio fiscal”.

O parecer do relator apresentado na CFT que contém o exame de admissibilidade orçamentária e financeira podem ter três encaminhamentos: i) pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, ii) pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária, ou iii) pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária. Nos dois primeiros há implicação da proposição com orçamento e o planejamento, sendo que, no primeiro caso, a matéria está em conformidade com o planejamento, ou seja, o próprio planejamento permite que haja a rigidez do orçamento.

### 3 METODOLOGIA

Gil (1991, p. 19) define pesquisa como um “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos” e que ela é “desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos”. Para Cervo, Bervian e Da Silva (2007) também evidenciam a importância da dúvida/problema, do método científico e da resposta/solução para pesquisa.

Marconi e Lakatos (2003) informam que o método monográfico visa buscar generalizações e que nenhuma pesquisa hoje parte do zero, havendo pesquisas iguais, semelhante ou complementares à pesquisa que se pretende fazer.

De acordo com os ensinamentos de Beuren (2004) acerca das tipologias aplicada a contabilidade, a presente pesquisa pode ser classificada quanto ao objetivo como descritiva, tendo em conta que visa descrever as características sobre os dados coletados; quanto aos procedimentos como bibliográfica, haja vista que foi feita uma revisão bibliográfica sobre o assunto estudado, e como documental, em face da utilização dos pareceres aprovados pela CFT para levantamento dos motivos que os subsidiam; e quanto à abordagem do problema como qualitativa, dado que busca-se compreender as relações entre a temática abordada e os dados coletados.

Para a realização do referencial teórico, foi realizado uma revisão da bibliografia com assuntos pertinentes ao tema e que possibilitasse a construção da relevância do exame de admissibilidade orçamentária para a temática do planejamento público, além do ferramental teórico e legal que permitisse o entendimento da análise de dados. Para tanto, foram utilizados livros, artigos, publicações oficiais e informações disponíveis em sites oficiais.

Marconi e Lakatos (2003, p. 109) informam que a estatística auxilia a

obter, de conjuntos complexos, representações simples e constatar se essas verificações simplificadas têm relações entre si. [...] a estatística pode ser considerada mais do que apenas um meio de descrição racional; é, também, um método de experimentação e prova, pois é método de análise.

No intuito de averiguar os questionamentos levantadas na introdução do trabalho, foram coletados dados acerca das proposições apreciadas pela CFT entre os anos 2009 e 2015, a partir desses dados foram geradas informações agregadas que sustentou a análise e as conclusões realizadas.

A amostra da pesquisa são as proposições apreciadas pela CFT entre 2009 a 2015. A escolha desse corte temporal se justifica pela aprovação da Súmula 1/2008 que estipulou mais

um caso de incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária. Assim, foi escolhida este universo para manter coerência acerca dos dados pesquisados, pois para os casos anteriores a 2008 não havia determinação expressa que impedisse tal situação.

Para levantamentos dos dados a respeito das proposições apreciadas, foi utilizado mecanismo dos dados abertos disponibilizado pela Câmara dos Deputados que permite consultar todas as pautas das comissões de maneira consolidada por datas. Foi realizada uma pesquisa para cada ano, utilizando o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro. Essa consulta retornou todas as pautas que foram cadastradas para a CFT. Posteriormente foram necessários realizar os seguintes procedimentos: i) filtrar o campo tipo por “Reunião Deliberativa”; ii) retirar do campo “estado” as reuniões canceladas, e iii) filtrar o campo resultado, por meio da função contém, utilizando a palavra “aprovad”. Assim, pode-se ter todas as proposições principais que foram deliberadas pela CFT, bem como as informações sobre a data de deliberação, o relator, o partido do relator, a minuta do parecer do relator, resultados entre outros dados.

Após o levantamento das proposições de cada ano, foi feita uma conferência com os relatórios anuais elaborados pela CFT, disponível no sítio da Comissão na página da Câmara dos Deputados. Essa conferência permitiu checar se os dados levantados eram confiáveis, além de ter conhecimento de proposições que foram deliberadas pela Comissão, mas não constava no relatório. Cada caso que não constava no relatório foi averiguado na página de tramitação da proposição na Câmara dos Deputados para se confirmar que a proposição havia sido devidamente apreciada pela Comissão.

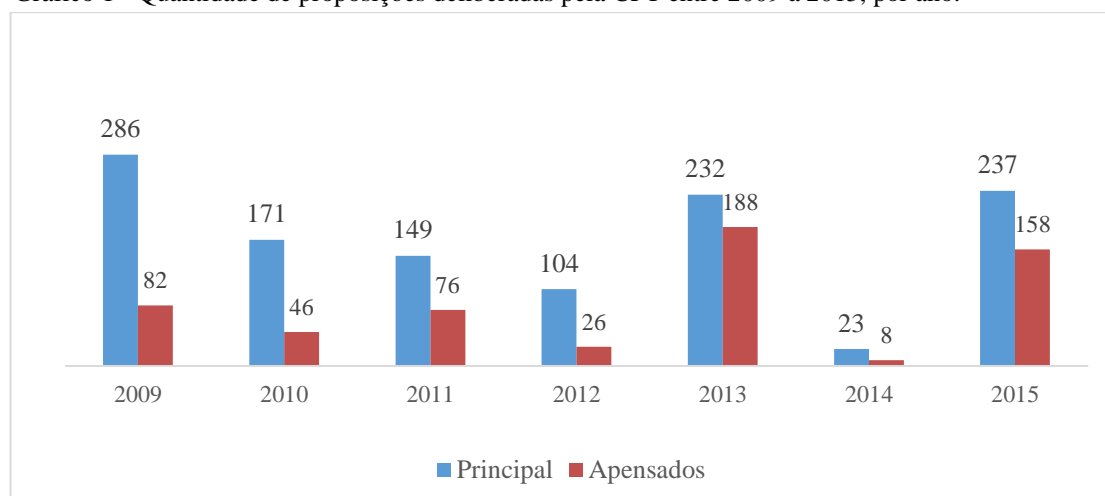
Do escopo da amostra da pesquisa foram retiradas as proposições do tipo “Indicação”, que tem o objetivo de sugerir a outro Poder que adote as providências dispostas nas matérias, bem como aquelas do tipo “Proposta de Fiscalização e Controle”, que tem como objetivo, sobretudo a fiscalização do Executivo, por entender que tais proposições não têm potencial de impactar o orçamento. Por outro lado, não foram considerados no escopo da pesquisa, os Substitutivos e Emendas aprovadas por outras Comissões e apreciadas pela CFT. Contudo, foram incluídos no estudo as Emendas aprovadas pelo Senado Federal a texto iniciado na Câmara.

Posteriormente, foi realizada uma checagem, utilizando-se novamente o mecanismo dos dados aberto para buscar dados de cada proposição, essa busca possibilitou informações sobre o autor, partido e UF do autor, ementa, a situação atual da proposição, as proposições apensadas entre outros dados. Cabe informa que essa busca iniciou no dia 20 e findou no dia 30 de março de 2016.

Após coletar os dados das proposições principais, foram novamente checados, com os relatórios anuais da CFT, os dados acerca das proposições apensadas. Esse procedimento possibilitou identificar que haviam algumas proposições que no momento da apreciação pela CFT estavam apensadas, mas, em razão do arquivamento da proposição principal ou da transformação da proposição em lei, foram desapensadas da proposição principal, não sendo possível obter as informações através dos dados abertos. Feito esse levantamento, foi utilizado novamente os dados abertos para obter as informações das proposições apensadas. Esse mesmo processo foi realizado para as proposições apensadas, que findou em 15 de abril de 2016.

A Comissão de Finanças e Tributação entre os anos de 2009 a 2015 apreciou, entre principais e apensados, 1786 proposições, sendo respectivamente 1202 principais e 584 apensadas<sup>6</sup>. As proposições principais constam no Anexo A, com o respectivo parecer e data de deliberação pela Comissão. Sendo que, para uma melhor visualização Gráfico 1 dispõe a quantidade de proposições analisadas, por tipo e por ano pesquisado.

Gráfico 1 - Quantidade de proposições deliberadas pela CFT entre 2009 a 2015, por ano.



Fonte: Dados Abertos – Câmara dos Deputados. Elaborado pelo Autor.

Após obtido as informações, as proposições foram agregadas conforme o autor e foram classificadas conforme os motivos que subsidiaram os pareceres aprovados na CFT.

As autorias das proposições foram agregadas em: Câmara dos Deputados, quando se trata de deputado ou comissão pertencente a esta Casa Legislativa; Senado Federal, quando se trata de senador ou comissão pertencente a esta Casa Legislativa; Tribunal de Contas da União

<sup>6</sup> Conforme glossário da Câmara dos Deputados, apensação é um “instrumento regimental que permite a tramitação conjunta de proposições da mesma espécie que disponha sobre matéria idêntica ou correlata. RICD, arts. 142 e 143”. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/glossario/a.html/?searchterm=apensa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 06/06/2016.

(TCU); Ministério Público da União (MPU), que também abrange proposições da Procuradoria-Geral da República (PGR); e Judiciário, que abrange as proposições do Supremo Tribunal Federal (STF), do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Superior Tribunal Militar (STM), do Tribunal Superior do Trabalho (TST), do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF).

Os motivos foram classificados conforme a justificativa do parecer aprovado. Para melhor compreensão, a classificação foi disposta no Quadro 5.

Quadro 5 – Classificação e descrição dos motivos que subsidiaram os pareceres aprovados pela CFT.

Parecer	Classificação	Descrição
Pela incompatibilidade e inadequação	Autorizativo	Proposição que autoriza expressamente o Executivo a constituir despesa em matéria de sua competência exclusiva (Súmula - CFT 1/2008).
	Cria despesa para outro Poder	Proposição que cria despesa para outro poder ou órgão em matéria de competência exclusiva (NI-CFT, art. 8º).
	DOCC	Proposição que cria despesa obrigatória de caráter continuado (DOCC), matéria não é de competência exclusiva (LRF, art. 17º) .
	Reduz receita	Proposição que concede ou amplia incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita (LRF, art. 14).
	Cria Fundo	Proposição que cria de fundos com recursos da União (NI-CFT, 6º)
	Vinculação de receita	Proposição que vincula receita de impostos a órgão, fundo ou despesa (CF/88, art. 167, IV).
	Diversos	Proposição aumenta despesa e reduz receita concomitantemente.
	Outros	Proposição afronta outras normas pertinente a análise de compatibilidade e adequação, mas não foram tratadas no presente trabalho.
Compatibilidade e adequação	Despesa com pessoal (Anexo V/LOA)	Proposição compatível com o PPA e a LDO, consta no Anexo V da LOA
	Não há impacto no orçamento	Proposição não gera nova despesa ou não há redução de receita.
	Compatível e adequado	Proposição compatível com o PPA e a LDO e consta recurso na LOA.
	Aumenta a receita	Proposição aumenta a receita.
	Normativa	Proposição com caráter normativo e que não tem implicação financeira. É compatível com o PPA e a LDO.
	Pequeno impacto	Proposição cria despesa de pequeno conforme critério da LDO.
	Despesa não continuada.	Proposição que cria despesa apenas para um exercício.
	Outros	Não foi exposto o motivo.

No caso dos pareceres pela incompatibilidade e inadequação, a classificação buscou agrupar as proposições conforme os impedimentos que constavam no parecer aprovado, de maneira geral essas proposições não contêm a estimativa de impacto orçamentário-financeiro e não indicavam a receita para custeio ou mecanismo de compensação, portanto não utilizado

esses critérios para classificação. Já para os pareceres pela compatibilidade e adequação, a classificação também buscou agrupar as proposições conforme as justificativas expostas no parecer aprovado. As proposições que não indicavam explicitamente os motivos para a compatibilidade e adequação foram classificadas em outro. Deve ser ressaltado que a classificação se baseou nas argumentações contidas nos pareceres, sem qualquer julgamento sobre esses argumentos por parte deste trabalho. O intuito da classificação é gerar dados consolidados sobre as proposições e, assim, permitir observar tendência ou generalizações sobre a amostra de dados analisada.

Com o intuito de analisar a temática das proposições, foi utilizado a categorização realizada pela Câmara dos Deputados que foi capturada durante a coleta de informação sobre as proposições. Porém, foram explicitadas apenas as dez maiores temáticas, sendo as outras incluídas sobre a nomenclatura de demais temas.

A análise de dados dividiu-se em 5 etapas: a primeira, analisou o universo das proposições que impactam ou não orçamento distribuído pela autoria; a segunda, analisou as classificações dos pareceres pela incompatibilidade e inadequação por autoria e sua distribuição temática; a terceira, analisou as classificações dos pareceres pela compatibilidade e adequação por autoria e sua distribuição temática; a quarta, analisou a situação das proposições no processo legislativo e a distribuição da situação conforme as classificações dos pareceres aprovados; e, por fim, a quinta, analisou as proposições que foram transformada em norma distribuídos por autoria e pela classificação.



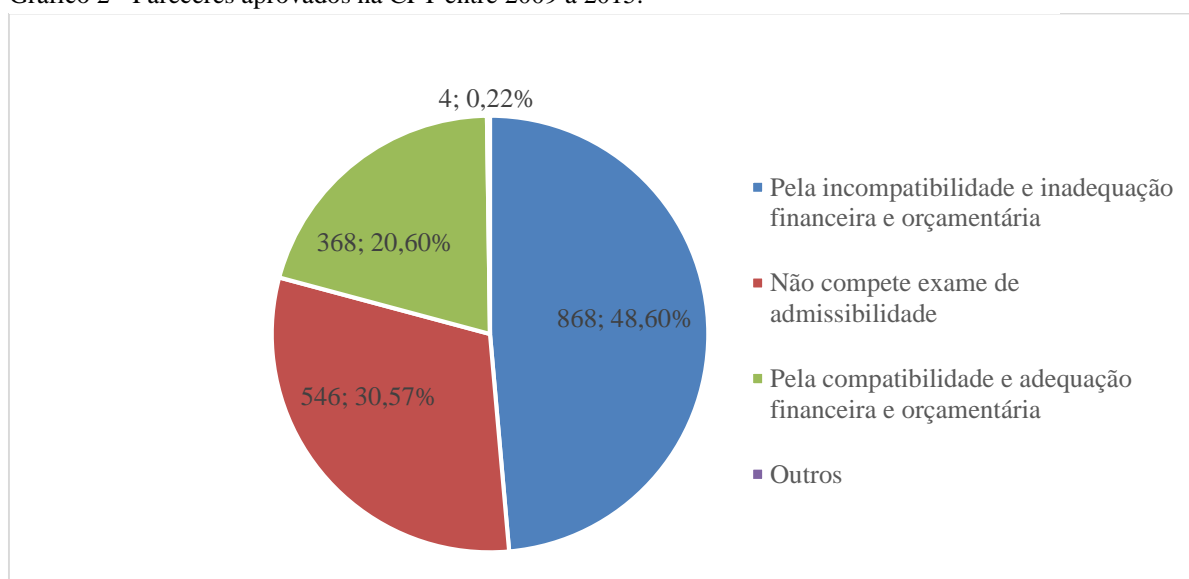
## 4 ANÁLISE DE DADOS

### 4.1 Proposições apreciadas pela CFT entre 2009 e 2015.

Os pareceres aprovados na CFT indicam se a proposição tem ou não impacto no orçamento e se há necessidade do exame de admissibilidade orçamentária e financeira. As proposições que estão classificadas como não compete exame de admissibilidade são aquelas que receberam parecer pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária. Portanto, com exceção destas e daquelas classificadas como outras, como é o caso de pareceres pela prejudicialidade da proposição, possuem repercussão no orçamento ou aumentando despesa ou reduzindo receita, impactando no equilíbrio das contas públicas.

Em relação aos pareceres proferidos e deliberados na CFT, observa-se, no Gráfico 2, que, aproximadamente, 49% das proposições são incompatíveis e inadequadas financeira e orçamentariamente com os instrumentos de planejamento e orçamento, bem como outras leis pertinentes a temática. Enquanto que, aproximadamente, 21% das proposições são compatíveis e adequadas. Assim, aproximadamente, 70% das proposições apreciadas pela CFT no período da pesquisa têm implicações no orçamento público e, conseqüentemente, com o planejamento estatal. Ao tempo em que, aproximadamente, 30 % das proposições não possuem esse condão com as contas públicas, não sendo, portanto, foco da pesquisa realizada.

Gráfico 2 - Pareceres aprovados na CFT entre 2009 a 2015.



Fonte: Elaborado pelo Autor.

A Tabela 1 fornece informação acerca da distribuição dos pareceres em relação as autorias das proposições. Para facilitar a análise, foram excluídos os pareceres classificados como outros.

Tabela 1 – Distribuição dos pareceres aprovados por autoria.

Parecer	Informações	Autoria						Total por parecer
		Câmara dos Deputados	Senado Federal	TCU	Executivo	Judiciário	MPU	
Pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária, e outros	Quantidade	673	186	-	4	3	2	868
	% em relação ao total	37,77%	10,44%	-	0,22%	0,17%	0,11%	48,71%
	% em relação ao grupo	77,53%	21,43%	-	0,46%	0,35%	0,23%	100,00%
	% em relação à autoria	53,29%	64,58%	-	3,01%	3,70%	14,29%	48,71%
Não compete exame de admissibilidade	Quantidade	438	75	1	31	-	1	546
	% em relação ao total	24,58%	4,21%	0,06%	1,74%	-	0,06%	30,64%
	% em relação ao grupo	80,22%	13,74%	0,18%	5,68%	-	0,18%	100,00%
	% em relação à autoria	34,68%	26,04%	33,33%	23,31%	-	7,14%	30,64%
Pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária	Quantidade	152	27	2	98	78	11	368
	% em relação ao total	8,53%	1,52%	0,11%	5,50%	4,38%	0,62%	20,65%
	% em relação ao grupo	41,30%	7,34%	0,54%	26,63%	21,20%	2,99%	100,00%
	% em relação à autoria	12,03%	9,38%	66,67%	73,68%	96,30%	78,57%	20,65%
Total		1263	288	3	133	81	14	1782
% autoria em relação ao Total		70,88%	16,16%	0,17%	7,46%	4,55%	0,79%	100,00%

Fonte: Elaborado pelo Autor.

A partir dos dados da Tabela 1, nota-se que mais de 87% das proposições apreciadas pela CFT são de autoria de parlamentares, deputados e senadores, ou de comissões legislativas. Esta autoria é responsável por quase 100% das proposições tidas como incompatíveis e inadequadas e, aproximadamente, 94% das matérias que não tem implicações orçamentária, ao tempo que representa menos de 50% das proposições compatíveis e adequadas. Analisando as matérias apenas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nota-se que o percentual de proposições tidas como compatível e adequadas é baixo, representando na Câmara 12% e para o Senado Federal algo em torno de 9%; já aquelas incompatíveis e inadequadas o percentual é alto representado, aproximadamente, para a Câmara 53% e para o Senado 64%.

Acerca das proposições do Executivo, elas representam algo em torno de 7% do total de proposições, representando no geral menos de 0,5% das proposições inadequadas e, aproximadamente, 27% das adequadas. Quanto observado apenas a sua autoria, observa-se que as proposições com parecer pela adequação representam mais de 73%, ao passo que as com parecer pela inadequação representam 3%.

Em relação ao Judiciário, esse Poder apresentou 4,55% das proposições apreciadas pela CFT, das quais representam no geral 0,35% das proposições incompatíveis e inadequadas e 21,2% das compatíveis e adequadas. Esse Poder não apresentou proposições que a CFT considerou como sem implicações orçamentárias. Em relação às suas próprias proposições, 96,3% foram consideradas pela CFT como compatíveis e adequadas e, apenas, 3,7% foram consideradas incompatíveis e inadequadas.

Em relação às proposições apresentadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e Ministério Público da União (MPU), que representam conjuntamente menos de 1% das proposições apreciadas pela CFT. As proposições apresentadas pelo MPU representam 3% dos pareceres pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, já em relação às suas próprias proposições, elas representam 78,57%.

Pode-se observar dos dados apresentados que mesmo que em decorrência da grande produção legislativa dos parlamentares em comparação com os outros atores com competência para propor projetos, esses não conseguem a mesma eficiência dos outros em apresentar proposições que consigam atender aos requisitos necessários que compatibilizem e adequem as proposições ao planejamento e ao orçamento. Além disso, o Executivo tem vetado emendas parlamentares à LDO que visam implementar medidas que permitam o atendimento dos quesitos para criação de DOCC de proposições de autorias do legislativo (SANTA HELENA, 2013), o que dificulta a efetividade do poder parlamentar de criar legislação que interfira no planejamento orçamentário.

Por outro lado, o Poder Executivo, por sua vez, tem demonstrado maior assertividade em suas proposições, o que pode ser justificado por ser pela iniciativa orçamentária. Quanto aos outros atores, também observa assertividade da adequação de suas proposições, em decorrência de possuírem orçamento própria.

Em função do exposto, fica evidenciado que o Poder Legislativo, apesar de apresentar o maior número de proposições, é o autor que menos tem interferido no planejamento orçamentário e financeiro da União.

#### **4.2 Proposições deliberadas pela CFT como incompatível e inadequadas**

Esse tópico visa analisar os motivos pelos quais os pareceres consideram as proposições inadequadas. Esses motivos foram classificados conforme os impedimentos elencados no parecer. Observou-se que a grande maioria das proposições não contiveram a estimativa de impacto orçamentário-financeiro e não indicavam a receita para custeio ou mecanismo de compensação.

A Tabela 2, de forma mais analítica, discrimina os motivos pelos quais foi adotado a incompatibilidade e inadequação nos pareceres, ou seja, foram distribuídas as classificações conforme a autoria. Como foi aludido na Tabela 1, as autorias se restringem basicamente às Casas Legislativas, então, os demais autores foram agregados na autoria outros devido à baixa representatividade na amostra.

A respeito do aumento da despesa que engloba as classificações Autorizativo, Cria despesa para outro Poder e DOCC, observa que, praticamente,  $\frac{2}{3}$  das proposições são de autoria da Câmara, enquanto que  $\frac{1}{3}$  do Senado. A participação dos outros autores é marginal.

Observou-se grande quantidade de projetos autorizativos, sobre tudo autorizando o Executivo a criar campus universitário em diversas localidades. A Súmula 1/2008 fixa que essa modalidade de matéria é incompatível e inadequada, caso não apresente estimativa de orçamentária e financeira e mecanismos de compensação.

Tabela 2 - Distribuição dos motivos elencados no parecer pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária

Classificação	Autoria									
	Câmara dos Deputados	% em relação à classificação	% em relação ao total	Senado Federal	% em relação à classificação	% em relação ao total	Outros	% em relação à classificação	% em relação ao total	Total
Autorizativo	148	58,27%	17,05%	106	41,73%	12,21%	-	-	-	254
Cria despesa para outro Poder	16	76,19%	1,84%	5	23,81%	0,58%	-	-	-	21
DOCC	99	81,82%	11,41%	15	12,40%	1,73%	8	6,61%	0,92%	121
Reduz receita	342	86,36%	39,40%	53	13,38%	6,11%	1	0,25%	0,12%	396
Cria Fundo	20	86,96%	2,30%	3	13,04%	0,35%	-	-	-	23
Vinculação de receita	15	88,24%	1,73%	2	11,76%	0,23%	-	-	-	17
Diversos	25	92,59%	2,88%	2	7,41%	0,23%	-	-	-	27
Outros	8	100,00%	0,92%	0	0,00%	0,00%	-	-	-	8
Total	673	-	77,53%	186	-	21,43%	9	-	1,04%	868

Fonte: Elaborado pela Autor.

Outra modalidade é a que cria despesa para outro Poder. Diferentemente daquelas proposições que autorizam, estas criam despesa, sobretudo em esfera que cabe privativamente ao Executivo definir e propor projeto de lei. Por exemplo, quando cria estrutura dentro do Executivo, sendo que a CF/88 estabelece que compete privativamente ao Executivo dispor sobre sua estrutura. A NI-CFT estabelece que será considerada incompatível a proposição que aumente despesa em matéria de iniciativa exclusiva do Presidente da República.

Por último, as proposições que criam despesa obrigatória de caráter continuado, porém não apresentam os critérios, sobretudo de estimativa e de compensação que são solicitados pela LDO e LRF.

Acerca da redução de receita, as proposições quase em sua totalidade são de autoria do Poder Legislativo, com exceção de apenas um caso do Executivo. A apresentação desse assunto está concentrada na Câmara. Grande parte desses projetos estendem os incentivos fiscais da Zona Franca para outras localidades, concedem isenções fiscais, acrescentam deduções ao imposto de renda, criam Zona de Processamento de Exportação (ZPE), reduzem alíquotas de impostos e contribuições, entre outros. Contudo, não apresentaram as exigências contida na LRF que requerem que a renúncia de receita deve estar contida na estimativa da receita da LOA ou indicar mecanismos de compensação. Além de afrontar, em muitos casos, a competência privativa do Executivo em dispor sobre a matéria tributária.

No âmbito da vinculação de receita, a Constituição veda essa prática e as LDO têm a preocupação de estabelecer prazo de no máximo 5 anos. Essas proposições atendem esses

preceitos legais, tendo, assim, parecer desfavorável na CFT. Há também o caso da criação de fundos que, em sua maioria, vinculam receita em benefício do fundo. A NI-CFT estabelece como inadequada as proposições que não contenha regras precisas sobre a gestão, funcionamento e controle do fundo.

Na classificação Diversos, são proposições que, ao mesmo tempo, aumentam despesas e reduzem receitas, e estão inseridas nos casos já expostos aqui. Por último, as proposições que estão classificadas no grupo Outros, são aquelas que a análise de inadequação se pautam em outras leis que não foram tratadas no presente trabalho.

Em relação aos outros atores, o Executivo apresentou 4 proposições, o Judiciário 3; o MPU 2. Cabe destacar que existem três proposições do Executivo que criam despesa obrigatória de natureza continuada e uma que acarreta renúncia de receita. Sobre aquelas, é alegado a ausência da estimativa de impacto orçamentário-financeiro e da origem dos recursos de custeio, já sobre esta, a recusa se deve à ausência da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, das compensações devidas e da vigência. Vale destacar também que há uma proposição do Judiciário, Tribunal Superior do Trabalho, na qual é alegado o não cumprimento dos termos exigidos quando se trata de matéria de pessoal, em específico, a despesa em comento não foi incluída no Anexo V da LOA, conforme dispõe o parecer. As outras proposições, duas do Judiciário e duas do MPU, que tratam de subsídios também foram consideradas inadequadas. Contudo outras proposições também dos mesmos poderes que tramitavam conjuntamente e sobre o mesmo assunto foram aprovadas e tornaram leis.

O Dados Abertos da Câmara disponibiliza uma outra classificação por temas. É salutar ressaltar que uma proposição pode dispor de mais de um assunto, havendo, portanto, mais classificação por tema do que o número de proposições. Essas informações estão dispostas no Quadro 6. Observa que 290 proposições tratam de tributação que, quase sempre, condiz com a renúncia de receita. Logo em seguida, 260 proposições dispõem sobre Educação, compondo grande parte dos projetos autorizativos e que cria despesa para outro ente, bem com ¼ das proposições que criam despesa de natureza continuada.

Dos dados apresentados, observa que os parlamentares não têm conseguido satisfazer as prerrogativas impostas pela legislação e pela NI-CFT para compatibilizar suas iniciativas, valendo-se do artifício de propor matéria autorizando o Executivo a realizar a despesa, sobretudo em matéria de sua competência. Há a justificativa nas proposições de que a autorização não vincula a ação do Executivo, porém o instrumento legislativo mais adequado para sugerir a outro Poder determinada ação é a Indicação (FERNANDES, 2007).

Quadro 6 - Distribuição das proposições com parecer pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária aprovado na CFT entre 2009 a 2015 por tema.

Tema	Autorizativo	Cria despesa para outro ente	DOCC	Renúncia de Receita	Cria Fundo	Vinculação de receita	Diversos	Outros	Total
Tributação	-	-	4	277	1	2	6	-	290
Educação	213	12	24	9	-	2	-	-	260
Desenvolvimento Regional	30	-	7	24	3	3	2	-	69
Indústria, Comércio e Defesa do Consumidor	1	-	-	67	-	-	1	-	69
Administração Pública	3	-	20	12	2	1	3	-	41
Trabalho e Emprego	1	-	8	25	-	-	-	5	39
Direitos Humanos, Minorias e Cidadania	1	-	9	25	1	1	-	1	38
Saúde	-	-	13	10	-	5	-	1	29
Previdência e Assistência Social	-	-	14	7	-	2	-	-	23
Política Fundiária	-	1	7	3	4	-	7	-	22
Demais temas	25	12	43	47	17	5	15	2	166

Fonte: Dados Abertos – Câmara dos Deputados. Elaborado pelo autor.

Utilizando dos dados Quadro 6, nota-se que grande quantidade das proposições são tem foco a educação e a criação de benefícios fiscais em âmbito regionais, sinalizando, talvez, que tais proposições sejam demandas das bases eleitorais que, em razão da maior proximidade com os parlamentares e do desconhecimento dos aspectos orçamentários e financeiros, acionam os parlamentares no intuito de que suas demandas sejam acolhidas pelo Estado.

Enfim, no que diz respeito à incompatibilidade e inadequação das proposições, sobressaem aquelas relacionadas a benefícios fiscais, seguidas pelas de caráter autorizativas e DOCC. Já no que tange à área temática, destacam-se as relacionadas à tributação e à educação. Tal resultado demonstra que essas proposições estão relacionadas à implementação de políticas públicas. Ou seja, pode-se deduzir que os anseios da sociedade, que se refletem nas proposições apresentadas pelo Poder Legislativo, não conseguem acolhimento do planejamento orçamentário e financeiro federal.

### **4.3 Proposições deliberadas pela CFT como compatível e adequadas**

Essa seção se debruçou sobre a análise dos motivos pelos quais os pareceres consideram a proposição adequada. Esses motivos foram classificados conforme as argumentações elencadas no parecer. Haja vista que essas proposições foram consideradas como adequadas pela CFT, deu-se como dado que elas, de fato, atenderam os critérios impostos pela legislação, não se averiguando se as ações constavam no PPA e na LDO, e se os recursos estavam orçados na LOA. Essa averiguação foi feita apenas para as proposições que dispõem sobre pessoal, no qual foi conferido se a proposição estava consignada no Anexo V da LOA.

A Tabela 3 dispõe as proposições que tiveram parecer pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária aprovado na CFT de acordo com o autor e o motivo desses pareceres. De maneira geral, nota-se uma concentração de autoria de parlamentares e comissões legislativas, contudo, bem mais amena em relação àquela observada quando analisado os pareceres incompatíveis e inadequados. A presença do Executivo e do Judiciário é expressiva, dado que, juntos, representam 47,83% das autorias legislativas.



Tabela 3 - Distribuição dos motivos elencados no parecer pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária

Classificação	Câmara dos Deputados			Senado Federal			Legislativo - TCU			Executivo			Judiciário			MPU			Total	
	% em relação à classificação	% em relação ao total		% em relação à classificação	% em relação ao total		% em relação à classificação	% em relação ao total		% em relação à classificação	% em relação ao total		% em relação à classificação	% em relação ao total		% em relação à classificação	% em relação ao total		% classificação em relação ao total	
Despesa com pessoal (An. V/LOA)	-	-	-	-	-	-	2	1,56%	0,54%	40	31,25%	10,87%	76	59,38%	20,65%	10	7,81%	2,72%	128	34,78%
Não há impacto no orçamento	92	71,88%	25,00%	15	11,72%	4,08%	-	-	-	19	14,84%	5,16%	1	0,78%	0,27%	1	0,78%	0,27%	128	34,78%
Compatível e adequado	2	5,71%	0,54%	1	2,86%	0,27%	-	-	-	32	91,43%	8,70%	-	-	-	-	-	-	35	9,51%
Aumenta a receita	15	75,00%	4,08%	3	15,00%	0,82%	-	-	-	1	5,00%	0,27%	1	5,00%	0,27%	-	-	-	20	5,43%
Normativa	16	88,89%	4,35%	2	11,11%	0,54%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18	4,89%
Pequeno impacto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	100,00%	0,54%	-	-	-	-	-	-	2	0,54%
Despesa não continuada.	3	50,00%	0,82%	3	50,00%	0,82%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	1,63%
Outros	24	77,42%	6,52%	3	9,68%	0,82%	-	-	-	4	12,90%	1,09%	-	-	-	-	-	-	31	8,42%
Total	152	-	41,30%	27	-	7,34%	2	-	0,54%	98	-	26,63%	78	-	21,20%	11	-	2,99%	368	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor.

As proposições que tratam de despesa com pessoal representaram 34,78% do total das proposições que tiveram posicionamento favorável quanto ao impacto orçamentário e financeiro na CFT, sendo que 59,38% das 128 são proposições de autoria do Judiciário, 31,25% do Executivo, enquanto que o TCU e o MPU são responsáveis, conjuntamente, por 9,38% das autorias.

Comparando as proposições deliberadas com aquelas que constam no Anexo V da LOA, constatou-se que 121 proposições estavam explicitamente identificadas no Anexo V; que, em 3 situações, havia dotação, mas o projeto de lei não estava identificado; e, nas outras 4, o projeto foi considerado adequado em razão de Mandato de Segurança. Há outros projetos que constam no Anexo V, porém não dispõem apenas de pessoal, como se verá adiante.

O Mandato de Segurança nº 33.186 foi impetrado pelo Procurador-Geral da República contra ato da Presidente da República que suprimiu os valores previstos nas propostas orçamentárias elaboradas pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público da União da LOA de 2015. A Relatora do Mandato de Segurança, Ministra Rosa Weber, proferiu em liminar que as propostas orçamentárias aprovadas pelo Judiciário e o MPU fossem apreciadas pelo Congresso Nacional como parte integrante do projeto de lei orçamentária anual de 2015. Em decorrência dessa decisão, os relatores subsidiaram seus pareceres pela compatibilidade e adequação.

Constatou-se que 34,78% das proposições não tiveram impacto no orçamento ou porque não geravam despesa nova ou, então, não haveria perda de receita. Para exemplificar essa classificação, cita-se o exemplo de projetos que define atendimento de determinada doença pelo Sistema Único de Saúde (SUS), porém o SUS deve prestar o atendimento sem qualquer ressalva ao tipo de doença, não sendo, portanto, esse projeto inadequado, porque não cria nova despesa. Dessas proposições, observa-se uma concentração de autoria de deputados, seguida de senadores.

As matérias classificadas como compatível e adequada são aquelas que possuem dotação conseguidas na LOA demonstrada no Anexo V ou, então, foi indicado pelo órgão competente pela despesa, por meio de exposição de motivo, a rubrica da LOA que custeará o gasto. No caso das proposições que estão incluídas no Anexo V, elas não foram incluídas no âmbito da despesa de pessoal, porque dispõem sobre verba de custeio e investimento. Por exemplo, proposição que cria uma Universidade, o projeto destina tanto recurso para pessoal, portanto, está incluindo no Anexo V, quanto para a construção da obra. É importante ressaltar que tanto as proposições que aumentam despesa ou reduzem receita, se adequadas, compuseram essa classificação, sem qualquer separação. Elas representaram 9,51%, no geral, dos projetos adequados.

Ainda dentro dessa mesma classificação, houve concentração em torno do Executivo, que representou 91,43% das proposições. A Câmara e o Senado, somados, representaram apenas 8,57%, que se valeram da reserva para compensação de projetos de lei sujeitos a deliberação de órgão colegiado permanente do Poder Legislativo, durante o exame de compatibilidade orçamentário financeira, e de mecanismo de compensação para satisfazer os critérios necessários.

Contudo, constatou-se que haviam algumas proposições que não repercutiam na LOA ou nem nas metas fiscais, essas foram classificadas como Normativa, pois foram consideradas adequadas, mas não tem o financeiro. Esse grupo perfaz 5,43% do total e esteve concentrada no âmbito da Câmara e do Senado.

Nota-se que as proposições que impactaram financeiramente o orçamento, excluída as de despesa de pessoal, estão concentradas no Executivo, ou seja, 91,43% das 35 proposições, enquanto que a Câmara e o Senado, somados, representam 8,57% dela. Já em relação as Normativas, observa concentração de 100% na Câmara e no Senado, porém estas não têm caráter financeiro.

As proposições classificadas como Outras são aquelas nas quais não foram identificadas os motivos pelos quais as proposições foram consideradas como adequadas, ou seja, não foi indicada a origem da receita nem os mecanismos de compensação para aumento de despesa ou redução de receita. Elas representaram no geral 8,42% das proposições adequadas e há concentração de autoria na Câmara dos Deputados, isto é, 77,42%. Dentre esses casos, cita-se a argumentação do PDC 1790/2009 que reduz receita, haja vista que o relator argumenta que as restrições impostas pela LDO, acerca das alterações na legislação tributária, se limitam apenas aos projetos de lei e as medidas provisórias, e não aos decretos legislativos. Assim, os projetos de decreto de legislativo não estão submetidos aos critérios impostos pela LRF quanto a ampliação da renúncia de receita.

Como apenas o relator está incumbido de realizar o exame, talvez, essas proposições sejam aprovadas por questão política, não se atentando para o exame, ou, então, os motivos para adequação não foram incluídos no corpo do parecer. Contudo, a partir da Norma Interna da CFT 1/2015, todas as proposições que forem pautadas na reunião deliberativa da Comissão devem estar acompanhadas da análise da CONOF sobre a compatibilidade e adequação financeira e orçamentária. Certamente, essa ação evitará a aprovação de proposições em desacordo com o exame.

No Quadro 7, estão distribuídos os motivos dos pareceres conforme a classificação temática da Câmara dos Deputados. Observa-se que a intersecção entre a temática

Administração Pública e o motivo pessoal é a mais expressiva, haja vista que mais de  $\frac{1}{3}$  das proposições adequadas dispõe sobre criação ou transformação de cargos públicos. Outra temática, que também repercute no orçamento, é a de Relações Internacionais, devido ao grande número de acordos, tratados ou atos internacionais. Já as proposições que não repercutiram no orçamento, as classificações Não há impacto no orçamento e Normativa, estão distribuídas nas diversas temáticas.

Quadro 7 - Distribuição das proposições com parecer pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária aprovado na CFT entre 2009 a 2015 por tema.

Tema	Motivo								
	Despesa com pessoal (Anexo V/LOA)	Não há impacto no orçamento	Compatível e adequado	Aumento de Receita	Normativa	Pequeno impacto	Despesa não continuada	Outros	Total
Administração Pública	104	32	3	3	5	1	-	5	153
Relações Internacionais	-	12	17	1	-	1	-	4	35
Tributação	-	10	4	11	2	-	-	5	32
Educação	6	9	8	-	1	-	4	1	29
Organização Político-Administrativa do Estado	22	5	-	-	2	-	-	-	29
Saúde	1	19	-	-	1	1	-	4	26
Direitos Humanos, Minorias e Cidadania	-	12	4	2	-	-	1	6	25
Trabalho e Emprego	1	11	2	2	-	-	-	3	18
Previdência e Assistência Social	-	9	2	1	-	-	-	3	15
Arte e Cultura	-	10	2	-	-	-	-	1	13
Outros	10	42	14	5	9	-	3	11	94

Fonte: Dados Abertos – Câmara dos Deputados. Elaborado pelo autor.

Diferentemente das proposições incompatíveis e inadequadas, as proposições ora analisadas, quanto a geração de despesa, dispõem sobre demandas da própria máquina pública por aumento de cargos ou reajuste salarial, e sobre acordos com órgãos internacionais. Já aquelas demandas sociais estão pulverizadas no âmbito daquelas proposições que não

repercutem no orçamento, e, como se concentra no Legislativo, repete-se novamente a suposição da proximidade do parlamentar com suas bases eleitorais.

Outro aspecto que vale a pena destacar é que apesar de haver uma maior concentração de proposições do Legislativo, em sua maioria essas não provocam impacto no planejamento orçamentário.

#### **4.4 Normalização dos pareceres<sup>7</sup>**

Nessa seção será analisado o desfecho das proposições apreciadas pela CFT, no intuito de averiguar se tais matérias alcançaram êxito no processo legislativo e foram transformadas em normas. Pois, apenas aquelas proposições que foram sancionadas poderão impactar o orçamento no sentido de aumentar a sua rigidez, ou vinculando receita ou criando gastos diretos e indiretos, e, assim, reduzir o escopo de planejamento público.

O Gráfico 3 informa a situação das proposições<sup>8</sup>. A maioria das proposições, 60,13%, foram arquivadas, enquanto que 27,79% ainda estão tramitando, seja na Câmara, no Senado ou aguardando apreciação de veto pelo Congresso Nacional. Apenas 11,85% das proposições foram efetivamente transformadas em normas, sejam elas lei complementar, lei ordinária ou decreto legislativo. Contudo, do montante de proposições arquivadas, deve ser ressaltado que 46 proposições apensadas estavam tramitando conjuntamente àquelas transformadas em normas, haja vista que no processo legislativo quando proposições tramitam conjuntamente, apenas a principal torna norma, enquanto as apensadas são arquivadas.

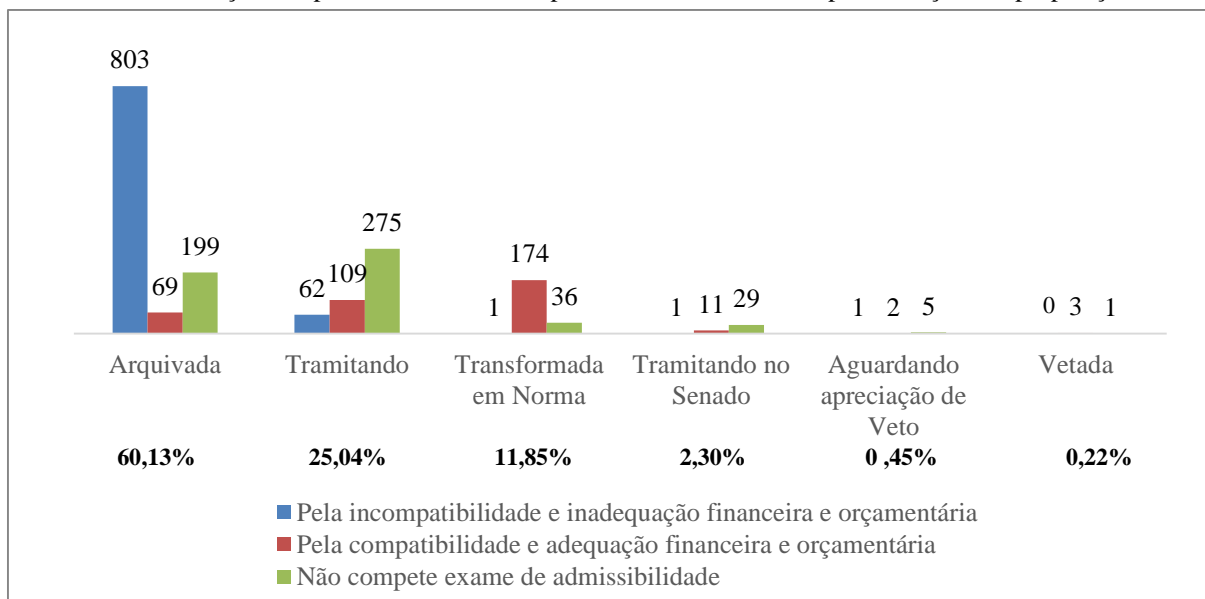
Quando os pareceres são distribuídos conforme a situação das proposições, verifica-se que as matérias que receberam pareceres pela incompatibilidade e inadequação foram arquivadas, haja vista que essa modalidade de parecer tem caráter terminativo. Contudo, há proposições que ainda tramitam em decorrência de apresentação de recurso ao plenário. Há um caso em específico em que a proposição foi transformada em norma, pois o parecer se deu sobre as emendas oriunda do Senado, sendo o texto da Câmara tido com adequado. Cabe destacar que das 368 proposições classificadas como compatíveis e adequadas, no que diz respeito ao planejamento orçamentário e financeiro, 174 foram efetivamente transformadas em norma.

---

<sup>7</sup> O total de proposições analisadas na seção é 1781 ao invés de 1786, haja vista que 5 proposições foram analisadas duas vezes pela CFT, em razão da análise dos textos originais e das emendas aprovadas pelo Senado Federal.

<sup>8</sup> O levantamento foi realizado até o dia 30/03/2016 e, posteriormente a essa data, os projetos podem ter tido movimentação legislativa.

Gráfico 3 - Distribuição dos pareceres deliberados pela CFT de 2009 a 2015 pela situação das proposições.



Fonte: Dados Abertos – Câmara dos Deputados. Elaborado pelo Autor.

O Quadro 8 distribui tais proposições de acordo com a classificação e autoria. Nota-se que o Executivo, seguidos pelo Judiciário foram os que mais tiveram proposições transformada em lei, algo em torno de 88% das normas.

Quadro 8 - Distribuição das classificações por autoria das proposições com parecer pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária aprovado na CFT entre 2009 a 2015 que foram transformadas em normas.

Classificação	Câmara dos Deputados	Senado Federal	TCU	Executivo	Judiciário	MPU	Total
Despesa com pessoal (Anexo V/LOA)	-	-	2	36	68	8	114
Compatível e adequado	-	-	-	28	-	-	28
Não há impacto no orçamento	3	2	-	16	1	1	23
Normativa	1	1	-	-	-	-	2
Pequeno impacto	-	-	-	2	-	-	2
Outros	2	-	-	-	-	-	2
Aumento de Receita	-	-	-	1	-	-	1
Despesa não continuada	-	1	-	-	-	-	1
Renúncia de Receita	-	-	-	1	-	-	1
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>84</b>	<b>69</b>	<b>9</b>	<b>174</b>

Fonte: Dados Abertos - Câmara dos Deputados. Elaborado pelo autor.

Observa-se que, aproximadamente, 84% das normas impactam o orçamento aumentando gasto direto ou indireto, 15% não tem implicação (Não há impacto no orçamento e Normativa), ao passo que, apenas 1 aumenta receita.

As proposições que tratam de despesa com pessoal são as que mais conseguiram êxito no processo legislativo, dado que das 128 proposições apreciadas pela CFT 114 foram transformadas em lei, sendo o Judiciário, seguido do Executivo, os grandes proponentes. No geral, esse tipo de proposição representa mais de 65% das normas. Das 28 normas que constam da classificação Compatível e adequado, 15 são acordos, tratados ou atos internacionais.

Já a classificação temática da Câmara demonstra que a grande parte das normas criadas que foram apreciadas pela CFT estão concentradas no âmbito da máquina pública, tendo como evidência o tema “administração pública”, conforme se pode observar no Quadro 9 a seguir. Essa predominância dar-se, muito mais, em decorrência das normas de pessoal em diversas esferas do que políticas públicas nesses setores. Já no caso da temática relações internacionais, é explicada devido aos próprios acordos firmados.

Quadro 9 - Distribuição das proposições transformada em norma por tema.

Temática	Câmara dos Deputados	Senado Federal	TCU	Executivo	Judiciário	MPU	Total Geral
Administração Pública	1	-	2	39	52	9	103
Relações Internacionais	-	-	-	28	-	-	28
Organização Político-Administrativa do Estado	-	1	1	-	20	-	23
Educação	-	-	-	13	-	-	13
Previdência e Assistência Social	1	-	-	5	-	-	6
Organização Administrativa do Estado	-	-	-	-	4	1	5
Arte e Cultura	1	1	-	2	-	-	4
Economia, Administração Financeira e Orçamentária	-	-	-	4	-	-	4
Saúde	1	1	-	2	-	-	4
Demais temas	3	3	0	23	1	1	31
Total	7	6	3	116	77	12	221

Fonte: Dados Abertos - Câmara dos Deputados. Elaborado pelo autor.

Em razão dos dados ora apresentados, observa a baixa participação do Legislativo na produção de normas que impactem o orçamento, sendo, muito mais, evidente a participação do Executivo e do Judiciário. Sendo que, essas normas visam mais atender as demandas da própria máquina pública em detrimento das demandas sociais consubstanciadas em políticas públicas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou se o exame de admissibilidade orçamentária e financeira realizado pelo Poder Legislativo, no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), entre 2009 a 2015, tem contribuído para manutenção do planejamento estatal. Para tanto, foram analisados os pareceres deliberados pela CFT nesse período.

Da análise dos dados foi possível concluir que o exame tem contribuído para o planejamento público e para o equilíbrio fiscal na medida em que tem evitado que normas em dissonância com os instrumentos orçamentários e com a responsabilidade fiscal sejam transformadas em normas, criando gastos diretos e indiretos que comprometam a saúde fiscal do Estado Brasileiro.

Quando analisado os pareceres aprovados na CFT, observou que, aproximadamente, 70% das proposições apreciadas pela Comissão tem implicações com o orçamento, o que reforça a necessidade do próprio exame. Desse montante, aproximadamente, 49% das proposições tiveram parecer aprovado na CFT pela incompatibilidade e inadequação, sendo que quase 100% dessas proposições são de autoria de deputados, senadores ou comissões legislativas, indicando a dificuldade que esses atores têm em apresentar proposições que atendam aos critérios estabelecidos, sobretudo pela CF/88, pela LRF, pela LDO e pela NI-CFT, que os outros atores não possuem nos mesmo patamares.

Quanto ao teor dessas matérias, observou que, grande parte delas, dispõem sobre educação e benefícios fiscais, o que induz a pensar que essas matérias são demandas das bases eleitoras dos parlamentares que pretendem garantir em norma a implementação de suas políticas públicas, reforçando uma prática observada após da CF/88 de estabelecer a prestação de serviço estatal em lei. Porém, tal prática é frequentemente aludida como motivo para o engessamento do orçamento, o que, conseqüentemente, reduz a margem de planejamento do Governo Federal. Por outro lado, essa prática reforça a ideia de que os parlamentares são mais suscetíveis ao engessamento do orçamento, na amostra é observado que os parlamentares são autores de, aproximadamente, 87% das proposições.

Quando analisado os pareceres pela compatibilidade e adequação, nota-se ainda que há uma concentração de proposições de autoria da Câmara e do Senado. Contudo, observa-se nessas proposições que, sua maioria, não cria nova despesa nem reduz receita. Ao passo em que se observa nas matérias de autoria do Executivo, do Judiciário, do MPU e do TCU que elas que necessitam de sacrifício financeiro do Estado por criarem novas despesas. Além disso, quando analisado as proposições apresentadas por esses autores, nota-se que eles têm conseguido



grande assertividade em suas matérias. Aproximadamente, o Executivo conseguiu que 74% de suas proposições fossem consideradas compatível e adequadas, o TCU 67%, o MPU 79%, e o Judiciário 96%, enquanto que a Câmara conseguiu 12% e o Senado apenas 9%.

Quanto ao teor dessas proposições, sobretudo daquelas que aumentam a despesa obrigatória, nota-se que essas matérias estão vinculadas a própria máquina pública, ganhando destaque as proposições relacionadas às despesas de pessoal. Isso sugere que as alterações no planejamento orçamentário e financeiro aprovadas pela CFT com compatíveis e adequadas têm caráter substancialmente corporativo. Essa percepção pode ser reforçada quando analisadas as proposições que tiveram pareceres pela compatibilidade e adequação e foram transformadas em normas, haja vista que, das 174 normas criadas, 114 dispõe sobre pessoal.

Certamente, o exame de compatibilidade e adequação financeira e orçamentária tem desempenhado eficazmente seu papel, evitando que proposições em dissonância com o planejamento público sejam criadas. Contudo tem gerado externalidades negativas que comprometem substancialmente a competência constitucional atribuída aos membros Parlamento de criar normas em detrimento de outros atores que não tem como função típica a produção legisferante, evidenciando, talvez, que a sistemática orçamentária e o sistema de planejamento devam ter maior interatividade com o Legislativo, sendo por isso que o Parlamento apresente tantos projetos autorizativos, no intuito de influenciar as ações do Executivo. Santa Helena (2012) já tem evidenciado em estudo técnico da CONOF essa dificuldade parlamentar em propor matéria compatíveis e adequadas.

Vale também observa que o próprio Executivo que tem evidenciado a dificuldade em efetivar o planejamento em razão das vinculações dos gastos diretos e indiretos seja o principal proponente das normas criadas. Outro ponto é que o próprio planejamento tem se autolimitado, induzindo a sua própria rigidez ao indicar em seus instrumentos, no caso o Anexo V da LOA, quais as proposições estão autorizadas a engessar o orçamento.

É salutar que a CFT distingue os conceitos de compatibilidade e de adequação em sua Norma Interna e nos pareceres nos modos da LRF, pois isso facilitaria a identificação de motivos para o cidadão comum.

No intuito de aprofundar o assunto abordado no trabalho, seria interessante outra pesquisa que buscasse levantar os motivos que têm levado aos parlamentares a apresentarem proposições que não atendem aos critérios impostos pela legislação, talvez essa pesquisa conseguisse evidenciar qual a problemática que envolve o Executivo e o Legislativo com o sistema de planejamento e orçamento. Outra pesquisa seria os motivos que levam a sociedade a buscar que a prestação de serviço público esteja disposta em norma, pois a implantação do

orçamento por resultado exige uma flexibilidade orçamentária maior que o orçamento por programas, ou seja, talvez um traço cultural da sociedade brasileira impeça a implantação dessa metodologia no Brasil.

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BARCELOS, Carlos Leonardo Klein; CALMON, Paulo Carlos Du Pin. *A reforma gerencial do orçamento brasileiro: em busca de múltiplos significados*. Revista de Administração Pública, v. 48, n. 1, Rio de Janeiro, Jan.-Feb. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v48n1/a07v48n1.pdf>. Acesso em: 07/03/2016.

BEUREN, Ilse Maria et al. *Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade*. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Resolução nº 17, de 21 de setembro de 1989. Aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/regimento-interno-da-camara-dos-deputados/RICD%20atualizado%20ate%20RCD%2017-2016.pdf>. Acesso em: 03/02/2016.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. Comissão de Finanças e Tributação. Norma Interna. *Estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cft/documentos/regulamentos-da-cft/NORMA-INTERNA-1996.pdf>. Acesso em: 02/03/2016.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. Comissão de Finanças e Tributação. *Súmula nº 1/08*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cft/documentos/regulamentos-da-cft/Sumula%20no%201%20de%202008.pdf>. Acesso em: 02/03/2016.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao1988.html/ConstituicaoTextoAtualizado\\_EC90.pdf](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html/ConstituicaoTextoAtualizado_EC90.pdf). Acesso em: 03/02/2016.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2.829, de 29 de outubro de 1998. Estabelece normas para a elaboração e execução do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2829.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2829.htm). Acesso em: 03/02/2016.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm). Acesso em: 03/02/2016.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm). Acesso em: 03/02/2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm). Acesso em: 03/02/2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Orçamento da União em Foco: Parâmetros, Resultados Fiscais e Execução*. Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, ano 2, n. 1, mai-2015. Brasília : Edições Câmara, 2015.

CAVALCANTE, Pedro Luiz. *Orçamento por desempenho: Uma análise qualitativa comparada dos modelos de avaliação dos programas governamentais no Brasil e nos Estados Unidos*. Revista de Gestão USP, v. 17, n. 1, p. 13-25, janeiro-março, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rege/article/view/36691>. Acesso em: 16/05/2016.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. *Metodologia Científica*. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

DIAS, Fernando Álvares Correia. *Desvinculação de receitas da União, ainda necessária?* Senado Federal, Texto para discussão nº 103, out-2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-103-desvinculacao-de-receitas-da-uniao-ainda-necessaria>. Acesso em: 15/05/2016.

FERNANDES, Márcio Silva. Inconstitucionalidade de Projetos de Lei Autorizativos. Câmara dos Deputados – Consultoria Legislativa, Estudo novembro-2007. Disponível em: [https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwj8x5iug7XNAhUD1CYKHTigCwIQFggeMAA&url=http%3A%2F%2Fbd.camara.gov.br%2Fbd%2Fbitstream%2Fhandle%2Fbdcamara%2F1375%2Finconstitucionalidade\\_projetos\\_fernandes.pdf%3Fsequence%3D4&usq=AFQjCNGwUfSjUhivatvdXdrsHHEufwjxaQ&sig2=DEB9TaSnbFUCpYS4mCTn2Q](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwj8x5iug7XNAhUD1CYKHTigCwIQFggeMAA&url=http%3A%2F%2Fbd.camara.gov.br%2Fbd%2Fbitstream%2Fhandle%2Fbdcamara%2F1375%2Finconstitucionalidade_projetos_fernandes.pdf%3Fsequence%3D4&usq=AFQjCNGwUfSjUhivatvdXdrsHHEufwjxaQ&sig2=DEB9TaSnbFUCpYS4mCTn2Q). Acesso em: 15/05/2016.

FREITAS, Carlos Alberto Sampaio de. *A implementação do Government Performance and Results Act na administração pública dos EUA*. Revista do Serviço Público Ano 50 Número 3 Jul-Set, Brasília, 1999. Disponível em: <http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/article/download/353/359>. Acesso em 16/05/2016.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. *A reorganização do processo de planejamento do governo federal: O PPA 2000-2003*. IPEA, Texto para discussão nº 726, mai-2000. Disponível em: [http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/592/TD\\_726.pdf?sequence=1](http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/592/TD_726.pdf?sequence=1). Acesso em: 04/04/2015.

GIACOMINI, James. *Orçamento público*. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GIACOMINI, James. *Receitas vinculadas, despesas obrigatória e rigidez. Orçamentos públicos e direito financeiro*. Revista dos tribunais, 2011.

GIAMBIAGI, Fabio. *Finanças públicas: teoria e prática no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

Gil, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

KASHIWAKURA, Helder Kiyoshi. *A contabilidade gerencial aplicada ao orçamento-programa como instrumento de avaliação de desempenho*. 1997. 82p. Monografia – Escola de Administração Fazendária (2º Prêmio STN de Monografia), Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: [http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio\\_TN/IIPremio/sistemas/MH2tefpI IPTN/KASHIWAKURA\\_Helder\\_Kitoshi.pdf](http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/IIPremio/sistemas/MH2tefpI IPTN/KASHIWAKURA_Helder_Kitoshi.pdf). Acesso em: 23/04/2016.

MACEDO, Marcelo de Rezende. *O exame de adequação financeira e orçamentária na Câmara dos Deputados*. Monografia (especialização) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, Brasília, 2009. Disponível em: [http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/3685/exame\\_adequacao\\_macedo.pdf?sequence=3](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/3685/exame_adequacao_macedo.pdf?sequence=3). Acesso em: 15/11/2015

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATOS, Patrícia de Oliveira. *Análise dos planos de desenvolvimento elaborados no Brasil após II PND*. 2002. 184 p. Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2002. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&e src=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwi9kqHYv53NAhVJj5AKHd27Ak0QFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.redalyc.org%2Fpdf%2F3071%2F307127127002.pdf&usg=AFQjCNFNXierYENqFh6bUh5hAn6vuNRAWg>. Acesso em: 25/03/2016.

MEDEIROS, Marcelo. *A trajetória do Welfare State no Brasil: Papel redistributivo das Políticas Sociais dos Anos 1930 aos Anos 1990*. IPEA, Texto para discussão n° 852, dez-2001. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0852.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0852.pdf). Acesso em: 10/04/2016.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG). *Planejamento estratégico 2012 – 2015*. Brasília, 2012. Disponível em: [http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/planejamento\\_estrategico/130314\\_planejamento\\_estrategico.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/planejamento_estrategico/130314_planejamento_estrategico.pdf). Acesso em: 26/04/2015.

MORAIS, Edson Martins de. *O exame da admissibilidade financeira e orçamentária de proposições na Assembleia Nacional da França*. 2009. 118p. Monografia (especialização) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, Brasília, 2009. Disponível em: [http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/3569/exame\\_admissibilidade\\_moraes.pdf?sequence=3](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/3569/exame_admissibilidade_moraes.pdf?sequence=3). Acesso em: 15/11/2015.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo; DEBUS, Ilvo. *Lei complementar 101 de 2000: entendendo a lei de responsabilidade fiscal*. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www3.tesouro.gov.br/hp/downloads/EntendendoLRF.pdf>. Acesso em: 15/10/2015.

NEIVA, Vinícius Mendonça; LIMA, Nerylson; ABREU, Welles Matias de. *Orçamento Público Brasileiro: Em Busca de Enigmas decisórios*. STN, Texto para discussão n° 5/2012. Disponível em: [http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/textos\\_discussao/downloads/td5.pdf](http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/textos_discussao/downloads/td5.pdf). Acesso em: 15/03/2016.

NUNES, Selene Peres. *A Reforma do Processo Orçamentário sob a Égide da LRF: a urgência de uma nova lei de finanças públicas*. 2006. 54p. Monografia – Escola de Administração Fazendária (11° Prêmio STN de Monografia), Brasília, 2006. Disponível em: [http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio\\_TN/XIpremio/lrf/3lrfXIPTN/resumo.htm](http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/XIpremio/lrf/3lrfXIPTN/resumo.htm). Acesso em: 10/03/2016.

OLIVEIRA, Wéder de. *Lei de Responsabilidade Fiscal, Margem de Expansão e o Processo Legislativo Federal*. 2004. 80p. Monografia – Escola de Administração Fazendária (9° Prêmio

STN de Monografia), Brasília, 2004. Disponível em: [http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio\\_TN/IXPremio/lrf/1lrfIXTN/1premio\\_lrf.pdf](http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/IXPremio/lrf/1lrfIXTN/1premio_lrf.pdf) Acesso em: 15/04/2016.

PACHECO, Luciana Botelho. *Como se fazem as leis*. 3. ed. Brasília : Edições Câmara, 2013.

PELLEGRINI, Josué Alfredo. *Gastos Tributários: Conceitos, Experiência Internacional e o Caso do Brasil*. Senado Federal, Texto para discussão nº 19, out-2014. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td159>. Acesso em: 15/05/2016.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal?* Pesquisa e Planejamento Econômico - PPE, v. 21, n. 1, p 3-23, abr. 1991. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/papers/1991/91-acriseamericalatina.pdf> . Acessado em 02/05/2016.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Da administração pública burocrática à gerencial*. Revista do Serviço Público, 47(1) janeiro-abril, Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/1996/95.admpublicaburocraticaagerencial.pdf>. Acesso em 08/03/2016.

PIRES, José Santo Dal Bem; MOTTA, Waldir Francelino. *A evolução histórica do orçamento público e sua importância para a sociedade*. Enfoque: Reflexão Contábil, vol. 25, núm. 2, maio-agosto, 2006, pp. 16-25. Universidade Estadual de Maringá Paraná, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307127127002>. Acesso em: 10/01/2016.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB). *Demonstrativo dos Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária – (Gastos Tributários) – PLOA 2016*. Centro de Estudos Tributários Aduaneiros, Brasília, 2016. Disponível em: <http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/previsoes-ploa/arquivos-e-imagens/DGTPLOA2016FINAL.pdf>. Acesso em: 16/05/2016.

SANTA HELENA, Eber Zoehler. *Competência parlamentar para geração e controle de despesas obrigatórias de caráter continuado e de gastos tributários*. Brasília : Edições Câmara, 2009.

\_\_\_\_\_. *Custos das políticas públicas – controle de gastos obrigatórios continuados*. Câmara dos Deputados – Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (COOFF), Estudo Técnico nº 2/07, março-2007. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/copy\\_of\\_adequacao/Estudo%20Tecnico%202002%20\\_2007%20-%20Controle%20de%20Gastos%20Obrigatorios%20....pdf](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/copy_of_adequacao/Estudo%20Tecnico%202002%20_2007%20-%20Controle%20de%20Gastos%20Obrigatorios%20....pdf). Acesso em: 12/11/2015.

\_\_\_\_\_. *Previsão nas Leis de Diretrizes Orçamentárias de reserva para compensação de proposições com impacto orçamentário-financeiro na Lei Orçamentária Anual*. Câmara dos Deputados – Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (COOFF), Estudo Técnico nº 19/2013, agosto-2013. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjB1fWGgbXNAhVG6CYKHdQWAXAQFggeMAA&url=http%3A%2F%2Fbd.camara.gov.br%2Fbd%2Fhandle%2Fbdcamara%2F21299&usg=AFQjCNF-LI4K7HbXCPZsojYDole50SrbSw&sig2=o9gbMfSzjgRMeLmgbNHhEg>. Acesso em: 12/11/2015.

\_\_\_\_\_. *Compatibilização dos processos legislativo e orçamentário: Evolução e perspectivas*. Câmara dos Deputados – Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (COOFF), Estudo Técnico nº 08/2012, agosto-2013. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjYkexgrXNAhUHMyYKHcXrBf4QFggeMAA&url=http%3A%2F%2Fwww2.camara.leg.br%2Fatividade-legislativa%2Forcamentobrasil%2Festudos%2F2012%2FET082012COMPATIBILIZAODOSPROCESSOSLEGISLATIVOEORAMENTRIOEVOLUOEPROSPECTIVAS.pdf&usg=AFQjCNHkAu2pv8eK4L2oh7bCi5FMIo32UA&sig2=gyJMHLBIIBKpj t5JwAN5bA>. Acesso em: 12/11/2015.

SANTOS, Gislaine de Souza; MARQUES, Valéria Elvira; GOUVEIA, José Antônio Rodrigues. *A importância do orçamento na contabilidade pública*. Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXI, Nº. 000004, 10/07/2013. Disponível em: <http://semanaacademica.org.br/artigo/importancia-do-orcamento-na-contabilidade-publica>. Acesso em: 25/05/2016.

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL (SOF). *Vinculações de Receitas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e o Poder Discricionário de Alocação dos Recursos do Governo Federal*. v. 1, n. 1. Brasília, 2003. Disponível em: [http://www.orcamentofederal.gov.br/biblioteca/publicacoes\\_tecnicas/publicacoes/Vinculacoes\\_Consolidado.pdf](http://www.orcamentofederal.gov.br/biblioteca/publicacoes_tecnicas/publicacoes/Vinculacoes_Consolidado.pdf). Acesso em: 21/05/2016.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN). *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios*. 6. ed. Brasília, 2003. Disponível em: [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU\\_MCASP+6%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o\\_Republ2/fa1ee713-2fd3-4f51-8182-a542ce123773](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU_MCASP+6%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o_Republ2/fa1ee713-2fd3-4f51-8182-a542ce123773). Acesso em: 10/12/2015.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis. *Notas sobre a contribuição de Keynes à teoria econômica*. Revista Teoria e Evidência Econômica, Passo Fundo, v. 3, n. 6, p. 93-102, nov. 1995. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjD5Py-0p3NAhWHx5AKHeBsAVwQFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.upf.br%2Fseer%2Findex.php%2Frtree%2Farticle%2Fdownload%2F4742%2F3177&usg=AFQjCNFX6RiVhPe0MDb5r6TeBGfIA-hVcg&bvm=bv.124088155,d.Y2I>. Acesso em: 10/04/2016.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. São Paulo: Malheiros. 24ª edição, 2005;

SOUSA, Felipe Magno Parreiras de. et al. *A rigidez orçamentária e seus impactos no planejamento das políticas públicas: o exemplo do estado de Minas Gerais*. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 8, 2015, Brasília. Anais. Disponível em: <http://banco.consad.org.br/handle/123456789/1198>. Acesso em: 15/05/2016.

SOUSA, Francisco Hélio de. *O caráter impositivo da Lei Orçamentária Anual e seus efeitos no Sistema de Planejamento Orçamentário*. 2008. 49p. Monografia – Secretária do Tesouro Nacional (XII Prêmio Tesouro Nacional), Brasília, 2008. Disponível em: [http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio\\_TN/XIIIPremio/sistemas/2tosiXIIIPremio/Carater\\_Impositivo\\_Lei\\_Orcamentaria.pdf](http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/XIIIPremio/sistemas/2tosiXIIIPremio/Carater_Impositivo_Lei_Orcamentaria.pdf). Acesso em: 12/03/2016.

SOUZA, Bruno César Grossi de. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira. ENAP, 2012. 94 slides, color. Disponível em: [http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/handle/1/1070/Aula%202%20-%20Bruno%20C%C3%A9sar%20Grossi%20de%20Souza%20\(D%204.11%20%E2%80%93%20Elabora%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%C3%A7%C3%A3o%20Or%C3%A7ament%C3%A1ria%20e%20Financeira\).pdf?sequence=3](http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/handle/1/1070/Aula%202%20-%20Bruno%20C%C3%A9sar%20Grossi%20de%20Souza%20(D%204.11%20%E2%80%93%20Elabora%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%C3%A7%C3%A3o%20Or%C3%A7ament%C3%A1ria%20e%20Financeira).pdf?sequence=3). Acesso em: 19/05/2016.

Volpe, Ricardo; Cambraia, Túlio. Curso de Ambientação para Secretários Parlamentares. Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (CONOF), mar-2015. 59 slides, color. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/curso-de-ambientacao-para-secretarios-parlamentares-apresentacao-conof>. Acesso em: 26/05/2016.



## APÊNDICE

### APÊNDICE A - Projetos apreciados pela Comissão de Finanças e Tributação entre 2009 e 2015\*

<b>Projeto</b>	<b>Autor</b>	<b>Parecer</b>	<b>Data de deliberação</b>
PL 1472/2007	Senado Federal - Renan Calheiros (PMDB/AL)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto, dos PL's n°s 3.488/97, 2.544/00, 4.033/04, 4.684/04, 4.854/05, 5.749/05, 6.013/05, 6.730/06, 6.732/06, 7.242/06, 7.421/06, 7.454/06, 338/07, 693/07 e 3.474/08, apensados, e das emendas da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL n° 6.057/05, apensado; e, no mérito, pela aprovação do Projeto e pela rejeição dos PL's n°s 3.488/97, 2.544/00, 4.033/04, 4.684/04, 4.854/05, 5.749/05, 6.013/05, 6.730/06, 6.732/06, 7.242/06, 7.421/06, 7.454/06, 338/07, 693/07 e 3.474/08, apensados, e das emendas da CCJC.	25/03/2009
PL 404/1999	Câmara dos Deputados - José Pimentel (PT/CE)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto, dos PL's n°s 628/99, 3.413/00 e 4.041/04, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e, no mérito, pela aprovação do Projeto, dos PL's n°s 628/99, 3.413/00 e 4.041/04, apensados, nos termos do Substitutivo da CSPCCO.	25/03/2009
PL 3675/2008	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Vignatti, pela adequação financeira e orçamentária do Projeto, das Emendas n°s 1/08, 4/08 e 6/08 da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e das subemendas n°s 1/08, 2/08 e 3/08 da CTASP.	01/04/2009
PL 3957/2008	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Vignatti, pela adequação financeira e orçamentária.	01/04/2009
PL 552/2007	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela adequação financeira e orçamentária do Projeto e, no mérito, pela aprovação.	01/04/2009
PL 3885/2008	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela adequação financeira e orçamentária.	01/04/2009
PL 6909/2006	Câmara dos Deputados - João Paulo Cunha (PT/SP)	Parecer do relator, Dep. Rodrigo Rocha Loures, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária da emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.	01/04/2009
PL 2326/2007	Câmara dos Deputados - Filipe Pereira (PSC/RJ)	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	01/04/2009
PL 368/2007	Câmara dos Deputados - Inocêncio Oliveira (PR/PE)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira	01/04/2009

PL 6359/2005	Câmara dos Deputados - Nelson Marquezelli (PTB/SP)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	01/04/2009
PL 39/2007	Câmara dos Deputados - Antônio Roberto (PV/MG)	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação fin	01/04/2009
PL 7698/2006	Câmara dos Deputados - Beto Albuquerque (PSB/RS)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	01/04/2009
PL 7680/2006	Senado Federal - Geraldo Mesquita Júnior (PMDB/AC)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	01/04/2009
PL 7061/2006	Câmara dos Deputados - Leonardo Picciani (PMDB/RJ)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	01/04/2009
PL 7044/2006	Câmara dos Deputados - Daniel Almeida (PCdoB/BA)	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária da emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.	01/04/2009
PL 6940/2006	Câmara dos Deputados - Alice Portugal (PCdoB/BA)	Parecer do relator, Dep. Silvio Costa, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	01/04/2009
PL 1435/2007	Câmara dos Deputados - Professor Ruy Pauletti (PSDB/RS)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	01/04/2009
PL 5381/2005	Câmara dos Deputados - Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	Parecer do relator, Dep. Rodrigo Rocha Loures, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	01/04/2009
PL 4229/2004	Câmara dos Deputados - Pompeo de Mattos (PDT/RS)	Parecer do relator, Dep. Silvio Costa, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e das emendas da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.	01/04/2009
PL 730/2003	Câmara dos Deputados - Nelson Marquezelli (PTB/SP)	Parecer da relatora, Dep. Luciana Genro, com Complementação de Voto, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.	01/04/2009
PL 6941/2006	Câmara dos Deputados - Alice Portugal (PCdoB/BA)	Parecer do relator, Dep. Aelton Freitas, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto, do PL 945/07, apensado, e da emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.	01/04/2009
PL 3914/2008	Senado Federal - Marconi Perillo (PSDB/GO)	Parecer do relator, Dep. Silvio Costa, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e dos PL's nºs 5.431/05 e 5.164/05, apensados.	01/04/2009

PL 6203/2005	Câmara dos Deputados - Leonardo Picciani (PMDB/RJ)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	01/04/2009
PL 1473/2007	Senado Federal - Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	01/04/2009
PL 572/2007	Câmara dos Deputados - Jairo Ataíde (PFL/MG)	Parecer do relator, Dep. Rodrigo Rocha Loures, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	01/04/2009
PL 2013/2007	Câmara dos Deputados - Dr. Ubiali (PSB/SP)	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	01/04/2009
PL 6012/2005	Câmara dos Deputados - Leonardo Picciani (PMDB/RJ)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela inadequação financeira e orçamentária.	01/04/2009
PL 5652/2005	Câmara dos Deputados - Maria Helena (PPS/RR)	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela inadequação financeira e orçamentária.	01/04/2009
PL 1244/2007	Câmara dos Deputados - Zonta (PP/SC)	Parecer do relator, Dep. Rodrigo Rocha Loures, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	01/04/2009
PL 2531/2007	Câmara dos Deputados - Wilson Braga (PMDB/PB)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	01/04/2009
PL 951/2007	Câmara dos Deputados - Lira Maia (DEM/PA)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	01/04/2009
PL 3954/2008	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela adequação financeira e orçamentária.	29/04/2009
PL 1835/2007	Senado Federal - Paulo Paim (PT/RS)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	29/04/2009
PL 1397/2007	Senado Federal - Augusto Botelho (PT/RR)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	29/04/2009
PLP 358/2006	Câmara dos Deputados - Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	29/04/2009
PL 7463/2006	Câmara dos Deputados - Leonardo Picciani (PMDB/RJ)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	29/04/2009
PL 1573/2007	Senado Federal - Paulo Paim (PT/RS)	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto, da emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e do Substitutivo da CTASP.	29/04/2009
PL 3001/2008	Câmara dos Deputados - Vilson Covatti (PP/RS)	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	29/04/2009
PL 2462/2007	Câmara dos Deputados - Barbosa Neto (PDT/PR)	Parecer do relator, Dep. Armando Monteiro, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	29/04/2009

PL 6821/2006	Câmara dos Deputados - Alexandre Santos (PMDB/RJ)	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto, e do PL nº 7.062/06, apensado.	29/04/2009
PL 5968/2005	Câmara dos Deputados - Wellington Fagundes (PL/MT)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	29/04/2009
PL 5859/2005	Câmara dos Deputados - Alexandre Santos (PMDB/RJ)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	29/04/2009
PL 1567/2007	Senado Federal - Paulo Paim (PT/RS)	Parecer do relator, Dep. Arnaldo Madeira, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	29/04/2009
PL 6444/2005	Câmara dos Deputados - Pedro Chaves (PMDB/GO)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária da emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.	29/04/2009
PL 1954/2007	Câmara dos Deputados - Waldir Maranhão (PP/MA)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	29/04/2009
PL 2671/2003	Câmara dos Deputados - Vander Loubet (PT/MS)	Parecer do relator, Dep. Júlio Cesar, pela inadequação financeira e orçamentária.	29/04/2009
PL 2879/2008	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	13/05/2009
PDC 666/2008	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Parecer do relator, Dep. Arnaldo Madeira, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária.	13/05/2009
PL 7567/2006	Câmara dos Deputados - Nice Lobão (PFL/MA)	Parecer do relator, Dep. Arnaldo Madeira, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto, com a emenda da Comissão de Educação e Cultura e, no mérito, pela rejeição do Projeto e da emenda da CEC.	13/05/2009
PL 2258/2007	Câmara dos Deputados - Celso Maldaner (PMDB/SC)	Parecer do relator, Dep. Félix Mendonça, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	13/05/2009
PDC 497/2008	Câmara dos Deputados - Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.	Parecer do relator, Dep. Alfredo Kaefer, pela adequação financeira e orçamentária.	13/05/2009
PL 103/2007	Câmara dos Deputados - Jorge Tadeu Mudalen (PFL/SP)	Parecer do relator, Dep. Silvio Costa, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Turismo e Desporto.	13/05/2009

PL 1602/2007	Câmara dos Deputados - Jusmari Oliveira (PR/BA)	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição.	13/05/2009
PL 1234/2007	Câmara dos Deputados - Eduardo Gomes (PSDB/TO)	Parecer do relator, Dep. Ilderlei Cordeiro, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e das emendas da Comissão de Educação e Cultura.	13/05/2009
PL 6746/2006	Câmara dos Deputados - Júlio Redecker (PSDB/RS)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão do Trabalho, de Administração e Serviço Público e, no mérito, pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo da CTASP, com subemenda.	13/05/2009
PL 2199/2007	Câmara dos Deputados - Vignatti (PT/SC)	Parecer do relator, Dep. Andre Vargas, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do PL nº 3.774/08, apensado, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária da Emenda nº 1/07 da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e pela prejudicialidade das emendas nºs 1/09, 2/09 e 3/09 apresentadas na Comissão de Finanças e Tributação.	13/05/2009
PL 3305/2008	Câmara dos Deputados - José Eduardo Cardozo (PT/SP)	Parecer do relator, Dep. Andre Vargas, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com emenda; pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária das Emendas nºs 1 a 8/09, apresentadas na Comissão de Finanças e Tributação; e, no mérito, pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo da CTASP, e das emendas nº 1 e 8/09, apresentadas na CFT, e pela rejeição das emendas nºs 2 a 7/09, apresentadas na CFT.	20/05/2009
PL 2878/2008	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Vignatti, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	27/05/2009
PDC 567/2008	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Parecer do relator, Dep. Aelton Freitas, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária.	09/06/2009
PL 6992/2002	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela inadequação financeira e orçamentária.	09/06/2009
PDC 663/2008	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Parecer do relator, Dep. Ciro Gomes, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	09/06/2009
PL 4760/2009	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	09/06/2009
PL 1756/2007	Câmara dos Deputados - Paulo Henrique Lustosa (PMDB/CE)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e das emendas da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e, no mérito, pela aprovação do Projeto e das emendas da CDEIC.	09/06/2009
PL 2013/2003	Senado Federal - Tião Viana (PT/AC)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela adequação financeira e orçamentária.	09/06/2009

PL 6114/2005	Câmara dos Deputados - Lincoln Portela (PL/MG)	Parecer do relator, Dep. Luiz Carreira, pela inadequação financeira e orçamentária.	09/06/2009
PL 2153/2003	Câmara dos Deputados - Coronel Alves (PL/AP)	Parecer do relator, Dep. Virgílio Guimarães, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto, dos PL's n°s 6.440/05 e 862/07, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família.	09/06/2009
PL 731/2007	Câmara dos Deputados - Antonio Carlos Pannunzio (PSDB/SP)	Parecer do relator, Dep. Zonta, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor e, no mérito, pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo da CDC.	09/06/2009
PL 1699/2003	Câmara dos Deputados - Geraldo Resende (PPS/MS)	Parecer do relator, Dep. Carlos Melles, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto, do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família e das emendas da Comissão de Educação e Cultura.	09/06/2009
PL 4675/2004	Câmara dos Deputados - Walter Feldman (PSDB/SP)	Parecer do relator, Dep. João Paulo Cunha, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	09/06/2009
PL 1343/2007	Câmara dos Deputados - Jurandy Loureiro (PTB/ES)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	09/06/2009
PL 3350/1997	Câmara dos Deputados - José Linhares (PPB/CE)	Parecer do relator, Dep. Vignatti, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL n° 3.350/97 e do PL n° 1.318/99, apensado.	09/06/2009
PL 897/2007	Câmara dos Deputados - Uldurico Pinto (PMN/BA)	Parecer do relator, Dep. Antonio Palocci, pela inadequação financeira e orçamentária.	09/06/2009
PL 1816/2007	Câmara dos Deputados - Frank Aguiar (PTB/SP)	Parecer do relator, Dep. Virgílio Guimarães, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	09/06/2009
PL 5045/2005	Senado Federal - Marcelo Crivella (PL/RJ)	Parecer do relator, Dep. João Pizzolatti, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, cujo teor é o mesmo do Substitutivo da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.	09/06/2009
PL 4245/2004	Câmara dos Deputados - Fernando de Fabinho (PFL/BA)	Parecer do relator, Dep. João Magalhães, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura.	09/06/2009
PL 3125/2004	Câmara dos Deputados - Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)	Parecer do relator, Dep. Eduardo Amorim, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição.	09/06/2009
PL 3916/2004	Câmara dos Deputados - Humberto Michiles (PL/AM)	Parecer do relator, Dep. Ciro Gomes, pela prejudicialidade do Projeto e pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária dos PL's n°s 4.382/04 e 6.452/05, apensados, e das Emendas n°s 1 e 2 da Comissão de Educação e Cultura.	09/06/2009

PL 158/2003	Câmara dos Deputados - Inocêncio Oliveira (PFL/PE)	Parecer do relator, Dep. Virgílio Guimarães, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	09/06/2009
PL 2347/2007	Câmara dos Deputados - Augusto Carvalho (PPS/DF)	Parecer do relator, Dep. Armando Monteiro, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e da emenda da Comissão de Defesa do Consumidor e, no mérito, pela aprovação do Projeto, com emenda, e pela rejeição da emenda da CDC.	09/06/2009
PL 270/2003	Câmara dos Deputados - Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)	Parecer do Dep. João Dado, com Complementação de Voto, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 270/03, e dos PL's nºs 1.986/03, 2.429/07, 2.999/04, 3.492/04, apensados; pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária dos PL's nºs 2.254/07, 2.944/04 e 3.489/08, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e, no mérito, pela rejeição do PL nº 270/03, dos PL's nº 1.986/03, 2.999/04, 3.492/04 e 2.429/07, apensados, e pela aprovação dos PL's nºs 2.944/04, 3.489/08 e 2.254/07, apensados, e do Substitutivo da CDEIC, com Substitutivo.	17/06/2009
PL 2896/2008	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Antonio Palocci, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e das emendas da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; pela inadequação financeira e orçamentária da emenda apresentada na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul e, no mérito, pela aprovação do Projeto e pela rejeição das emendas apresentadas na CDEIC.	24/06/2009
PL 2642/2003	Senado Federal - Antero Paes de Barros (PSDB/MT)	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela inadequação financeira e orçamentária do PL nº 2.642/03, e pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária dos PL's nºs 7.128/06 e 4.164/04, apensados, das emendas 1/04 e 1/07 apresentadas na Comissão de Seguridade Social e Família, e da emenda apresentada pelo relator na CSSF ao PL nº 4.164/04.	24/06/2009
PL 6791/2006	Câmara dos Deputados - Celso Russomanno (PP/SP)	Parecer do relator, Dep. Ricardo Berzoini, e do relator-substituto, Dep. Pepe Vargas, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e da emenda da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime organizado e, no mérito, pela aprovação do Projeto e da emenda CSPCCO, com subemenda.	24/06/2009
PL 2688/2007	Câmara dos Deputados - José Guimarães (PT/CE)	Parecer do relator, Dep. Manoel e Junior, e do relator-substituto, Dep. Pepe Vargas, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	24/06/2009
PL 1858/2007	Câmara dos Deputados - Fernando de Fabinho (DEM/BA)	Parecer do relator, Dep. Armando Monteiro, e do relator-substituto, Dep. Guilherme Campos, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	24/06/2009

PL 1575/2007	Câmara dos Deputados - Pedro Wilson (PT/GO)	Parecer do relator, Dep. Rodrigo Rocha Loures, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e da Emenda da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.	24/06/2009
PL 4239/2004	Câmara dos Deputados - Pompeo de Mattos (PDT/RS)	Parecer do relator substituto, Dep. Guilherme Campos, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	24/06/2009
PL 4145/2008	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, com Complementação de Voto, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	15/07/2009
PLP 22/2007	Câmara dos Deputados - José Linhares (PP/CE)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição.	15/07/2009
PL 314/2003	Câmara dos Deputados - Sandro Mabel (PL/GO)	Parecer do relator, Dep. Pedro Novais, pela inadequação financeira e orçamentária do Projeto, do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e das emendas da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional.	15/07/2009
PL 1884/2007	Câmara dos Deputados - Fernando Coruja (PPS/SC)	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e da emenda da Comissão de Seguridade Social e Família.	15/07/2009
PL 1692/2007	Câmara dos Deputados - Cida Diogo (PT/RJ)	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família.	15/07/2009
PL 826/2003	Câmara dos Deputados - Lobbe Neto (PSDB/SP)	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto, do PL nº 1.545/03, apensado; do PL nº 3.631/04, apensado, desde que ajustado pela emenda de adequação; e da emenda da Comissão de Seguridade Social e Família.	15/07/2009
PL 1249/2003	Câmara dos Deputados - Carlos Nader (PFL/RJ)	Parecer do relator, Dep. Pedro Novais, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL nº 1.249/03, dos PL's nºs 1.466/03, 4.216/04 e 4.930/05, apensados, do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Urbano, do Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura e da emenda nº 1/07, apresentada na Comissão de Finanças e Tributação.	15/07/2009
PL 2054/2007	Câmara dos Deputados - Homero Pereira (PR/MT)	Parecer do relator, Dep. Júlio Cesar, pela inadequação financeira e orçamentária do Projeto e da Emenda nº 1/08 apresentada na Comissão de Finanças e Tributação.	15/07/2009
PL 1863/1996	Câmara dos Deputados - Pedro Corrêa (PPB/PE)	Parecer do relator, Dep. Armando Monteiro, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL 1.863/96, dos PL's 2.781/97, 3.252/97, 3.269/97, 3.397/97, 3.707/97, 3.969/97, 3.991/97, 435/99, 838/99, 1.111/99, 1.239/99, 1.342/99, 1.853/99, 1.885/99, 1.945/99 e 2.270/99, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Economia, Indústria e Comércio.	15/07/2009
PL 1247/2007	Câmara dos Deputados - Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e da Emenda da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional.	15/07/2009



PDC 864/2008	Senado Federal - Comissão de Assuntos Econômicos (NI/NI)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	15/07/2009
PL 1020/2007	Câmara dos Deputados - Celso Russomanno (PP/SP)	Parecer do relator, Dep. Félix Mendonça, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor.	15/07/2009
PLP 413/2008	Câmara dos Deputados - Laercio Oliveira (PSDB/SE)	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição.	15/07/2009
PL 2816/2003	Câmara dos Deputados - Luciano Castro (PL/RR)	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela inadequação financeira e orçamentária.	15/07/2009
PL 6062/2005	Câmara dos Deputados - Eduardo Gomes (PSDB/TO)	Parecer do relator, Dep. Antonio Palocci, pela inadequação financeira e orçamentária do Projeto e das emendas da Comissão de Minas e Energia.	15/07/2009
PL 1031/2007	Câmara dos Deputados - Professor Ruy Pauletti (PSDB/RS)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	15/07/2009
PL 6332/2005	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Virgílio Guimarães, e do relator-substituto, Dep. Pepe Vargas, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	12/08/2009
PL 3945/2008	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Vignatti, pela adequação financeira e orçamentária.	12/08/2009
PL 3947/2008	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela adequação financeira e orçamentária.	12/08/2009
PL 3948/2008	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Carlos Melles, pela adequação financeira e orçamentária.	12/08/2009
PL 3959/2008	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Geraldinho, pela adequação financeira e orçamentária.	12/08/2009
PL 2725/2007	Senado Federal - João Vicente Claudino (PTB/PI)	Parecer do relator, Dep. Arnaldo Madeira, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	12/08/2009
PL 1465/2007	Senado Federal - Pedro Simon (PMDB/RS)	Parecer do relator, Dep. Zonta, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	12/08/2009
PL 4496/2004	Senado Federal - César Borges (PFL/BA)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	12/08/2009
PL 2933/2008	Senado Federal - Cícero Lucena (PSDB/PB)	Parecer do relator, Dep. Rodrigo Rocha Loures, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	12/08/2009

PL 1782/2007	Câmara dos Deputados - Andreia Zito (PSDB/RJ)	Parecer do relator, Dep. João Paulo Cunha, e do relator-substituto, Dep. Ricardo Berzoini, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e, no mérito, pela incompetência da Comissão de Finanças e Tributação para apreciar o Projeto e o Substitutivo da CSPCCO.	12/08/2009
PL 2523/2007	Senado Federal - Sérgio Zambiasi (PTB/RS)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	12/08/2009
PLP 300/2008	Câmara dos Deputados - Carlos Souza (PP/AM)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	12/08/2009
PL 6412/2005	Senado Federal - Mão Santa (PMDB/PI)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL nº 6.412/05 e do PL nº 2.675/03, apensado.	12/08/2009
PL 5028/2009	Senado Federal - Jayme Campos (DEM/MT)	Parecer do relator, Dep. Silvio Costa, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL 5.028/09, do PL 6.913/06, apensado, e das Emendas nºs 1/06 e 2/06 da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público; pela não implicação	12/08/2009
PLP 301/2008	Câmara dos Deputados - Carlos Souza (PP/AM)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e da Emenda da Comissão de Turismo e Desporto.	12/08/2009
PLP 296/2008	Câmara dos Deputados - Carlos Souza (PP/AM)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	12/08/2009
PL 1292/2007	Senado Federal - Paulo Paim (PT/RS)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	12/08/2009
PL 1671/2007	Câmara dos Deputados - Nelson Pellegrino (PT/BA)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.	12/08/2009
PL 3565/2008	Senado Federal - Kátia Abreu (DEM/TO)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e do PL nº 423/07, apensado.	19/08/2009
PL 1456/2003	Câmara dos Deputados - Carlos Abicalil (PT/MT)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	19/08/2009
PL 2726/2007	Senado Federal - Sérgio Zambiasi (PTB/RS)	Parecer do relator, Dep. Ricardo Berzoini, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição.	19/08/2009
PL 1338/2007	Câmara dos Deputados - Uldurico Pinto (PMN/BA)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	19/08/2009
PL 2970/2004	Câmara dos Deputados - Nelson Pellegrino (PT/BA)	Parecer do relator, Dep. Silvio Costa, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	19/08/2009

PL 4458/2008	Câmara dos Deputados - Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	19/08/2009
PL 5184/2005	Câmara dos Deputados - Barbosa Neto (PSB/GO)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e do PL nº 5.380/05, apensado.	19/08/2009
PL 3496/2004	Câmara dos Deputados - Vicentinho (PT/SP)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela inadequação financeira e orçamentária do Projeto e da Emenda da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.	19/08/2009
PL 4073/2008	Câmara dos Deputados - Juvenil (PRTB/MG)	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição.	19/08/2009
PL 3956/2008	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Vignatti, pela adequação financeira e orçamentária.	26/08/2009
PL 3643/2008	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Vignatti, pela adequação financeira e orçamentária.	26/08/2009
PL 3946/2008	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	26/08/2009
PL 3955/2008	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela adequação financeira e orçamentária.	26/08/2009
PL 3949/2008	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Ricardo Barros, e do relator-substituto, Dep. Pepe Vargas, pela adequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.	02/09/2009
PDC 1619/2009	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Parecer do relator, Dep. Vicentinho Alves, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	09/09/2009
PL 3944/2008	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Ricardo Barros, e do relator-substituto, Dep. Pepe Vargas, pela adequação financeira e orçamentária do Projeto e das emendas da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.	09/09/2009
PL 1165/2007	Senado Federal - Tião Viana (PT/AC)	Parecer, com Complementação de Voto, do relator, Dep. Arnaldo Madeira, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com emendas.	09/09/2009
PL 3950/2008	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. João Magalhães, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	16/09/2009
PDC 1144/2008	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Parecer do relator, Dep. João Paulo Cunha, e do relator-substituto, Dep. Pepe Vargas, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	16/09/2009
PL 5245/2009	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Aelton Freitas, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 5.245/09, nos termos das emendas de adequação nºs 1 a 4; pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária das Emendas de Plenário nºs 1/09 e 3/09, e pela inadequação financeira e orçamentária da Emenda de Plenário nº 2/09.	16/09/2009
PL 3454/2008	SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela adequação financeira e orçamentária.	16/09/2009

PL 4855/2005	Câmara dos Deputados - Rose de Freitas (PMDB/ES)	Parecer do relator, Dep. Eduardo Cunha, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Viação e Transportes e, no mérito, pela aprovação do Projeto e do Substitutivo da CVT, com Substitutivo.	16/09/2009
PLP 378/2006	Câmara dos Deputados - Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)	Parecer do relator, Dep. Armando Monteiro, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto, nos termos do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e, no mérito, pela aprovação do Projeto, nos termos do	16/09/2009
PL 2295/2000	Senado Federal - Lúcio Alcântara (PSDB/CE)	Parecer do Relator, Dep. Ilderlei Cordeiro (PPS-AC), pela adequação financeira e orçamentária deste, e pela inadequação financeira e orçamentária do PL 2169/1999, do PL 969/1999, do PL 794/2007, do PL 1891/2007, e do PL 2392/2007, apensados.	16/09/2009
PL 3952/2008	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, e do relator substituto, Dep. Pepe Vargas, pela adequação financeira e orçamentária.	23/09/2009
PL 5779/2005	Câmara dos Deputados - Rubens Otoni (PT/GO)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e do PL nº 5.797/05, apensado.	23/09/2009
PL 283/2007	Câmara dos Deputados - Rafael Guerra (PSDB/MG)	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL 283/07 e do PL 1.644/07, apensado.	23/09/2009
PL 1417/1999	Câmara dos Deputados - Fernando Ferro (PT/PE)	Parecer do relator, Dep. Virgílio Guimarães, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	23/09/2009
PL 3256/2004	Câmara dos Deputados - Geraldo Resende (PPS/MS)	Parecer do relator, Dep. Aelton Freitas, pela inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 3.256-A/04 e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, e pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 4.261/04, apensado.	23/09/2009
PL 7394/2006	Câmara dos Deputados - Ariosto Holanda (PSB/CE)	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, e do relator substituto, Dep. João Dado, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	23/09/2009
PL 2578/2007	Câmara dos Deputados - Waldir Maranhão (PP/MA)	Parecer do relator, Dep. Leonardo Quintão, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	23/09/2009
PLP 420/2008	Câmara dos Deputados - Carlos Souza (PP/AM)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	23/09/2009
PLP 118/2003	Câmara dos Deputados - Eduardo Valverde (PT/RO)	Parecer do relator, Dep. Rodrigo Rocha Loures, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e das emendas da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.	23/09/2009
PLP 419/2008	Câmara dos Deputados - Carlos Souza (PP/AM)	Parecer do relator, Dep. Silvio Costa, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	23/09/2009

PL 3640/2008	Senado Federal - Sérgio Zambiasi (PTB/RS)	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária.	23/09/2009
PL 113/2003	Câmara dos Deputados - Luciano Castro (PFL/RR)	Parecer do relator, Dep. Aelton Freitas, e do relator substituto, Dep. André vargas, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do PL nº 113/03 e PL nº 5.228/05, apensado, e, no mérito, pela aprovação do PL nº 5.228/05, apensado, com 3 emendas, e pela rejeição do PL nº 113/03.	23/09/2009
PL 5664/2009	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	07/10/2009
PL 5665/2009	Poder Executivo	pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária das Emendas nºs 1 a 8/09 e 10 a 26/09, pela inadequação financeira e orçamentária da Emenda nº 9/09; e, no mérito, pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1/09, 5/09, 6/09, 12/09/, 15/09, 19/09, 21/09, 22/09 e 23/09, com Substitutivo, e pela rejeição das Emendas nºs 2/09, 3/09, 4/09, 7/09, 8/09, 11/09, 13/09, 14/09, 16/09, 17/09, 18/09, 20/09, 24/09, 25/09 e 26/09.	07/10/2009
PDC 1477/2009	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Parecer do relator, Dep. Vignatti, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	07/10/2009
PL 3244/2008	Câmara dos Deputados - Comissão de Legislação Participativa	Parecer do relator, Dep. Pedro Novais, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	07/10/2009
PL 25/2007	Câmara dos Deputados - Vicentinho (PT/SP)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	07/10/2009
PL 3980/2008	Câmara dos Deputados - Vinicius Carvalho (PTdoB/RJ)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	07/10/2009
PLP 16/2007	Câmara dos Deputados - Vital do Rêgo Filho (PMDB/PB)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com emenda.	07/10/2009
PL 2938/2008	Senado Federal - Paulo Paim (PT/RS)	Parecer do relator, Dep. Arnaldo Madeira, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	07/10/2009
PL 68/2007	Câmara dos Deputados - Felipe Bornier (PHS/RJ)	Parecer do relator, Dep. Ricardo Barros, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária da emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.	07/10/2009
PL 3224/2008	Câmara dos Deputados - José Airton Cirilo (PT/CE)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	07/10/2009
PL 7582/2006	Câmara dos Deputados - José	Parecer do relator, Dep. Reginaldo Lopes, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	07/10/2009

	Otávio Germano (PP/RS)		
PL 5969/2005	Câmara dos Deputados - Wellington Fagundes (PL/MT)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	07/10/2009
PL 3156/2008	Câmara dos Deputados - Gorete Pereira (PR/CE)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	07/10/2009
PL 4311/2008	Câmara dos Deputados - Paulo Lima (PMDB/SP)	Parecer do relator, Dep. Luiz Carreira, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.	07/10/2009
PL 6751/2006	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Luiz Carlos Hauly, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto, do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, e da subemenda da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.	14/10/2009
PL 946/2007	Câmara dos Deputados - Nelson Pellegrino (PT/BA)	Parecer do relator, Dep. Marcelo Castro, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	14/10/2009
PL 6973/2006	Câmara dos Deputados - Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	14/10/2009
PL 1346/2007	Câmara dos Deputados - Jurandy Loureiro (PTB/ES)	Parecer do relator, Dep. Arnaldo Madeira, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	14/10/2009
PL 6560/2006	Câmara dos Deputados - Paulo Pimenta (PT/RS)	Parecer do relator, Dep. Arnaldo Jardim, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	14/10/2009
PL 6978/2006	Câmara dos Deputados - Wladimir Costa (PMDB/PA)	Parecer do relator, Dep. Vignatti, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	14/10/2009
PL 4404/2004	Câmara dos Deputados - Fernando de Fabinho (PFL/BA)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	14/10/2009
PLP 428/2008	Câmara dos Deputados - Carlos Souza (PP/AM)	Parecer do relator, Dep. Júlio Cesar, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	14/10/2009
PL 3941/2008	Senado Federal - Marconi Perillo (PSDB/GO)	Parecer do relator, Dep. Gladson Cameli, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	14/10/2009
PL 1392/2007	Câmara dos Deputados - Vilson Covatti (PP/RS)	Parecer do relator, Dep. Vignatti, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e da emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.	14/10/2009
PL 1072/2007	Câmara dos Deputados - Silvinho Peccioli (DEM/SP)	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela inadequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família.	14/10/2009

PL 1404/2007	Câmara dos Deputados - Jusmari Oliveira (PR/BA)	Parecer do relator, Dep. Silvio Costa, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	14/10/2009
PL 5966/2005	Câmara dos Deputados - Wellington Fagundes (PL/MT)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	14/10/2009
PL 960/2007	Câmara dos Deputados - Lira Maia (DEM/PA)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	14/10/2009
PL 5782/2005	Câmara dos Deputados - Eduardo Gomes (PSDB/TO)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	14/10/2009
PL 367/2007	Câmara dos Deputados - Inocêncio Oliveira (PR/PE)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	14/10/2009
PLP 421/2008	Câmara dos Deputados - Carlos Souza (PP/AM)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	14/10/2009
PL 2724/2007	Senado Federal - Marconi Perillo (PSDB/GO)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	14/10/2009
PL 2124/2007	Câmara dos Deputados - Otavio Leite (PSDB/RJ)	Parecer do relator, Dep. Silvio Costa, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	14/10/2009
PLP 266/2005	Câmara dos Deputados - Zequinha Marinho (PSC/PA)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	14/10/2009
PL 2936/2008	Senado Federal - Marconi Perillo (PSDB/GO)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	14/10/2009
PL 7281/2006	Câmara dos Deputados - Sarney Filho (PV/MA)	Parecer do relator, Dep. Silvio Costa, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	14/10/2009
PL 3240/2008	Senado Federal - Cícero Lucena (psdb/pb)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	14/10/2009
PL 2672/2007	Senado Federal - Expedito Júnior (PR/RO)	Parecer do relator, Dep. Arnaldo Madeira, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	14/10/2009
PL 369/2007	Câmara dos Deputados - Inocêncio Oliveira (PR/PE)	Parecer do relator, Dep. Virgílio Guimarães, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	14/10/2009
PL 2517/2007	Senado Federal - Papaléo Paes (PSDB/AP)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	14/10/2009
PLP 423/2008	Câmara dos Deputados - Carlos Souza (PP/AM)	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	14/10/2009

PL 5916/2009	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Félix Mendonça, com Complementação de Voto, pela adequação financeira e orçamentária, com emenda.	28/10/2009
PL 3931/2008	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Vignatti, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 3.931/08 e da emenda da Comissão de Educação e Cultura.	28/10/2009
PL 491/2007	Câmara dos Deputados - Aelton Freitas (PR/MG)	Parecer do relator, Dep. João Magalhães, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto, da emenda da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, e no mérito, pela aprovação do Projeto, da emenda da CAINDR, com Substitutivo, e pela rejeição do Substitutivo da CDEIC.	28/10/2009
PL 3266/2008	Câmara dos Deputados - Dr. Adilson Soares (PR/RJ)	Parecer do relator, Dep. Aelton Freitas, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo.	28/10/2009
PLP 249/2007	Câmara dos Deputados - Vander Loubet (PT/MS)	Parecer do relator, Dep. Virgílio Guimarães, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PLP nº 249/07 e do PLP nº 290/08, apensado, e, no mérito, pela aprovação do PLP nº 249/07 e do PLP nº 290/08, apensado, com Substitutivo.	28/10/2009
PL 6865/2006	Câmara dos Deputados - Vicentinho (PT/SP)	Parecer do relator, Dep. Silvio Costa, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	28/10/2009
PL 4449/2004	Câmara dos Deputados - Marinha Raupp (PMDB/RO)	Parecer do relator, Dep. Antonio Palocci, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária da emenda da Comissão de Desenvolvimento, Econômico, Indústria e Comércio e das Emendas nºs 1/05, 1/07, 2/07, 3/07 e 4/07 apresentadas na Comissão de Finanças e Tributação.	28/10/2009
PL 5426/2005	Câmara dos Deputados - Eduardo Sciarra (PFL/PR)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto, do PL nº 6.033/05, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.	28/10/2009
PL 4752/2009	Poder Executivo	Parecer, com Complementação de Voto, do relator, Dep. Julio Semeghini, pela adequação financeira e orçamentária, com emenda.	04/11/2009
PL 295/2007	Câmara dos Deputados - Geraldo Pudim (PMDB/RJ)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	04/11/2009
PL 5069/2005	Câmara dos Deputados - Gorete Pereira (PMDB/CE)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	04/11/2009



PLP 295/2005	Câmara dos Deputados - Maria Helena (PPS/RR)	Parecer do Relator, Dep. Arnaldo Jardim, e do Relator-Substituto, Dep. Geraldinho, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e dos PLP's n°s 371/06, 33/07, 271/08, 440/08 e 484/09, apensados, e, no mérito, pela aprovação do Projeto e dos PLP's n°s 371/06, 33/07, 271/08, 440/08 e 484/09, apensados, na forma do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, com três subemendas.	04/11/2009
PL 3254/2004	Câmara dos Deputados - Geraldo Resende (PPS/MS)	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto, e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família.	04/11/2009
PL 2798/2008	Câmara dos Deputados - Uldurico Pinto (PMN/BA)	Parecer do relator, Dep. Arnaldo Madeira, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	04/11/2009
PLP 408/2008	Câmara dos Deputados - Dr. Talmir (PV/SP)	Parecer do relator, Dep. Luiz Carlos Hauly, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com emenda.	04/11/2009
PDC 866/2008	Senado Federal - Comissão de Assuntos Econômicos (NI/NI)	Parecer do relator, Dep. Antonio Palocci pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	04/11/2009
PDC 865/2008	Senado Federal - Comissão de Assuntos Econômicos (NI/NI)	Parecer do relator, Dep. Antonio Palocci, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	04/11/2009
PL 4659/2009	Senado Federal - Raimundo Colombo (DEM/SC)	Parecer do relator, Dep. Carlos Melles, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	04/11/2009
PDC 863/2008	Senado Federal - Comissão de Assuntos Econômicos (NI/NI)	Parecer do relator, Dep. Antonio Palocci, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	04/11/2009
PL 1176/1995	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Andre Vargas, ao Substitutivo do Senado, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	18/11/2009
PDC 1680/2009	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Parecer do relator, Dep. Silvio Costa, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	18/11/2009
PDC 1791/2009	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Parecer do relator, Dep. Ricardo Barros, e do relator substituto, Dep. Pedro Eugênio, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação. DCD de 19/11/09, PAG 65185 COL 02, Letra A.	18/11/2009
PL 3136/2000	Câmara dos Deputados - Pedro Pedrossian (PFL/MS)	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	18/11/2009
PL 5413/2005	Câmara dos Deputados - Rose	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL n° 5.413/05 e do PL n° 7.117/06, apensado.	18/11/2009

	de Freitas (PMDB/ES)		
PL 2562/2003	Câmara dos Deputados - Asdrubal Bentes (PMDB/PA)	Parecer do relator, Dep. Alfredo Kaefter, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	18/11/2009
PL 3307/2008	Câmara dos Deputados - Felipe Bornier (PHS/RJ)	Parecer do relator, Dep. Arnaldo Madeira, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	18/11/2009
PLP 458/2009	Câmara dos Deputados - José Fernando Aparecido de Oliveira (PV/MG)	Parecer do relator, Dep. Júlio Cesar, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição.	18/11/2009
PDC 1662/2009	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Parecer do relator, Dep. Marcelo Castro, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	25/11/2009
PL 5913/2009	Poder Executivo	Parecer do relator do Dep. Arnaldo Madeira, com Complementação de Voto, pela adequação financeira e orçamentária, com emenda.	25/11/2009
PL 5544/2009	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Eduardo Amorim, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	25/11/2009
PL 5545/2009	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	25/11/2009
PL 5542/2009	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	25/11/2009
PL 5543/2009	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	25/11/2009
PL 5541/2009	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Pedro Novais, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	25/11/2009
PL 5547/2009	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	25/11/2009
PL 4024/2008	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Virgílio Guimarães, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto, com emenda.	25/11/2009
PL 5548/2009	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Júlio Cesar, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	25/11/2009
PL 4026/2008	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Maurício Quintella Lessa, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	25/11/2009
PL 5549/2009	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Pedro Henry, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	25/11/2009
PL 5550/2009	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Aelton Freitas, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	25/11/2009
PL 4355/2008	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	25/11/2009

PL 4409/2008	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto e da Emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com emenda.	25/11/2009
PL 1786/2007	Câmara dos Deputados - Edmilson Valentim (PCdoB/RJ)	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária.	25/11/2009
PDC 1972/2009	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Parecer do relator, Dep. Ricardo Berzoini, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	02/12/2009
PL 5917/2009	Poder Executivo	Parecer com Complementação de Voto do relator, Dep. Aelton Freitas, pela adequação financeira e orçamentária, com emendas.	02/12/2009
PDC 1805/2009	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Parecer do relator, Dep. Rodrigo Rocha Loures, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	02/12/2009
PLP 270/2008	Câmara dos Deputados - João Dado (PDT/SP)	Parecer do relator, Dep. Gladson Cameli, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	02/12/2009
PL 6354/2005	Câmara dos Deputados - Leonardo Picciani (PMDB/RJ)	Parecer do relator, Dep. Ilderlei Cordeiro, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	02/12/2009
PL 135/2003	Câmara dos Deputados - Inocêncio Oliveira (PFL/PE)	Parecer do relator, Dep. João Paulo Cunha, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	02/12/2009
PL 1833/2007	Senado Federal - Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	Parecer do relator, Dep. Silvio Costa, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	02/12/2009
PL 2301/2007	Senado Federal - Paulo Paim (PT/RS)	Parecer do relator, Dep. Ciro Pedrosa, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	02/12/2009
PL 2550/2007	Câmara dos Deputados - Cezar Schirmer (PMDB/RS)	Parecer do relator, Dep. Arnaldo Madeira, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	02/12/2009
PL 4722/2009	Senado Federal - Wellington Salgado (PMDB/MG)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	02/12/2009
PL 3540/2008	Senado Federal - Valdir Raupp (PMDB/RO)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	02/12/2009
PL 3918/2008	Senado Federal - Raimundo Colombo (DEM/SC)	Parecer do relator, Dep. Silvio Costa, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	02/12/2009
PL 4570/2008	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	Parecer do relator, Dep. Júlio Cesar, pela adequação financeira e orçamentária, com emenda.	02/12/2009
PL 3269/2004	Câmara dos Deputados - Edson Duarte (PV/BA)	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela inadequação financeira e orçamentária.	02/12/2009

PL 5312/2009	MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela adequação financeira e orçamentária, com emenda.	02/12/2009
PDC 1658/2009	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Parecer do relator, Dep. Andre Vargas, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	09/12/2009
PL 5895/2009	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Vignatti, pela adequação financeira e orçamentária, com emenda.	09/12/2009
PL 3003/2008	Câmara dos Deputados - Fernando Gabeira (PV/RJ)	Parecer do relator, Dep. João Paulo Cunha, e do relator substituto, Dep. Pepe Vargas, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e, no mérito, pela aprovação do Projeto e do Substitutivo da CMADS, com emenda.	09/12/2009
PL 4696/2009	Senado Federal - Cícero Lucena (PSDB/PB)	Parecer do relator, Dep. Arnaldo Madeira, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	09/12/2009
PL 4724/2009	Senado Federal - Gerson Camata (PMDB/ES)	Parecer do relator, Dep. Arnaldo Madeira, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	09/12/2009
PL 623/1999	Câmara dos Deputados - Ricardo Izar (PPB/SP)	Parecer do relator, Dep. Antonio Palocci, pela inadequação financeira e orçamentária do Projeto e das emendas da Comissão de Minas e Energia.	09/12/2009
PL 1038/2007	Câmara dos Deputados - Ciro Nogueira (PP/PI)	Parecer do relator, Dep. Antonio Palocci, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição.	09/12/2009
PL 928/2007	Câmara dos Deputados - Paulo Piau (PMDB/MG)	Parecer do relator, Dep. Andre Vargas, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 928/07, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL nº 989/07, apensado; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 928/07.	09/12/2009
PL 4741/2009	Senado Federal - Sérgio Zambiasi (PTB/RS)	Parecer do relator, Dep. Arnaldo Madeira, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	09/12/2009
PL 2942/2008	Senado Federal - César Borges (PR/BA)	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	09/12/2009
PL 2165/2007	Câmara dos Deputados - Edigar Mão Branca (PV/BA)	Parecer do relator, Dep. Antonio Palocci, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	09/12/2009
PL 4023/2008	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Vignatti, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto, com emendas, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária da Emenda nº 2 da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária das Emendas nºs 1 e 3 da CTASP.	16/12/2009

PL 3891/2008	Poder Executivo	Parecer com Complementação de Voto do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto, com nova emenda saneadora, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária da Emenda nº 1/08 da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, e pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária da Emenda nº 2/08 da CTASP e das Emendas nºs 1 e 2/08 da Comissão de Educação e Cultura.	16/12/2009
PL 4572/2009	SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	Parecer do relator, Dep. João Paulo Cunha, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	16/12/2009
PL 107/2007	Câmara dos Deputados - Neilton Mulim (PR/RJ)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.	16/12/2009
PDC 1395/2009	Senado Federal - Comissão de Assuntos Econômicos (NI/NI)	Parecer do relator, Dep. Bilac Pinto, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	16/12/2009
PLP 470/2009	Câmara dos Deputados - Gustavo Fruet (PSDB/PR)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com emendas.	16/12/2009
PL 6143/2005	Câmara dos Deputados - João Grandão (PT/MS)	Parecer do relator, Dep. Ricardo Berzoini, pela incompatibilidade financeira e orçamentária do projeto e pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária da Emenda da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural	16/12/2009
PDC 1474/2009	Senado Federal - Comissão de Assuntos Econômicos (NI/NI)	Parecer do relator, Dep. Bilac Pinto, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	16/12/2009
PLP 460/2009	Câmara dos Deputados - José Aníbal (PSDB/SP)	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	16/12/2009
PL 3795/2004	Câmara dos Deputados - Laura Carneiro (PFL/RJ)	Parecer do relator e do relator substituto, Dep. Guilherme Campos, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 3.795/04; pela adequação financeira e orçamentária do PL nº 4.584/04, apensado; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 3.795/04 e PL nº 4.584/04, apensado, com Substitutivo.	16/12/2009
PL 4710/2009	Senado Federal - Mário Couto (PSDB/PA)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	16/12/2009

PL 1311/2007	Câmara dos Deputados - Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)	Parecer com Complementação de Voto do relator substituto, Dep. Pepe Vargas, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e, no mérito, pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo da CTASP, com emenda.  COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO: emenda saneadora ao inciso III do § 1º do art. 2º, limitando o valor da multa aplicada até R\$ 50.000,00.	16/12/2009
PL 5203/2009	Câmara dos Deputados - Arlindo Chinaglia (PT/SP)	Parecer do relator, Dep. Rodrigo Rocha Loures, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária.	16/12/2009
PL 2424/2007	Câmara dos Deputados - Augusto Carvalho (PPS/DF)	Parecer do relator, Dep. Rodrigo Rocha Loures, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	16/12/2009
PL 5888/2005	Senado Federal - Valdir Raupp (PMDB/RO)	Parecer do relator, Dep. Paulo Maluf, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	16/12/2009
PL 1628/2007	Câmara dos Deputados - Antonio José Medeiros (PT/PI)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela compatibilidade financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo.	16/12/2009
PL 5780/2005	Câmara dos Deputados - Jaime Martins (PL/MG)	Parecer do relator, Dep. Paulo Maluf, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	16/12/2009
PL 2243/2007	Câmara dos Deputados - Dr. Talmir (PV/SP)	Parecer do relator, Dep. Alfredo Kaefer, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e da emenda da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e, no mérito, pela aprovação do Projeto e da emenda da CMADS.	16/12/2009
PL 5491/2009	MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	Parecer do relator, Dep. Vital do Rêgo Filho, e do relator substituto, Dep. Pepe Vargas, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto e da emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com emenda.	16/12/2009
PL 5912/2009	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Vignatti, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	17/03/2010
PL 4184/2008	Câmara dos Deputados - Fátima Bezerra (PT/RN)	Parecer do relator, Dep. Arnaldo Madeira, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	17/03/2010
PLP 445/2009	Câmara dos Deputados - Roberto Rocha (PSDB/MA)	Parecer do relator, Dep. Virgílio Guimarães e do relator substituto, Dep. Vignatti, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição.	17/03/2010
PL 4750/2009	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	24/03/2010

PDC 1674/2009	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Parecer do relator, Dep. Ilderlei Cordeiro, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	24/03/2010
PLP 251/2007	Câmara dos Deputados - Antonio Palocci (PT/SP)	Parecer do relator substituto, Dep. Pedro Eugênio, pela adequação financeira e orçamentária do Projeto e da emenda da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e, no mérito, pela aprovação do Projeto e rejeição da emenda da CDEIC.	24/03/2010
PL 1899/2007	Câmara dos Deputados - Uldurico Pinto (PMN/BA)	Parecer do relator, Dep. Andre Vargas, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	24/03/2010
PL 4718/2009	Senado Federal - Lúcia Vânia (PSBD/GO)	Parecer do relator, Dep. Jorge Boeira, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	24/03/2010
PLP 114/2007	Câmara dos Deputados - Luiz Fernando Faria (PP/MG)	Parecer do relator, Dep. Jorge Boeira, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição.	24/03/2010
PLP 256/2007	Câmara dos Deputados - Dr. Paulo César (PR/RJ)	Parecer do relator, Dep. Antonio Palocci, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição.	24/03/2010
PL 4121/2008	Senado Federal - Paulo Hartung (PSB/ES)	Parecer do relator, Dep. Gladson Cameli, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e, no mérito, pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo da CDEIC.	24/03/2010
PL 5497/2009	Câmara dos Deputados - Carlos Bezerra (PMDB/MT)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição.	24/03/2010
PL 2153/2007	Câmara dos Deputados - Vander Loubet (PT/MS)	Parecer do relator, Dep. Félix Mendonça, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição.	24/03/2010
PL 1621/2003	Câmara dos Deputados - Vander Loubet (PT/MS)	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 1.621/03 e do PL nº 4.782/05, apensado, e, no mérito, pela rejeição do PL nº 1.621/03 e do PL nº 4.782/05, apensado.	24/03/2010
PL 4466/2008	Câmara dos Deputados - Milton Monti (PR/SP)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	24/03/2010
PLP 422/2008	Câmara dos Deputados - Carlos Souza (PP/AM)	Parecer do relator, Dep. Silvio Costa, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	24/03/2010
PL 7440/2006	Câmara dos Deputados - Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)	Parecer do relator, Dep. Ciro Pedrosa, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	24/03/2010

PLP 299/2008	Câmara dos Deputados - Carlos Souza (PP/AM)	Parecer do relator, Dep. Arnaldo Madeira, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	07/04/2010
PL 932/2007	Câmara dos Deputados - Mauro Nazif (PSB/RO)	Parecer do relator substituto, Dep. Ilderlei Cordeiro, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	07/04/2010
PLP 424/2008	Câmara dos Deputados - Carlos Souza (PP/AM)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	07/04/2010
PL 725/2007	Câmara dos Deputados - Sandes Júnior (PP/GO)	Parecer do relator, Dep. Luiz Carreira, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 725/07, do PL nº 4.829/09, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 725/07 e do PL nº 4.829/09, apensado, nos termos do Substitutivo da CTASP.	07/04/2010
PL 3990/2008	Câmara dos Deputados - Rebecca Garcia (PP/AM)	Parecer do relator, Dep. Arnaldo Madeira, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL nº 3.990/08 e do PL nº 4.098/08, apensado.	07/04/2010
PL 1754/2007	Câmara dos Deputados - Átila Lira (PSB/PI)	Parecer do relator, Dep. Rodrigo Rocha Loures, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 1.754/07 e do PL nº 3.153/08, apensado, e, no mérito, pela rejeição do PL nº 1.754/07 e do PL nº 3.153/08, apensado.	07/04/2010
PL 2012/2007	Câmara dos Deputados - Dr. Ubiali (PSB/SP)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária..	07/04/2010
PLP 82/2007	Câmara dos Deputados - Eliene Lima (PP/MT)	Parecer do relator, Dep. Alfredo Kaefer, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição.	07/04/2010
PL 1964/2007	Câmara dos Deputados - Edson Ezequiel (PMDB/RJ)	Parecer do relator, Deputado Ricardo Berzoini, e do relator substituto, Dep. José Guimarães, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo.	07/04/2010
PL 2297/2007	Câmara dos Deputados - Fernando Coelho Filho (PSB/PE)	Parecer do relator, Dep. Arnaldo Madeira, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	07/04/2010
PLP 295/2008	Câmara dos Deputados - Carlos Souza (PP/AM)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	07/04/2010
PL 2607/2007	Câmara dos Deputados - Pepe Vargas (PT/RS)	Parecer do relator, Deputado Aelton Freitas, e do relator substituto, Dep. Pedro Eugênio, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com emendas.	07/04/2010



PL 6527/2006	Câmara dos Deputados - Wellington Fagundes (PL/MT)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 6.527/06, do PL nº 1.740/07, apensado, e das emendas da Comissão de Defesa do Consumidor e, no mérito, pela aprovação do PL nº 6.527/06, do PL nº 1.740/07, apensado, e das emendas da CDC, com Substitutivo.	07/04/2010
PL 5967/2005	Câmara dos Deputados - Wellington Fagundes (PL/MT)	Parecer do relator, Dep. Vignatti, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária da emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.	07/04/2010
PL 4413/2008	Poder Executivo	Parecer com Complementação de Voto do relator, Dep. Arnaldo Madeira, pela adequação financeira e orçamentária do Projeto, do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, das Emendas nºs 1 a 23/09 apresentadas ao primeiro Substitutivo do relator da CTASP e das Emendas nºs 1 a 8/09 apresentadas na CFT; e, no mérito, pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo da CTASP, com emendas, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 8/09 apresentadas na CFT.	14/04/2010
PL 5798/2009	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Vignatti, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação das Emendas do Senado Federal ao PL nº 5.798/09.	14/04/2010
PL 6689/2002	Câmara dos Deputados - Adão Preto (PT/RS)	Parecer do relator, Dep. Armando Monteiro, pela inadequação financeira e orçamentária do Projeto e das emendas da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.	14/04/2010
PL 2719/2007	Câmara dos Deputados - Eduardo da Fonte (PP/PE)	Parecer do relator, Dep. Jorge Boeira, pela inadequação financeira e orçamentária.	14/04/2010
PL 5001/2009	Câmara dos Deputados - José Aníbal (PSDB/SP)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	14/04/2010
PL 6846/2006	Câmara dos Deputados - Alberto Fraga (PFL/DF)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade financeira e orçamentária.	14/04/2010
PL 1927/1999	Câmara dos Deputados - Max Rosenmann (PSDB/PR)	Parecer do relator, Dep. Ricardo Berzoini, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	14/04/2010
PL 1669/2003	Câmara dos Deputados - Walter Pinheiro (PT/BA)	Parecer do relator, Dep. Andre Vargas, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do PL nº 1.669/03, do PL nº 2.539/03, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família; e, no mérito, pela rejeição do PL nº 1.669/03, do PL nº 2.539/03, apensado, e do Substitutivo da CSSF.	14/04/2010
PL 1841/2007	Câmara dos Deputados - Marcelo Ortiz (PV/SP)	Parecer do relator, Dep. Andre Vargas, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	14/04/2010
PL 1866/2007	Câmara dos Deputados - Cleber Verde (PRB/MA)	Parecer do relator, Dep. Armando Monteiro, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição.	14/04/2010

PL 2756/2008	Câmara dos Deputados - Sandra Rosado (PSB/RN)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	14/04/2010
PL 4708/2009	Senado Federal - Mário Couto (PSDB/PA)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	28/04/2010
PL 4709/2009	Senado Federal - Gim Argello (PTB/DF)	Parecer do relator, Deputado Pedro Eugênio, pela inadequação financeira e orçamentária.	28/04/2010
PL 1965/2007	Câmara dos Deputados - Marcelo Ortiz (PV/SP)	Parecer do relator, Dep. Luiz Carreira, e do relator substituto, Dep. Guilherme Campos, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL 1.965/07, dos PL's nºs 4.099/08, 4.489/08, e 5.934/09, apensados e do Substitutivo da Comissão de CMADS.	28/04/2010
PDC 2226/2009	Câmara dos Deputados - Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)	Parecer com Complementação de Voto do relator, Dep. Arnaldo Madeira, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	28/04/2010
PL 1568/2007	Senado Federal - Gerson Camata (PMDB/ES)	Parecer com Complementação de Voto do relator, Dep. João Dado, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto, da emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e da emenda apresentada ao 1º Substitutivo do relator da CFT e, no mérito, pela aprovação do Projeto e da emenda da CTASP, com 2º Substitutivo, e pela rejeição da emenda apresentada ao 1º Substitutivo do relator da CFT.	28/04/2010
PLP 297/2008	Câmara dos Deputados - Carlos Souza (PP/AM)	Parecer do relator, Dep. Arnaldo Madeira, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação	28/04/2010
PL 3292/2008	Câmara dos Deputados - Celso Russomanno (PP/SP)	Parecer do relator, Dep. Aelton Freitas, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emendas.	28/04/2010
PL 5920/2009	Poder Executivo	Parecer com Complementação de Voto, Dep. Virgílio Guimarães, adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 5.920-A, de 2009; pela não implicação orçamentária e financeira das emendas nº 7, 13, 28, 31, 68 e 80 apresentadas, no prazo regimental, perante a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público; e pela incompatibilidade orçamentária e financeira das demais emendas apresentadas no âmbito da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviços Públicos, inclusive das emendas de Relator, e as apresentadas junto a esta Comissão de Finanças e Tributação.	05/05/2010
PL 3411/2008	Câmara dos Deputados - Giacobbo (PR/PR)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição.	05/05/2010
PL 6082/2002	Câmara dos Deputados - Enio Bacci (PDT/RS)	Parecer do relator, Dep. Vignatti, pela incompatibilidade financeira e orçamentária.	05/05/2010

PL 6787/2006	Câmara dos Deputados - Celso Russomanno (PP/SP)	Parecer do relator, Dep. Ciro Gomes, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição.	05/05/2010
PL 3752/2008	Câmara dos Deputados - Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família.	05/05/2010
PL 2765/2008	Câmara dos Deputados - Angelo Vanhoni (PT/PR)	Parecer do relator, Dep. Edgar Moury, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	05/05/2010
PL 6362/2005	Câmara dos Deputados - Vicentinho (PT/SP)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL nº 6.362/05 e dos PL's nºs 7.687/06, 358/07 e 2.679/07, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.	05/05/2010
PLP 312/2005	Câmara dos Deputados - Fernando de Fabinho (PFL/BA)	Parecer do relator, Dep. Vignatti, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	05/05/2010
PL 119/2007	Câmara dos Deputados - Alexandre Silveira (PPS/MG)	Parecer do relator, Deputado Luiz Carlos Hauy, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	19/05/2010
PL 2770/2003	Câmara dos Deputados - Milton Monti (PL/SP)	Parecer do relator, Dep. Ciro Gomes, pela inadequação financeira e orçamentária do PL nº 2.770/03 e do PL nº 6.555/06, apensado.	19/05/2010
PL 3595/2008	Câmara dos Deputados - Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Parecer do relator, Deputado Guilherme Campos, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	19/05/2010
PLP 426/2008	Câmara dos Deputados - Carlos Souza (PP/AM)	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	19/05/2010
PL 4984/2005	Câmara dos Deputados - Luiz Carreira (PFL/BA)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária da emenda da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.	19/05/2010
PLP 302/2008	Câmara dos Deputados - Carlos Souza (PP/AM)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	19/05/2010
PL 3923/2008	Senado Federal - Valdir Raupp (PMDB/RO)	Parecer do relator, Dep. Arnaldo Madeira, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	19/05/2010
PL 4735/2009	Senado Federal - Valdir Raupp (PMDB/RO)	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	19/05/2010
PL 4738/2009	Senado Federal - José Maranhão (PMDB/PB)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL nº 4.738/09, do PL nº 3.863/08, apensado e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.	19/05/2010

PL 2348/2007	Senado Federal - Valdir Raupp (PMDB/RO)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, e do Relator Substituto, Dep. Armando Monteiro, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 2.348/07, do PL nº 3.105/08, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 3.105/08, apensado, e pela rejeição do PL nº 2.348/07 e do Substitutivo da CDC.	19/05/2010
PL 1186/2007	Câmara dos Deputados - Elcione Barbalho (PMDB/PA)	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela adequação financeira e orçamentária do Projeto e das emendas da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.	19/05/2010
PL 3062/2008	Câmara dos Deputados - Angela Amin (PP/SC)	Parecer do relator, Dep. Zonta, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do PL nº 3.062/08, dos PL's nºs 3.664/08 e 4.375/08, apensados, e das emendas da Comissão de Viação e Transportes; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 3.062/08 e das emendas da CVT, com Substitutivo, e pela rejeição dos PL's nºs 3.664/08 e 4.375/08, apensados.	19/05/2010
PL 4723/2009	Senado Federal - Gerson Camata (PMDB/ES)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	19/05/2010
PL 5517/2005	Câmara dos Deputados - Marcelo Guimarães Filho (PL/BA)	Parecer do relator, Deputado Luiz Carlos Hauly, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor e, no mérito, pela rejeição do Projeto e do Substitutivo da CDC.	19/05/2010
PDC 2075/2009	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Parecer do relator, Dep. Virgílio Guimarães, e do relator substituto, Dep. José Guimarães, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	26/05/2010
PL 5914/2009	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	26/05/2010
PL 5771/2009	Supremo Tribunal Federal	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	26/05/2010
PL 6419/2005	Senado Federal - Gerson Camata (PMDB/ES)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	26/05/2010
PL 51/2007	Câmara dos Deputados - Neilton Mulim (PR/RJ)	Parecer do relator, Dep. Maurício Quintella Lessa, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto, e pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária da emenda da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.	26/05/2010
PL 4728/2009	Senado Federal - Roseana Sarney (PMDB/MA)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	26/05/2010
PL 4045/2008	Senado Federal - Cristovam Buarque (PDT/DF)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	26/05/2010
PL 4746/2009	Senado Federal - João Vicente Claudino (PTB/PI)	Parecer do relator, Dep. Ilderlei Cordeiro, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	26/05/2010

PL 5915/2009	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto e pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária da emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.	26/05/2010
PL 2727/2007	Senado Federal - Valdir Raupp (PMDB/RO)	Parecer do relator, Dep. Arnaldo Madeira, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	26/05/2010
PL 3936/2008	Senado Federal - Valdir Raupp (PMDB/RO)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	26/05/2010
PL 164/2007	Câmara dos Deputados - Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela inadequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família.	09/06/2010
PL 5133/2009	Câmara dos Deputados - Gonzaga Patriota (PSB/PE)	Parecer do relator, Dep. João Paulo Cunha, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	09/06/2010
PLP 116/2007	Câmara dos Deputados - Elcione Barbalho (PMDB/PA)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, e do relator substituto, Dep. José Guimarães, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição.	09/06/2010
PL 4716/2009	Senado Federal - Rosalba Ciarlini (DEM/RN)	Parecer do relator, Dep. João Paulo Cunha, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e da emenda da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, com envio de Indicação ao Poder Executivo.	09/06/2010
PL 6214/2005	Câmara dos Deputados - Fernando de Fabinho (PFL/BA)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	09/06/2010
PL 4729/2009	Senado Federal - Roseana Sarney (PMDB/MA)	Parecer do relator, Dep. Charles Lucena, pela inadequação financeira e orçamentária.	09/06/2010
PL 5959/2009	Câmara dos Deputados - Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	Parecer do relator, Dep. Carlos Melles, pela inadequação financeira e orçamentária.	09/06/2010
PL 1528/2007	Câmara dos Deputados - José Otávio Germano (PP/RS)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	09/06/2010
PL 3985/2008	Senado Federal - Roseana Sarney (PMDB/MA)	Parecer do relator, Dep. Ricardo Berzoini, pela incompatibilidade financeira e orçamentária.	09/06/2010
PL 5909/2009	MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emendas.	09/06/2010
PL 4744/2009	Senado Federal - Roseana Sarney (PMDB/MA)	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela inadequação financeira e orçamentária.	16/06/2010
PL 6696/2006	Câmara dos Deputados - Jair Bolsonaro (PP/RJ)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	16/06/2010

PLP 510/2009	Câmara dos Deputados - Francisco Praciano (PT/AM)	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo.	16/06/2010
PL 5077/2009	Câmara dos Deputados - Silvio Torres (PSDB/SP)	Parecer do relator, Dep. Luiz Carlos Hauly, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	16/06/2010
PL 7675/2006	Câmara dos Deputados - Mariângela Duarte (PT/SP)	Parecer do relator, Dep. Virgílio Guimarães, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária.	16/06/2010
PDC 2392/2010	Câmara dos Deputados - Raul Jungmann (PPS/PE)	Parecer do relator, Dep. Charles Lucena, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	16/06/2010
PL 5030/2009	Senado Federal - Lobão Filho (PMDB/MA)	Parecer do relator, Dep. Vignatti, com Complementação de Voto, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária, com emendas.	16/06/2010
PL 2980/2004	Câmara dos Deputados - Eduardo Valverde (PT/RO)	Parecer do Relator, Dep. Pedro Eugênio, e do Relator Substituto, Dep. José Guimarães, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 2.980/04 e do PL nº 3.616/04, apensado, e pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do PL nº 4.575/09, apensado, e da emenda da Comissão de Direitos Humanos e Minorias.	16/06/2010
PL 1464/2007	Câmara dos Deputados - Zequinha Marinho (PMDB/PA)	Parecer do relator, Dep. Ricardo Berzoini, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.	23/06/2010
PL 1610/2007	Câmara dos Deputados - William Woo (PSDB/SP)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição.	23/06/2010
PL 6517/2009	Câmara dos Deputados - Carlos Bezerra (PMDB/MT)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	23/06/2010
PDC 1790/2009	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Parecer do relator, Dep. Pedro Novais, e do relator substituto, Dep. José Guimarães, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo.	07/07/2010
PL 3077/2008	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família; e, no mérito, pela aprovação do Projeto, com Substitutivo.	07/07/2010
PL 4077/2008	Câmara dos Deputados - Juvenil (PRTB/MG)	Parecer do relator, Dep. Pedro Novais, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	07/07/2010

PL 728/1999	Câmara dos Deputados - Coraúci Sobrinho (PFL/SP)	pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 728/99 e dos PL's nºs 1.412/99, 3.425/00, 978/03, 2.113/03, 3.824/04, 4.755/05, 6.441/05, 1.511/07, 2.281/07, 4.612/09, 5.114/09, apensados; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 728/99 e dos PL's nºs 1.412/99, 3.425/00, 978/03, 4.612/09 e 5.114/09, apensados, com Substitutivo, e pela rejeição dos PL's nºs 2.113/03, 3.824/04, 4.755/05, 6.441/05, 1.511/07 e 2.281/07, apensados..	07/07/2010
PL 6868/2010	Senado Federal - Marisa Serrano (PSDB/MS)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 6.868/10, pela inadequação financeira e orçamentária dos PL's nºs 4.392/01, 4.413/04 e 1.520/07, apensados, e pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária da emenda da Comissão de Educação e Cultura ao PL nº 4.392/01, apensado, e da emenda da Comissão de Seguridade Social e Família ao PL nº 1.520/07, apensado.	07/07/2010
PL 1584/2007	Câmara dos Deputados - Vander Loubet (PT/MS)	Parecer do relator, Dep. Márcio Reinaldo Moreira, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e das emendas da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.	07/07/2010
PL 5352/2009	Câmara dos Deputados - Capitão Assunção (PSB/ES)	Parecer do Relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	07/07/2010
PL 3349/2008	Câmara dos Deputados - Dr. Talmir (PV/SP)	Parecer do relator, Dep. Márcio Reinaldo Moreira, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	14/07/2010
PL 3915/2008	Senado Federal - Paulo Paim (PT/RS)	Parecer do relator, Dep. Arnaldo Madeira, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	14/07/2010
PL 4330/2008	Câmara dos Deputados - Tadeu Filippelli (PMDB/DF)	Parecer da relatora, Dep. Luciana Genro, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e da Emenda nº 1/09 apresentada na Comissão de Finanças e Tributação e, no mérito, pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1/09 apresentada na CFT.	14/07/2010
PL 5620/2009	Câmara dos Deputados - Paes Landim (PTB/PI)	Parecer do relator, Dep. Ricardo Berzoini, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e, no mérito, pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo da CDEIC.	14/07/2010
PL 6408/2009	Câmara dos Deputados - Comissão de Legislação Participativa	Parecer do relator, Dep. Márcio Reinaldo Moreira, pela inadequação financeira e orçamentária do PL nº 6.408/09 e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.	14/07/2010
PL 4717/2009	Senado Federal - Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	Parecer do relator, Dep. Arnaldo Madeira, pela inadequação financeira e orçamentária.	14/07/2010

PL 5785/2009	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Cleber Verde, e do relator substituto, Dep. Rodrigo Rocha Loures, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 5.785/09 e do Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura e das Emendas nºs 1 e 2/09 apresentadas na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária da Emenda nº 3/09 apresentada na CREDN.	10/11/2010
PL 3943/2008	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Ciro Pedrosa, com Complementação de Voto, pela adequação financeira e orçamentária do Projeto, com emenda, e pela prejudicialidade das emendas apresentadas na Comissão.	10/11/2010
PL 5894/2009	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Vignatti, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.	10/11/2010
PL 4567/2008	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DF	Parecer do relator, Deputado Magela, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto e da Emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.	10/11/2010
PL 2457/2007	Câmara dos Deputados - Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	10/11/2010
PL 4403/2008	Senado Federal - Expedito Júnior (PR/RO)	Parecer do relator, Dep. Júlio Cesar, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	10/11/2010
PL 6680/2009	Câmara dos Deputados - Marco Maia (PT/RS)	Parecer do relator, Dep. José Guimarães, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto, nos termos do Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com emendas saneadoras; e, no mérito, pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo da CAPADR.	10/11/2010
PL 4736/2009	Senado Federal - Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela inadequação financeira e orçamentária.	10/11/2010
PL 6742/2006	Câmara dos Deputados - Vicentinho (PT/SP)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	10/11/2010
PL 4426/2008	Câmara dos Deputados - Paulo Lima (PMDB/SP)	Parecer do relator, Dep. Ciro Pedrosa, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária.	10/11/2010
PL 6530/2009	Senado Federal - Francisco Dornelles (PP/RJ)	Parecer do relator, Dep. Luiz Carlos Hauly, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	10/11/2010
PL 3897/2008	Câmara dos Deputados - Geraldo Pudim (PMDB/RJ)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	10/11/2010
PL 5540/2009	Câmara dos Deputados - Marcos Antonio (PRB/PE)	Parecer do relator, Dep. Charles Lucena, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	10/11/2010
PL 4560/2008	Senado Federal - Expedito Júnior (PR/RO)	Parecer do relator, Dep. Márcio Reinaldo Moreira, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	10/11/2010



PL 5160/2009	Senado Federal - Paulo Paim (PT/RS)	Parecer do relator, Dep. Júlio Cesar, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	10/11/2010
PL 740/2007	Senado Federal - José Sarney (PMDB/AP)	Parecer do relator, Dep. Cleber Verde, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	10/11/2010
PL 4867/2009	Câmara dos Deputados - Beto Faro (PT/PA)	Parecer do relator, Dep. Armando Monteiro, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	17/11/2010
PL 7445/2010	Senado Federal - Flávio Arns (PSDB/PR)	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela adequação financeira e orçamentária do Projeto e pela prejudicialidade das emendas apresentadas na Comissão.	17/11/2010
PL 1169/2007	Senado Federal - Cristovam Buarque (PDT/DF)	Parecer do relator, Dep. Armando Monteiro, pela inadequação financeira e orçamentária.	17/11/2010
PL 1822/1996	Câmara dos Deputados - Ary Kara (PMDB/SP)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela inadequação financeira e orçamentária do PL nº 1.822/96 e dos PL nºs 2.645/96, 3.835/97, 4.213/98, 582/03, apensados.	17/11/2010
PL 4743/2009	Senado Federal - Paulo Paim (PT/RS)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.	17/11/2010
PL 7593/2006	Senado Federal - Efraim Moraes (PFL/PB)	Parecer do relator, Dep. João Paulo Cunha, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	17/11/2010
PL 3208/2004	Câmara dos Deputados - Zequinha Marinho (PSC/PA)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela inadequação financeira e orçamentária do PL nº 3.208/04 e dos PL's nºs 4.090/04, 4.223/04, 4.421/04, 5.595/09 e 7.050/10, apensados.	17/11/2010
PL 2213/2007	Senado Federal - Francisco Dornelles (PP/RJ)	Parecer do relator, Dep. Virgílio Guimarães, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL nº 2.213/07 e do PL nº 1.617/07, apensado.	17/11/2010
PL 6103/2005	Senado Federal - Luiz Pontes (PSDB/CE)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela adequação financeira e orçamentária.	17/11/2010
PL 6822/2010	Senado Federal - Paulo Paim (PT/RS)	Parecer do relator, Dep. Charles Lucena, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária.	17/11/2010
PL 670/2007	Câmara dos Deputados - Valdir Colatto (PMDB/SC)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária.	17/11/2010
PL 2741/2003	Câmara dos Deputados - Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Parecer da relatora, Dep. Luciana Genro, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 2.741/03, dos PL's nºs 4.141/04 e 4.196/04, apensados, dos Substitutivos da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e da Comissão de Defesa do Consumidor e da subemenda da Comissão de Viação e Transportes.	17/11/2010
PL 2460/2007	Câmara dos Deputados - Adão Pretto (PT/RS)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e da emenda da Comissão de Desenvolvimento Urbano.	17/11/2010

PL 4207/2008	Câmara dos Deputados - Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a realidade do Sistema Carcerário brasileiro, com destaque para a superlotação dos presídios, custos sociais e econômicos desses estabelecimentos, a permanência de encarcerados que já cumpriram pena, a violência dentro das instituições do sistema carcerário, a corrupção, o crime organizado e suas ramificações nos presídios e buscar soluções para o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais.	Parecer do relator, Dep. Zonta, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e da emenda da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e, no mérito, pela rejeição do Projeto e da emenda da CSPCCO.	17/11/2010
PLP 439/2008	Câmara dos Deputados - Márcio França (PSB/SP)	Parecer do relator, Dep. Virgílio Guimarães, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição.	17/11/2010
PDC 2300/2009	Senado Federal - Leomar Quintanilha (PMDB/TO)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	17/11/2010
PL 3509/2008	Câmara dos Deputados - Dr. Ubiali (PSB/SP)	Parecer do relator, Dep. Arnaldo Madeira, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	17/11/2010
PL 3961/2008	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Vignatti, pela adequação financeira e orçamentária.	24/11/2010
PL 7624/2010	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	24/11/2010
PL 7574/2010	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Rubens Otoni, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	24/11/2010
PL 7575/2010	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Maurício Quintella Lessa, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	24/11/2010
PL 7625/2010	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	24/11/2010

PL 7576/2010	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Valadares Filho, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	24/11/2010
PL 7623/2010	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	24/11/2010
PL 7621/2010	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Valtenir Pereira, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com Emenda.	24/11/2010
PL 7573/2010	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Vignatti, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	24/11/2010
PL 7622/2010	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Ricardo Barros, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	24/11/2010
PL 5390/2009	Câmara dos Deputados - Perpétua Almeida (PCdoB/AC)	Parecer do relator, Dep. Pedro Novais, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.	24/11/2010
PL 2149/2007	Câmara dos Deputados - Professor Ruy Pauletti (PSDB/RS)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	24/11/2010
PL 3077/2000	Câmara dos Deputados - Ricardo Ferraço (PSDB/ES)	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	24/11/2010
PL 2150/2007	Câmara dos Deputados - Marcos Medrado (PDT/BA)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.	24/11/2010
PL 4739/2009	Senado Federal - Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Parecer do relator, Dep. Silvio Costa, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	24/11/2010
PL 5747/2009	Senado Federal - Cícero Lucena (PSDB/PB)	Parecer do relator, Dep. Osmar Júnior, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	01/12/2010
PL 4661/2004	Câmara dos Deputados - Simão Sessim (PP/RJ)	Parecer do relator, Dep. Osmar Júnior, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e da emenda da Comissão de Educação e Cultura.	01/12/2010
PLP 486/2009	Câmara dos Deputados - Rodrigo Rollemberg (PSB/DF)	Parecer do relator, Dep. João Paulo Cunha, e do relator substituto, Dep. Guilherme Campos, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo.	01/12/2010
PL 2929/2008	Senado Federal - Paulo Duque (PMDB/RJ)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	01/12/2010
PL 4106/2008	Senado Federal - Cristovam Buarque (PDT/DF)	Parecer do relator, Dep. Osmar Júnior, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	01/12/2010
PL 1559/2007	Câmara dos Deputados - Waldir Maranhão (PP/MA)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL nº 1.559/07 e do PL 3.717/08, apensado.	01/12/2010

PLP 560/2010	Câmara dos Deputados - João Dado (PDT/SP)	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo.	01/12/2010
PLP 437/2008	Câmara dos Deputados - Luiz Alberto (PT/BA)	Parecer do relator, Dep. Andre Vargas, com Complementação de Voto, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo.	06/04/2011
PL 2014/2007	Câmara dos Deputados - Dr. Ubiali (PSB/SP)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	06/04/2011
PL 4005/2008	Câmara dos Deputados - Dr. Ubiali (PSB/SP)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	06/04/2011
PL 5650/2009	Senado Federal - João Pedro (PT/AM)	Parecer do relator, Dep. Alfredo Kaefer, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	13/04/2011
PL 4697/2009	Senado Federal - Jayme Campos (DEM/MT)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	13/04/2011
PL 2423/2007	Câmara dos Deputados - Nelson Markezelli (PTB/SP)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	13/04/2011
PL 5727/2005	Câmara dos Deputados - Carlos Souza (PP/AM)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição.	13/04/2011
PLP 579/2010	Poder Executivo	Parecer com Complementação de Voto, Dep. Odair Cunha, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com emendas.	27/04/2011
PLP 425/2008	Câmara dos Deputados - Carlos Souza (PP/AM)	Parecer do relator, Dep. Rui Costa, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	27/04/2011
PL 4023/2004	Senado Federal - Maguito Vilela (PMDB/GO)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL nº 4.023/04 e dos PLs nºs 3.537/08, 2.612/03, 4.662/04 e 5.202/05, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.	27/04/2011
PLP 168/2004	Câmara dos Deputados - Zequinha Marinho (PSC/PA)	Parecer do relator, Dep. Rui Costa, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	27/04/2011
PLP 169/2004	Câmara dos Deputados - Zequinha Marinho (PSC/PA)	Parecer do relator, Dep. Rui Costa, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	27/04/2011
PLP 165/2004	Câmara dos Deputados - Zequinha Marinho (PSC/PA)	Parecer do relator, Dep. Rui Costa, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	27/04/2011

PL 1480/2007	Senado Federal - Paulo Paim (PT/RS)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	27/04/2011
PLP 148/2004	Câmara dos Deputados - Zequinha Marinho (PSC/PA)	Parecer do relator, Dep. Rui Costa, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	27/04/2011
PL 7577/2010	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Rui Costa, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emendas.	04/05/2011
PL 4766/2009	Senado Federal - Lúcia Vânia (PSDB/GO)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	04/05/2011
PLP 308/2005	Câmara dos Deputados - Carlos Souza (PP/AM)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PLP nº 308/05 e dos PLP's nºs 298/08, 303/08 e 304/08, apensados.	04/05/2011
PL 5208/2009	Câmara dos Deputados - Gorete Pereira (PR/CE)	Parecer do Relator, Dep. Pepe Vargas, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	04/05/2011
PL 3130/2008	Senado Federal - Valdir Raupp (PMDB/RO)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL nº 3.130/08, do PL nº 2.971/08, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.	04/05/2011
PL 4556/2008	Senado Federal - Cristovam Buarque (PDT/DF)	Parecer do relator, Dep. Júlio Cesar, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	04/05/2011
PL 4552/2008	Câmara dos Deputados - Gorete Pereira (PR/CE)	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	04/05/2011
PL 1141/2007	Câmara dos Deputados - Roberto Santiago (PV/SP)	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	04/05/2011
PL 5644/2009	Senado Federal - Serys Shessarenko (PT/MT)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	04/05/2011
PL 4801/2001	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	15/06/2011
PDC 3032/2010 => MSC 309/2010	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	15/06/2011
PDC 1653/2009	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	15/06/2011
PDC 2644/2010	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Parecer da relatora, Dep. Carmen Zanotto, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	15/06/2011
PL 4783/2009	Câmara dos Deputados -	Parecer da relatora, Dep. Carmen Zanotto, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	15/06/2011

	Gorete Pereira (PR/CE)		
PL 5653/2009	Senado Federal - Flávio Arns (PR/PR)	Parecer do relator, Dep. Assis Carvalho, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	15/06/2011
PL 4726/2009	Senado Federal - Wellington Salgado de Oliveira (PMDB/MG)	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	15/06/2011
PL 5742/2009	Senado Federal - Flávio Arns (PT/PR)	Parecer do relator, Dep. José Guimarães, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	15/06/2011
PL 6534/2009	Senado Federal - Cícero Lucena (PSDB/GO)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	15/06/2011
PL 4705/2009	Senado Federal - Arthur Virgílio (PSDB/AM)	Parecer do Relator, Dep. Pedro Eugênio (PT-PE), pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	15/06/2011
PL 5741/2009	Senado Federal - Flávio Arns (PT/PR)	Parecer da relatora, Dep. Carmen Zanotto, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	15/06/2011
PL 4105/2008	Senado Federal - Arthur Virgílio (PSDB/AM)	Parecer do Relator, Dep. José Guimarães, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	15/06/2011
PL 2723/2007	Senado Federal - Marconi Perillo (PSDB/GO)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	15/06/2011
PL 6130/2009	Câmara dos Deputados - Felipe Maia (DEM/RN)	Parecer do relator, Dep. Rui Costa, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	15/06/2011
PL 4714/2009	Senado Federal - Mário Couto (PSBD/PA)	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	15/06/2011
PL 5157/2009	Senado Federal - Jayme Campos (DEM/MT)	Parecer do relator, Dep. Rui Palmeira, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	15/06/2011
PL 5717/2005	Câmara dos Deputados - Nelson Pellegrino (PT/BA)	Parecer do Relator, Dep. Pepe Vargas, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	15/06/2011
PL 3587/1997	Câmara dos Deputados - Arnaldo Faria de Sá (PPB/SP)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família.	15/06/2011
PL 6824/2006	Senado Federal - Sérgio Cabral (PMDB/RJ)	Parecer do relator, Dep. Luciano Moreira, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 6.824/06 e dos PL's nºs 1.865/96, 2.326/96, 1.186/03, 2.046/03, 2.379/03, 3.171/04, 3.704/04, 4.687/04, 5.414/05, 551/07, 1.616/07, 2.303/07 e 7.346/10, apensados; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 6.824/06, com emenda, e pela rejeição dos PL's nºs 1.865/96, 2.326/96, 1.186/03, 2.046/03, 2.379/03, 3.171/04, 3.704/04, 4.687/04, 5.414/05, 551/07, 1.616/07, 2.303/07 e 7.346/10, apensados.	15/06/2011

PDC 2841/2010	Câmara dos Deputados - Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela compatibilidade financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	15/06/2011
PL 6174/2005	Câmara dos Deputados - Geraldo Resende (PPS/MS)	Parecer do relator, Dep. Assis Carvalho, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	15/06/2011
PL 3538/2008	Senado Federal - Fátima Cleide (PT/RO)	Parecer do relator, Dep. José Guimarães, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL nº 3.538/08, e do PL nº 2.188/07, apensado.	15/06/2011
PL 6074/2005	Senado Federal - Paulo Paim (PT/RS)	Parecer do relator, Dep. Assis Carvalho, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	15/06/2011
PL 6721/2010	MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	Parecer do Relator, Dep. Pepe Vargas, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	15/06/2011
PL 5396/2009	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Jean Wyllys, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	29/06/2011
PL 4702/2009	Senado Federal - Jayme Campos (dem/mt)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	29/06/2011
PL 7090/2006	Senado Federal - Augusto Botelho (PT/RR)	Parecer do relator, Dep. Jean Wyllys, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	29/06/2011
PL 2830/2008	Câmara dos Deputados - Celso Maldaner (PMDB/SC)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL nº 2.830/08 e do PL nº 3.676/08, apensado.	29/06/2011
PL 5369/2009	Câmara dos Deputados - Vieira da Cunha (PDT/RS)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 5.369/09 e dos PL's nºs 6.481/09 e 6.725/10, apensados, do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e do Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura.	29/06/2011
PL 6263/2009	Câmara dos Deputados - Carlos Bezerra (PMDB/MT)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	29/06/2011
PL 7080/2010	Senado Federal - Renato Casagrande (PSB/ES)	Parecer do Relator, Dep. Pepe Vargas, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação do Projeto, com emenda, e pela aprovação da Emenda 1/10 apresentada na CFT.	29/06/2011
PL 3037/2008	Câmara dos Deputados - Sandes Júnior (PP/GO)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 3.037/08, do PL nº 5.807/09, apensado, com emendas, e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, com subemenda.	29/06/2011
PL 4707/2009	Senado Federal - Mário Couto (PSDB/PA)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	29/06/2011

PL 2230/2007	Câmara dos Deputados - Marcos Montes (DEM/MG)	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	29/06/2011
PL 4713/2009	Senado Federal - Alvaro Dias (PSDB/PR)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.	29/06/2011
PL 7580/2010	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Assis Carvalho, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	06/07/2011
PL 7521/2010	Poder Executivo	Parecer com Complementação de Voto do relator, Dep. Pepe Vargas, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto, com as modificações introduzidas pela emenda apresentada pelo relator, e das Emendas da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e pela prejudicialidade da Emenda nº 01/11 apresentada na Comissão de Finanças e Tributação.	06/07/2011
PL 1622/2007	Câmara dos Deputados - Carlos Brandão (PSDB/MA)	Parecer do relator, Dep. Andre Vargas, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	06/07/2011
PL 3865/2008	Senado Federal - João Pedro (PT/AM)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL nº 3.865/08, do PL nº 3.767/08, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.	06/07/2011
PL 842/2007	Câmara dos Deputados - Lúcio Vale (PR/PA)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	06/07/2011
PL 5002/2009	Câmara dos Deputados - José Aníbal (PSDB/SP)	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL nº 5.002/09 e do PL nº 5.590/09, apensado.	06/07/2011
PL 7412/2010	Câmara dos Deputados - José Otávio Germano (PP/RS)	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, com Complementação de Voto, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto, das 7 emendas apresentadas na Comissão de Finanças e Tributação e das 2 emendas apresentadas ao Substitutivo e, no mérito, pela aprovação do Projeto e pela aprovação parcial das 7 emendas apresentadas na Comissão de Finanças e Tributação, nos termos do Substitutivo; e pela rejeição das 2 emendas apresentadas ao Substitutivo.	06/07/2011
PL 4103/2008	Senado Federal - Arthur Virgílio (PSDB/AM)	Parecer do relator, Dep. Edmar Arruda, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	13/07/2011
PLP 98/2007	Câmara dos Deputados - Betinho Rosado (DEM/RN)	Parecer do relator, Dep. Edmar Arruda, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	13/07/2011
PDC 2863/2010	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	03/08/2011
PL 4721/2009	Senado Federal - João Durval (PDT/BA)	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	03/08/2011



PL 7530/2006	Câmara dos Deputados - Sandro Mabel (PL/GO)	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e pela adequação financeira e orçamentária das emendas da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.	03/08/2011
PL 6583/2009	Senado Federal - Flávio Arns (PSDB/PR)	Parecer do relator, Dep. Rui Costa, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	10/08/2011
PDC 2302/2009	Senado Federal - Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Parecer do relator, Dep. José Priante, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	10/08/2011
PL 4401/2008	Senado Federal - Marcelo Crivella (PRB/RJ)	Parecer do relator, Dep. Audifax, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	10/08/2011
PL 5282/2009	Câmara dos Deputados - Daniel Almeida (PCdoB/BA)	Parecer do relator, Dep. Jairo Ataíde, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL nº 5.282/09 e dos PL's nºs 5.870/09 e 6.669/09, apensados.	10/08/2011
PL 2539/2007	Câmara dos Deputados - Sandra Rosado (PSB/RN)	Parecer do relator, Dep. Jairo Ataíde, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	10/08/2011
PL 7219/2006	Senado Federal - Renan Calheiros (PMDB/AL)	Parecer do relator, Dep. Rui Costa, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL nº 7.219/06, dos PL's nºs 1.910/03, 4.950/05, 4.998/05, 89/07, 1.133/07 e 1044/11, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, com envio de Indicação ao Poder Executivo.	10/08/2011
PL 6284/2009	Câmara dos Deputados - Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)	Parecer com Complementação de Voto, do relator Dep. Pepe Vargas, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, com envio de Indicação ao Poder Executivo.	10/08/2011
PL 3911/2004	Câmara dos Deputados - Pedro Fernandes (PTB/MA)	Parecer do relator, Dep. Rui Costa, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL nº 3.911/04 e do PL nº 5.138/05, apensado.	17/08/2011
PL 5375/2009	Câmara dos Deputados - Giovanni Queiroz (PDT/PA)	Parecer do relator, Dep. Jean Wyllys, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.	17/08/2011
PLP 532/2009	Câmara dos Deputados - Manoel Junior (PSB/PB)	Parecer do relator, Dep. Pauderney Avelino, pela inadequação financeira e orçamentária.	17/08/2011
PL 6764/2010	Senado Federal - Rosalba Ciarlini (DEM/RN)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	17/08/2011
PL 1209/2011	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Júnior Coimbra, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do PL nº 1.209/11, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 1.343/11, apensado, e das emendas de Plenário nºs 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 16 e 18/11; pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL nº 1.288/11, apensado, e das Emendas de Plenário nºs 1, 11, 14, 15 e 17/11; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 1.209/11, com Substitutivo, pela rejeição do PL nº 1.343/11, apensado, e pela incompetência da	24/08/2011

		Comissão para se pronunciar acerca das Emendas de Plenário nºs 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 16 e 18/11.	
PL 7388/2010	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. José Humberto, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e pela prejudicialidade da Emenda apresentada na CFT.	24/08/2011
PL 4796/2009	Câmara dos Deputados - Carlos Zarattini (PT/SP)	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	24/08/2011
PL 5316/2009	Senado Federal - Marconi Perillo (PSDB/GO)	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	24/08/2011
PL 2410/2007	Câmara dos Deputados - Vieira da Cunha (PDT/RS)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.	24/08/2011
PL 2825/2008	Câmara dos Deputados - Moreira Mendes (PPS/RO)	Parecer do relator, Dep. Cláudio Puty, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição.	24/08/2011
PL 5647/2009	Senado Federal - João Vicente Claudino (PTB/PI)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	24/08/2011
PL 7291/2010	Senado Federal - Rosalba Ciarlini (DEM/RN)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	24/08/2011
PL 7579/2010	Poder Executivo	Parecer do relator substituto, Dep. Rui Costa, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do PL nº 7.579/10, e pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária da emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.	05/10/2011
PL 6472/2009	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Ricardo Berzoini, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto, da emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e do Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura.	19/10/2011
PL 4564/2004	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Parecer do relator, Dep. Eduardo Cunha, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	19/10/2011
PL 5376/2009	Câmara dos Deputados - Beto Faro (PT/PA)	Parecer do Relator, Dep. Rui Costa (PT-BA), pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	19/10/2011

PL 5696/2009	Câmara dos Deputados - Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)	Parecer do relator, Dep. Pauderney Avelino, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 5.696/09, do PL nº 6.148/09, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e, no mérito, pela aprovação do PL nº 5.696/09 e do PL nº 6.148/09, apensado, na forma do Substitutivo da CDEIC.	19/10/2011
PL 1323/2011	Senado Federal - João Vicente Claudino (PTB/PI)	Parecer do relator, Dep. Edmar Arruda, pela inadequação financeira e orçamentária.	19/10/2011
PL 2763/2008	Câmara dos Deputados - Angelo Vanhoni (PT/PR)	Parecer do relator, Dep. Júlio Cesar, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e da emenda da Comissão de Educação e Cultura.	19/10/2011
PL 3615/2000	Câmara dos Deputados - João Herrmann Neto (PPS/SP)	Parecer do relator, Dep. Andre Vargas, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei nº 3.61	19/10/2011
PL 6714/2009	Senado Federal - Marco Maciel (DEM/PE)	Parecer do relator, Dep. Márcio Reinaldo Moreira, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	19/10/2011
PL 5060/2009	Câmara dos Deputados - Renato Molling (PP/RS)	Parecer do relator, Dep. Maurício Trindade, pela inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 5.060/09 e do PL nº 5.946/09, apensado.	19/10/2011
PL 219/2011	Câmara dos Deputados - Sandes Júnior (PP/GO)	Parecer do Relator, Dep. Edmar Arruda, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição.	19/10/2011
PLP 549/2009	Senado Federal - Romero Jucá (PMDB/RR)	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição.	19/10/2011
PL 4003/2008	Câmara dos Deputados - Dr. Ubiali (PSB/SP)	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.	19/10/2011
PL 4712/2009	Câmara dos Deputados - Renato Molling (PP/RS)	Parecer do relator, Dep. Márcio Reinaldo Moreira, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	19/10/2011
PL 6818/2010	Senado Federal - Flávio Arns (PSDB/PR)	Parecer do Relator, Dep. Pepe Vargas, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	19/10/2011
PL 4727/2009	Senado Federal - Wellington Salgado Oliveira (PMDB/MG)	Parecer do relator, Dep. Júlio Cesar, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	19/10/2011
PL 4711/2009	Senado Federal - Kátia Abreu (DEM/TO)	Parecer do Relator, Dep. Pedro Eugênio (PT-PE), pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	19/10/2011
PL 2470/2007	Câmara dos Deputados - Paulo Teixeira (PT/SP)	Parecer do relator, Dep. Pepe Vargas, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.	19/10/2011

PLP 373/2008	Câmara dos Deputados - Paes Landim (PTB/PI)	Parecer do relator, Dep. Ricardo Berzoini, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	19/10/2011
PL 7784/2010	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Mauro Nazif, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	26/10/2011
PL 1410/2007	Câmara dos Deputados - Beto Faro (PT/PA)	Parecer do relator, Dep. Rui Costa, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	26/10/2011
PL 688/1999	Câmara dos Deputados - Freire Júnior (PMDB/TO)	Parecer do Relator, Dep. Júlio Cesar, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária dos PL's nºs 5.993/01, 6.424/02, 6.443/02, 843/03, 1.127/03, 1.147/03 e 1.495/11, apensados; pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 688/99 e dos PL's nºs 725/99, 913/99, 2.694/00, 3.968/00, 4.892/01, 6.804/02, 7.108/02, 838/03, 956/03, 2.635/03, 3.172/04, 3.345/04, 3.389/04, 5.977/09, 6.100/09, 525/11, 1.251/11 e 1.252/11, apensados, do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, e; no mérito, pela rejeição dos PL's nºs 5.993/01, 6.424/02, 6.443/02, 843/03, 1.127/03, 1.147/03 e 1.495/11, apensados.	26/10/2011
PL 6316/2009	Câmara dos Deputados - Marco Maia (PT/RS)	Parecer do relator, Dep. Renzo Braz, pela adequação financeira e orçamentária do Projeto, desde que nos termos da Emenda Substitutiva proposta, e pela inadequação financeira e orçamentária dos Substitutivos da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e, no mérito, pela aprovação do Projeto, com Emenda Substitutiva.	26/10/2011
PDC 221/2011	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Parecer do relator, Dep. Júnior Coimbra, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com emenda.	09/11/2011
PL 1597/2011	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Parecer do Relator, Dep. Luiz Pitiman, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	09/11/2011
PL 1896/2007	Câmara dos Deputados - Carlos Souza (PP/AM)	Parecer do relator, Dep. Júlio Cesar, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e da emenda da Comissão de Minas e Energia.	09/11/2011
PL 1716/2007	Câmara dos Deputados - Júlio Delgado (PSB/MG)	Parecer do relator, Dep. Rui Costa, pela prejudicialidade do PL nº 1.716/07 e do PL nº 1.777/07, apensado.	09/11/2011
PL 4587/2004	Câmara dos Deputados - Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	Parecer do relator, Dep. Genecias Noronha, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 4.587/04 e do PL nº 5.786/05, apensado	09/11/2011
PLP 53/2007	Câmara dos Deputados - Zequinha Marinho (PMDB/PA)	Parecer do relator, Dep. José Guimarães, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	09/11/2011
PL 5978/2009	Câmara dos Deputados - Walter Ihoshi (DEM/SP)	Parecer do relator, Dep. Júnior Coimbra, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	09/11/2011

PL 1412/2003	Câmara dos Deputados - Carlos Nader (PFL/RJ)	Parecer do relator, Dep. Rui Costa , pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1.412/03 e dos PL's nºs 1.743/03 e 4.949/05, apensados.	09/11/2011
PL 757/2007	Câmara dos Deputados - Professor Ruy Pauletti (PSDB/RS)	Parecer do relator, Dep. Rui Costa, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 757/07, do PL nº 3616/08, apensado, e da emenda da Comissão de Turismo e Desporto.	09/11/2011
PL 3776/2008	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. José Guimarães, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Substitutivo do Senado Federal ao PL nº 3.776-D/08.	23/11/2011
PDC 2547/2010	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Parecer da relatora, Dep. Carmen Zanotto, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	23/11/2011
PL 1869/2011	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Mauro Nazif, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	23/11/2011
PL 1834/2011	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Andre Vargas, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	23/11/2011
PL 1833/2011	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Júnior Coimbra, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	23/11/2011
PL 1832/2011	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Celso Maldaner, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	23/11/2011
PL 1831/2011	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Cláudio Puty, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	23/11/2011
PL 1830/2011	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Márcio Reinaldo Moreira, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	23/11/2011
PL 1870/2011	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Cláudio Puty, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	23/11/2011
PL 1828/2011	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. André Figueiredo, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	23/11/2011
PL 1835/2011	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Cláudio Puty , pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do projeto, com emenda, e pela inadequação financeira e orçamentária do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.	23/11/2011
PL 1827/2011	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. João Maia, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	23/11/2011
PL 1806/2011	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Fernando Coelho Filho, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	23/11/2011
PL 1805/2011	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Aelton Freitas, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	23/11/2011
PL 1804/2011	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Aelton Freitas, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	23/11/2011
PL 1829/2011	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	23/11/2011

PL 1874/2011	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Rui Palmeira, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	23/11/2011
PL 1875/2011	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Aelton Freitas, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	23/11/2011
PL 6548/2009	Senado Federal - Marconi Perillo (PSDB/GO)	Parecer do Relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e do PL 3684/2008, apensado.	23/11/2011
PL 5904/2009	Senado Federal - Cícero Lucena (PSDB/PB)	Parecer do Relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	23/11/2011
PL 6586/2009	Senado Federal - Comissão de Educação, Cultura e Esporte (NI/NI)	Parecer do relator, Dep. Cláudio Puty, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 6.586/09 e da emenda da Comissão de Turismo e Desporto.	23/11/2011
PL 1720/2007	Câmara dos Deputados - Ribamar Alves (PSB/MA)	Parecer do Relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	23/11/2011
PL 318/1995	Câmara dos Deputados - WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	Parecer do relator, Dep. Luciano Castro, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 318/95 e dos PL's nºs 563/95, 2.108/96, 7.169/02 e 1.964/03, apensados.	23/11/2011
PL 3235/2008	Senado Federal - Valdir Raupp (pmdb/ro)	Parecer do Relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	23/11/2011
PL 2614/2007	Câmara dos Deputados - João Dado (PDT/SP)	Parecer do relator, Dep. Audifax, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	23/11/2011
PL 426/2011	Câmara dos Deputados - Hugo Leal (PSC/RJ)	Parecer do relator, Dep. Jairo Ataíde, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição.	23/11/2011
PL 7510/2010	Senado Federal - Renato Casagrande (PSB/ES)	Parecer do Relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	23/11/2011
PL 2134/2011	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Cláudio Puty, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto, das Emendas nºs 01/11, 04/11 e 08/11 apresentadas na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público; pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária das Emendas nºs 01/11, 02/11, 03/11 e 04/11 apresentadas na Comissão de Educação e Cultura, da Emenda de Relator nº 04/11 da CEC e das Emendas nºs 02/11, 03/11, 05/11, 06/11 e 07/11 apresentadas na CTASP; e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária das Emendas de Relator nºs 01/11, 02/11, 03/11 e 05/11 da CEC.	28/03/2012
PL 5527/2009	Câmara dos Deputados - Geraldo Resende (PMDB/MS)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela inadequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.	28/03/2012
PL 623/2003	Câmara dos Deputados - Maurício	Parecer do relator, Dep. Cláudio Puty, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 623/03, dos PL's nºs 1.434/03 e 6.120/09, apensados, do Substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e de	28/03/2012

	Quintella Lessa (PSB/AL)	Desenvolvimento Sustentável e da emenda ao Substitutivo da CMADS.	
PL 1537/2011	Câmara dos Deputados - José Augusto Maia (PTB/PE)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela inadequação financeira e orçamentária.	28/03/2012
PL 3334/2008	Câmara dos Deputados - Antonio Bulhões (PMDB/SP)	Parecer do relator, Dep. Reinhold Stephanes, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e da emenda da Comissão de Educação e Cultura.	28/03/2012
PL 1482/2011	Câmara dos Deputados - Benjamin Maranhão (PMDB/PB)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela inadequação financeira e orçamentária.	28/03/2012
PL 4774/2009	Câmara dos Deputados - Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)	Parecer do relator, Dep. Andre Vargas, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 4.774/09 e das Emendas nºs 1 e 2/09 da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e, no mérito, pela rejeição do PL nº 4.774/09 e das Emendas nºs 1 e 2/09 da CDEIC.	28/03/2012
PL 7979/2010	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Cláudio Puty, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo.	09/05/2012
PL 7639/2010	Câmara dos Deputados - Maria do Rosário (PT/RS)	Parecer do relator, Dep. Cláudio Puty, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto, da emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e da emenda da Comissão de Educação e Cultura.	09/05/2012
PL 7287/2010	Senado Federal - Leonel Pavan (PSDB/SC)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e da Emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.	09/05/2012
PL 6182/2009	Câmara dos Deputados - Mauro Nazif (PSB/RO)	Parecer do relator, Dep. José Guimarães, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	09/05/2012
PL 7273/2010	Senado Federal - Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	09/05/2012
PL 7419/2010	Senado Federal - Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	09/05/2012
PL 7017/2006	Câmara dos Deputados - Ivo José (PT/MG)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 7.017/06 e dos PL's nºs 7.207/06, 3.705/08, 4.649/09, 935/11 e 2.144/11, apensados.	09/05/2012
PL 7330/2010	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Júnior Coimbra, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	23/05/2012
PL 4719/2009	Senado Federal - Mozarildo	Parecer do relator, Dep. Pauderney Avelino, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	23/05/2012

	Cavalcanti (PTB/RR)		
PL 2536/2007	Câmara dos Deputados - Vander Loubet (PT/MS)	Parecer do relator, Dep. Cláudio Puty, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	23/05/2012
PL 3621/2008	Câmara dos Deputados - Carlos Souza (PP/AM)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	23/05/2012
PL 7331/2006	Senado Federal - Papaléo Paes (PSDB/AP)	Parecer do relator, Dep. Cláudio Puty, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	23/05/2012
PL 4364/2008	Senado Federal - Adelmir Santana (DEM/DF)	Parecer do relator, Dep. Cláudio Puty, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	23/05/2012
PL 1382/2007	Câmara dos Deputados - Carlos Brandão (PSDB/MA)	Parecer do relator, Dep. Pauderney Avelino, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	23/05/2012
PL 5645/2009	Senado Federal - Cícero Lucena (PSDB/PB)	Parecer do relator, Dep. Cláudio Puty, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	23/05/2012
PL 5734/2009	Senado Federal - Maria do Carmo Alves (PFL/SE)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	23/05/2012
PL 6830/2010	Câmara dos Deputados - Átila Lins (PMDB/AM)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	23/05/2012
PL 7191/2010	Câmara dos Deputados - Dr. Ubiali (PSB/SP)	Parecer do relator, Dep. Alexandre Leite, pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 7.191/10, do PL nº 611/11, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com emenda, e pela inadequação financeira e orçamentária do PL nº 7.895/10, apensado.	23/05/2012
PL 7800/2010	Senado Federal - Rosalba Ciarlini (DEM/RN)	Parecer do Relator, Dep. Cláudio Puty, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	30/05/2012
PL 715/2011	Câmara dos Deputados - Romero Rodrigues (PSDB/PB)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	30/05/2012
PL 4241/2008	Câmara dos Deputados - Mauro Nazif (PSB/RO)	Parecer do relator, Dep. Afonso Florence, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	30/05/2012
PL 5648/2009	Senado Federal - Flávio Arns (PT/PR)	Parecer do Relator, Dep. Cláudio Puty, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	30/05/2012
PL 5905/2009	Senado Federal - Flávio Arns (PT/PR)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	30/05/2012
PL 5654/2009	Senado Federal - Flávio Arns (PT/PR)	Parecer do Relator, Dep. Cláudio Puty, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	30/05/2012
PL 6798/2006	Câmara dos Deputados -	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	30/05/2012



	Vicentinho (PT/SP)		
PL 5739/2009	Senado Federal - Flávio Arns (PT/PR)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	30/05/2012
PL 7077/2010	Câmara dos Deputados - Eduardo Barbosa (PSDB/MG)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	30/05/2012
PL 7243/2010	Senado Federal - Inácio Arruda (PCdoB/CE)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	30/05/2012
PL 6177/2009	Câmara dos Deputados - Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)	Parecer do relator, Dep. Pauderney Avelino, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	30/05/2012
PL 7238/2010	Senado Federal - Marconi Perillo (PSDB/GO)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	30/05/2012
PL 7242/2010	Senado Federal - Efraim Moraes (DEM/PB)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	30/05/2012
PL 1023/2011	Câmara dos Deputados - Esperidião Amin (PP/SC)	Parecer da relatora, Dep. Carmen Zanotto, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	30/05/2012
PL 7240/2010	Senado Federal - Efraim Moraes (DEM/PB)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	30/05/2012
PL 7034/2010	Senado Federal - Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	30/05/2012
PL 6540/2009	Senado Federal - Efraim Moraes (DEM/PB)	Parecer do Relator, Dep. Cláudio Puty, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	30/05/2012
PL 1822/2011	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Júnior Coimbra, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária.	13/06/2012
PL 5652/2009	Senado Federal - Alvaro Dias (PSDB/PR)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição.	13/06/2012
PL 542/2011	Câmara dos Deputados - Weliton Prado (PT/MG)	Parecer do relator, Dep. Zequinha Marinho, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	13/06/2012
PL 6308/2009	Câmara dos Deputados - Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)	Parecer do relator, Dep. Ricardo Berzoini, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	13/06/2012
PL 7292/2010	Senado Federal - Rosalba Ciarlini (DEM/RN)	Parecer do relator, Dep. Cláudio Puty, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	13/06/2012
PL 574/2007	Senado Federal - Paulo Paim (PT/RS)	Parecer do relator, Dep. Jairo Ataíde, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 574/07 e da Emenda nº 01/07 apresentada na CFT.	13/06/2012

PLP 30/2011	Câmara dos Deputados - Rubens Bueno (PPS/PR)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição.	13/06/2012
PL 848/2011	Câmara dos Deputados - Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Parecer do relator, Dep. Luciano Castro, pela inadequação financeira e orçamentária.	13/06/2012
PL 6584/2009	Senado Federal - Flávio Arns (PSDB/PR)	Parecer do relator, Dep. Cláudio Puty, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	13/06/2012
PL 3230/2008	Senado Federal - Francisco Dornelles (pp/rj)	Parecer do relator, Dep. Andre Vargas, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 3.230/08 e do PL nº 1.701/07, apensado, e, no mérito, pela rejeição do PL nº 3.230/08 e do PL nº 1.701/07, apensado.	13/06/2012
PL 526/2007	Senado Federal - Paulo Octávio (PFL/DF)	Parecer do Relator, Dep. Lucio Vieira Lima, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 526/07, do PL nº 5.584/05, apensado, da emenda nº 1/05 apresentada ao PL nº 5.584/05 na Comissão de Seguridade Social e Família e do Substitutivo da CSSF.	13/06/2012
PL 6068/2009	Câmara dos Deputados - José Airton Cirilo (PT/CE)	Parecer do relator, Dep. José Humberto, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura.	13/06/2012
PL 5486/2009	Câmara dos Deputados - Felipe Maia (DEM/RN)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura.	13/06/2012
PLP 311/2002	Câmara dos Deputados - Comissão de Legislação Participativa]	Parecer do relator, Dep. Reginaldo Lopes, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família.	13/06/2012
PL 280/2011	Câmara dos Deputados - Thiago Peixoto (PMDB/GO)	Parecer do relator, Dep. Júnior Coimbra, pela inadequação financeira e orçamentária do PL nº 280/11, do PL nº 1.373/11, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Minas e Energia.	13/06/2012
PL 7812/2010	Câmara dos Deputados - Walter Feldman (PSDB/SP)	Parecer do relator, Dep. Pauderney Avelino, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição.	13/06/2012
PL 2341/2007	Câmara dos Deputados - Filipe Pereira (PSC/RJ)	Parecer do relator, Dep. Cláudio Puty, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	17/10/2012
PL 7274/2010	Senado Federal - Cristovam Buarque (PDT/DF)	Parecer do relator, Dep. Júnior Coimbra, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária das Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Educação e Cultura.	17/10/2012
PL 762/2011	Câmara dos Deputados - Padre Ton (PT/RO)	Parecer do relator, Dep. João Magalhães, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do PL nº 762/11 e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e, no mérito, pela rejeição do PL nº 762/11 e do Substitutivo da CTASP.	17/10/2012
PL 2966/2008	Câmara dos Deputados - José Chaves (PTB/PE)	Parecer do relator, Dep. Júnior Coimbra, pela incompatibilidade orçamentária e financeira.	17/10/2012

PL 2206/2011	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Cláudio Puty, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto, com emendas, e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária das Emendas n°s 01/11, 02/11 e 03/11 da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.	31/10/2012
PL 5911/2009	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Cláudio Puty, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	31/10/2012
PL 2208/2011	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. José Guimarães, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	31/10/2012
PL 4570/2008	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	Parecer do relator, Dep. Pauderney Avelino, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária da Emenda do Senado Federal ao Projeto.	31/10/2012
PL 1354/2011	Câmara dos Deputados - Daniel Almeida (PCdoB/BA)	Parecer do relator, Dep. Afonso Florence, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL n° 1.354/11 e pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do PL n° 2.207/11, apensado, com emenda.	31/10/2012
PL 4042/2008	Senado Federal - Edison Lobão (PMDB/MA)	Parecer do relator, Dep. Eduardo Cunha, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL n° 4.042/08, do PL n° 3.053/08, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e, no mérito, pela aprovação do PL n° 4.042/08 e do PL n° 3.053/08, apensado, nos termos do Substitutivo da CTASP.	31/10/2012
PDC 512/2011	Câmara dos Deputados - Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.	Parecer do relator, Dep. Antônio Andrade, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	31/10/2012
PL 5707/2005	Senado Federal - Augusto Botelho (PDT/RR)	Parecer do relator, Dep. Alfredo Kaefer, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL n° 5.707/05, do PL n° 4.956/05, apensado, do Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura e da Emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.	31/10/2012
PLP 114/2011	Senado Federal - José Pimentel (PT/CE)	Parecer do relator, Dep. Antônio Andrade, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	31/10/2012
PDC 471/2011	Câmara dos Deputados - Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.	Parecer do relator, Dep. José Guimarães, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	31/10/2012
PL 784/2011	Câmara dos Deputados - João Arruda (PMDB/PR)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária.	31/10/2012

PL 324/2007	Câmara dos Deputados - Augusto Carvalho (PPS/DF)	Parecer do relator, Dep. Pauderney Avelino, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e das emendas da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e, no mérito, pela aprovação do Projeto e das emendas da CMADS, com Substitutivo.	21/11/2012
PLP 266/2008	Câmara dos Deputados - Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)	Parecer do relator, Dep. Luciano Castro, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e da Emenda da Comissão de Viação e Transportes; e, no mérito, pela rejeição do Projeto e da Emenda da CVT.	21/11/2012
PL 5166/2009	Câmara dos Deputados - Jefferson Campos (PTB/SP)	Parecer do relator, Dep. Zeca Dirceu, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 5.166/09 e do PL nº 121/11, apensado e, no mérito, pela rejeição do PL nº 5.166/09 e do PL nº 121/11, apensado.	21/11/2012
PL 2713/2011	Senado Federal - José Sarney (PMDB/AP)	Parecer com Complementação de Voto do relator, Dep. Pauderney Avelino, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.	21/11/2012
PL 4545/2008	Câmara dos Deputados - Vitor Penido (DEM/MG)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	21/11/2012
PL 4745/2009	Senado Federal - João Vicente Claudino (PTB/PI)	Parecer do relator, Dep. Pauderney Avelino, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	21/11/2012
PL 2820/2003	Câmara dos Deputados - Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)	Parecer do relator, Dep. Alfredo Kaefter, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	21/11/2012
PRC 168/2004	Câmara dos Deputados - Giacobbo (PL/PR)	Parecer do relator, Dep. Andre Vargas, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária.	21/11/2012
PL 2082/2003	Câmara dos Deputados - Paes Landim (PFL/PI)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 2.082/03 e dos PL's nºs 3.366/04, 6.262/09, 387/11, 1.632/11 e do 2.261/11, apensados, e do Substitutivo da Comissão da Educação e Cultura, e pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 3.993/08, apensado, com emendas.	21/11/2012
PL 4715/2009	Senado Federal - João Vicente Claudino (PTB/PI)	Parecer do relator, Dep. Pauderney Avelino, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	21/11/2012
PL 7749/2010	Supremo Tribunal Federal	Parecer do relator, Dep. Antônio Andrade, pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 7749/2010, na forma do Substitutivo do Relator, e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária dos PLs nºs 2197/2011 e 4360/2012, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 7749/2010, com Substitutivo.	28/11/2012

PL 757/2011	Câmara dos Deputados - Jandira Feghali (PCdoB/RJ)	Parecer do relator, Dep. Assis Carvalho, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 757/11 e do PL 1378/2011, apensado, pela adequação financeira e orçamentária do Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura, com emendas, e pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária das Emendas nºs 1 e 2/11 da CEC.	28/11/2012
PL 4280/2008	Câmara dos Deputados - Beto Mansur (PP/SP)	Parecer com Complementação de Voto, Dep. Andre Vargas (PT-PR), pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.280/08 e do Substitutivo da CTASP, com emendas.	28/11/2012
PL 7753/2010	MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	Parecer do relator, Dep. Aelton Freitas, pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 7.753/10, com emendas, e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Substitutivo da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, dos PL's nº 2.198/2011 e 4.358/2012, apensados.	28/11/2012
PDC 549/2012	Câmara dos Deputados - Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.	Parecer do relator, Dep. Afonso Florence, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	05/12/2012
PL 1863/2011	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	05/12/2012
PL 7437/2010	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Manato, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	12/12/2012
PL 4224/2012	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Toninho Pinheiro, pela adequação financeira e orçamentária.	12/12/2012
PDC 585/2012	Câmara dos Deputados - Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.	Parecer do Relator, Dep. Guilherme Campos (PSD-SP), pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	12/12/2012
PL 2204/2011	Poder Executivo	Parecer do Relator, Dep. Afonso Florence, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 2.204/11, com emenda; pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Emenda nº 3/11 da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária das Emendas nºs 1/11 e 2/11 da CTASP.	19/12/2012
PL 7796/2010	Senado Federal - Rosalba Ciarlini (DEM/RN)	Parecer do relator, Dep. Cláudio Puty, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	19/12/2012
PL 1068/2011	Câmara dos Deputados - Ricardo Izar (PV/SP)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	19/12/2012
PL 1718/2011	Câmara dos Deputados - Luiz Argôlo (PP/BA)	Parecer do Relator, Dep. Osmar Júnior (PCdoB-PI), pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	19/12/2012
PL 6200/2009	Senado Federal - Neuto de Conto (PMDB/SC)	Parecer do relator, Dep. Júlio Cesar, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	19/12/2012

PLP 176/2012	Câmara dos Deputados - Esperidião Amin (PP/SC)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.	19/12/2012
PDC 351/2011	Senado Federal - Comissão de Assuntos Econômicos	Parecer do Relator, Dep. Júlio Cesar, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.	19/12/2012
PL 7192/2010	Câmara dos Deputados - Ribamar Alves (PSB/MA)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 7.192/10, do PL nº 7.323/10, apensado, e do Substitutivo da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional.	19/12/2012
PL 1398/2011	Câmara dos Deputados - Marcos Montes (DEM/MG)	Parecer do relator, Dep. Assis Carvalho, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	19/12/2012
PL 6979/2002	Câmara dos Deputados - Paulo Magalhães (PFL/BA)	Parecer do relator, Dep. Cláudio Puty, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	19/12/2012
PL 6174/2009	Câmara dos Deputados - Guilherme Campos (DEM/SP)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	19/12/2012
PL 5660/2009	Senado Federal - Roberto Saturnino (PSB/RJ)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	19/12/2012
PL 1088/2011	Câmara dos Deputados - Cleber Verde (PRB/MA)	Parecer do relator, Dep. Aelton Freitas, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto, nos termos do Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.	13/03/2013
PL 3825/2004	Câmara dos Deputados - Milton Monti (PL/SP)	Parecer do relator, Dep. Jerônimo Goergen, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição.	20/03/2013
PL 472/2011	Câmara dos Deputados - Inocêncio Oliveira (PR/PE)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	20/03/2013
PL 2611/2007	Câmara dos Deputados - Pepe Vargas (PT/RS)	Parecer do relator, Dep. Pedro Novais, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 2.611/07 e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, com emenda, e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL nº 3.553/08, apensado.	20/03/2013
PL 930/2011	Câmara dos Deputados - Lindomar Garçon (PV/RO)	Parecer do Relator, Dep. José Guimarães, pela inadequação financeira e orçamentária.	20/03/2013
PL 520/2011	Câmara dos Deputados - Laercio Oliveira (PR/SE)	Parecer do relator, Dep. Cláudio Puty, pela inadequação financeira e orçamentária.	20/03/2013

PDC 553/2012	Câmara dos Deputados - Zoinho (PR/RJ)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição.	20/03/2013
PL 1914/2011	Câmara dos Deputados - Rogério Peninha Mendonça (PMDB/SC)	Parecer do relator, Dep. Cláudio Puty, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	20/03/2013
PL 4223/2012	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do PL nº 4.223, de 2012, nos termos da emenda de adequação apresentada.	03/04/2013
PL 4219/2012	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Dr. Ubiali, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	03/04/2013
PLP 536/2009	Câmara dos Deputados - Bonifácio de Andrada (PSDB/MG)	Parecer do Relator, Dep. José Guimarães, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	03/04/2013
PL 7655/2010	Senado Federal - Valdir Raupp (PMDB/RO)	Parecer do relator, Dep. João Magalhães, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e, no mérito, pela rejeição do Projeto e do Substitutivo da CDEIC.	03/04/2013
PL 1741/2007	Câmara dos Deputados - Chico Alencar (PSOL/RJ)	Parecer do relator, Dep. Cláudio Puty, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1.741/2007 e do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e; no mérito, pela aprovação do Projeto e do Substitutivo da CSPCCO.	03/04/2013
PL 282/2011	Câmara dos Deputados - Thiago Peixoto (PMDB/GO)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	03/04/2013
PL 4376/2004	Câmara dos Deputados - Lincoln Portela (PL/MG)	Parecer do relator, Dep. Júlio Cesar, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária, e, no mérito, pela rejeição.	03/04/2013
PL 3802/2012	Câmara dos Deputados - Gabriel Guimarães (PT/MG)	Parecer do Relator, Dep. Guilherme Campos, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição.	03/04/2013
PL 1534/2007	Câmara dos Deputados - Gonzaga Patriota (PSB/PE)	Parecer do relator, Dep. José Guimarães, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1.534/07, do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, e dos PL's nºs 2.481/07, 3.278/08, 5.136/09, 5.625/09 e 3.084/08, apensados.	03/04/2013
PL 5459/2009	Senado Federal - Raimundo Colombo (DEM/SC)	Parecer do relator, Dep. Cláudio Puty, pela adequação financeira e orçamentária do PL nº 5.459/09 e do Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; e, no mérito, pela rejeição do PL nº 5.459/09 e do Substitutivo da CAPADR.	03/04/2013

PL 1526/2011	Câmara dos Deputados - Manato (PDT/ES)	Parecer do relator, Dep. José Humberto, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1.526/11 e das Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Viação e Transportes; e, no mérito, pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 e 2 da CVT.	03/04/2013
PL 238/2003	Câmara dos Deputados - Paes Landim (PFL/PI)	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e das emendas na Comissão de Educação e Cultura; e, no mérito, pela rejeição do Projeto.	03/04/2013
PL 1048/2007	Câmara dos Deputados - Andreia Zito (PSDB/RJ)	Parecer do relator, Dep. José Guimarães, pela inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1.048/07 e da emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.	03/04/2013
PL 234/2011	Câmara dos Deputados - Sandes Júnior (PP/GO)	Parecer do relator, Dep. Cláudio Puty, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 234/11 e do Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor; e, no mérito, pela rejeição do Projeto e do Substitutivo da CDC.	03/04/2013
PL 7416/2010	Senado Federal - Valdir Raupp (PMDB/RO)	Parecer do relator, Dep. Jerônimo Goergen, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	03/04/2013
PL 1964/2007	Câmara dos Deputados - Edson Ezequiel (PMDB/RJ)	Parecer do relator, Dep. Pedro Novais, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e; no mérito, pela aprovação da Emenda do Senado Federal ao PL nº 1.964/07.	03/04/2013
PL 700/2007	Câmara dos Deputados - Sandes Júnior (PP/GO)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e da Emenda da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.	03/04/2013
PL 4357/2012	PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária.	03/04/2013
PL 4216/2012	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do PL nº 4.216/2012.	10/04/2013
PL 7511/2010	Senado Federal - Marisa Serrano (PSDB/MS)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emendas.	10/04/2013
PL 2110/2007	Câmara dos Deputados - Luiz Fernando Faria (PP/MG)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição.	10/04/2013
PL 1828/2007	Senado Federal - Leonel Pavan (PSDB/SC)	Parecer do Relator, Dep. João Maia, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e das Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.	10/04/2013
PLP 277/2005	Câmara dos Deputados - Leonardo Mattos (PV/MG)	Parecer do relator, Dep. Marcus Pestana, pela adequação financeira e orçamentária.	10/04/2013



PLP 603/2010	Câmara dos Deputados - Moreira Mendes (PPS/RO)	Parecer do Relator, Dep. José Guimarães, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.	10/04/2013
PL 7003/2006	Senado Federal - José Sarney (PMDB/AP)	Parecer do relator, Dep. Eduardo Cunha, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 7.003/06, da Emenda nº 01/06 apresentada na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e da subemenda da CTASP.	10/04/2013
PL 7410/2010	Câmara dos Deputados - Daniel Almeida (PCdoB/BA)	Parecer do Relator, Dep. Amauri Teixeira (PT-BA), pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, com emenda.	10/04/2013
PL 2131/2007	Câmara dos Deputados - Edgar Moury (PMDB/PE)	Parecer do relator, Dep. José Guimarães, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 2.131/07 e dos PL's nºs 2.205/07 e 5.608/09, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família; e, no mérito, pela rejeição do PL nº 2.131/07 e dos PL's nºs 2.205/07 e 5.608/09, apensados, e do Substitutivo da CSSF.	10/04/2013
PL 1304/2011	Câmara dos Deputados - Dr. Ubiali (PSB/SP)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	10/04/2013
PL 3750/2008	Câmara dos Deputados - Sueli Vidigal (PDT/ES)	Parecer do relator, Dep. Alfredo Kaefer, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 3.750/08, com emenda.	10/04/2013
PL 6711/2009	Senado Federal - Expedito Júnior (PSDB/RO)	Parecer do relator, Dep. João Magalhães, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	10/04/2013
PL 4213/2012	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Lucio Vieira Lima, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do PL nº 4.213/2012.	17/04/2013
PL 4218/2012	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Assis Carvalho, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	17/04/2013
PL 4225/2012	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Hermes Parcianello, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	17/04/2013
PL 4221/2012	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Lucio Vieira Lima, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	17/04/2013
PDC 514/2011	Câmara dos Deputados - Jovair Arantes (PTB/GO)	Parecer do relator, Dep. Leonardo Gadelha, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	17/04/2013
PL 6307/2009	Câmara dos Deputados - Mauro Nazif (PSB/RO)	Parecer do Relator, Dep. Afonso Florence (PT-BA), pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	17/04/2013
PL 7634/2010	Câmara dos Deputados - Guilherme Campos (DEM/SP)	Parecer do relator, Dep. José Guimarães, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	17/04/2013

PL 5646/2009	Senado Federal - Kátia Abreu (DEM/TO)	Parecer do Relator, Dep. Rodrigo Maia (DEM-RJ), pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	17/04/2013
PL 2835/2008	Câmara dos Deputados - Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)	Parecer do relator, Dep. Ricardo Berzoini, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e da emenda da Comissão de Seguridade Social e Família.	17/04/2013
PL 2351/2011	Câmara dos Deputados - Zé Silva (PDT/MG)	Parecer do relator, Dep. João Magalhães, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 2.351/11, dos PL's nºs 3.717/12 e 3.813/12, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional.	17/04/2013
PL 438/2011	Câmara dos Deputados - Inocêncio Oliveira (PR/PE)	Parecer do relator, Dep. José Guimarães, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	17/04/2013
PL 4356/2012	PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA	Parecer do relator, Dep. Cláudio Puty, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	24/04/2013
PL 4217/2012	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Rodrigo Maia, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	22/05/2013
PL 1336/2011	Senado Federal - Tasso Jereissati (PSDB/CE)	Parecer do relator, Dep. José Humberto, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 1.336/11 e do PL nº 1.624/11, apensado e, no mérito, pela aprovação do PL nº 1.336/11, e pela rejeição do PL nº 1.624/11, apensado.	22/05/2013
PL 7293/2010	Senado Federal - Rosalba Ciarlini (DEM/RN)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	22/05/2013
PL 7619/2010	Câmara dos Deputados - Comissão de Legislação Participativa	Parecer do relator, Dep. João Magalhães, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	22/05/2013
PL 7543/2010	Senado Federal - Roberto Cavalcanti (PRB/PB)	Parecer do relator, Dep. Cláudio Puty, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	22/05/2013
PL 7244/2010	Senado Federal - Cícero Lucena (PSDB/PB)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	22/05/2013
PL 2202/2011	MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	Parecer do relator, Dep. Júlio Cesar, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emendas.	22/05/2013
PL 478/2007	Câmara dos Deputados - Luiz Bassuma (PT/BA)	Parecer do relator, Dep. Eduardo Cunha, pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 478/07 e dos PL's nºs 489/07, 1.763/07, 3.748/08 e 1.085/11, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, com emenda.	05/06/2013
PL 4227/2012	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Eduardo Cunha, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	12/06/2013
PL 4222/2012	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Lucio Vieira Lima, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	12/06/2013

PL 4220/2012	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	12/06/2013
PL 3411/2012	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DF	Parecer do relator, Dep. Osmar Júnior, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	12/06/2013
PL 4268/2012	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Rogério Carvalho, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	12/06/2013
PL 4226/2012	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Cláudio Puty, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	12/06/2013
PL 742/2011	Câmara dos Deputados - André Figueiredo (PDT/CE)	Parecer do relator, Dep. Osmar Júnior, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 742/11 e da Emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.	12/06/2013
PL 937/2011	Câmara dos Deputados - Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM/BA)	Parecer do relator, Dep. Lucio Vieira Lima, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.	12/06/2013
PDC 548/2012	Câmara dos Deputados - Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.	Parecer do relator, Dep. Júlio Cesar, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	12/06/2013
PL 6709/2009	Senado Federal - Rosalba Ciarlini (DEM/RN)	Parecer do Relator, Dep. Rodrigo Maia, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.	12/06/2013
PL 6/2011	Câmara dos Deputados - Weliton Prado (PT/MG)	Parecer do relator, Dep. Osmar Júnior, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	12/06/2013
PL 2014/2011	Câmara dos Deputados - Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 2.014/11, nos termos do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família e pela inadequação financeira e orçamentária da Emenda nº 01/12 apresentada na Comissão de Finanças e Tributação; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 2.014/11, nos termos do Substitutivo da CSSF.	12/06/2013
PL 5995/2005	Senado Federal - José Sarney (PMDB/AP)	Parecer do relator, Dep. Cláudio Puty, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL nº 5.995/05, do Substitutivo da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, das Emendas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10	12/06/2013
PL 2332/2003	Senado Federal - Romero Jucá (PSDB/RR)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição.	12/06/2013
PL 3231/2008	Senado Federal - Francisco Dornelles (pp/rj)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária.	12/06/2013

PLP 120/2011	Câmara dos Deputados - Anthony Garotinho (PR/RJ)	Parecer do relator, Dep. Júlio Cesar, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição.	12/06/2013
PL 6787/2010	Câmara dos Deputados - Glauber Braga (PSB/RJ)	Parecer do relator, Dep. Jerônimo Goergen, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	12/06/2013
PL 6402/2009	Câmara dos Deputados - Moacir Micheletto (PMDB/PR)	Parecer do relator, Dep. Cláudio Puty, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	12/06/2013
PL 3271/2008	Câmara dos Deputados - Gladson Cameli (PP/AC)	Parecer do relator, Dep. Júlio Cesar, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 3.271/08, do PL nº 3.580/08, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.	12/06/2013
PL 175/2007	Câmara dos Deputados - Nelson Pellegrino (PT/BA)	Parecer do Relator, Dep. João Dado, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família.	12/06/2013
PL 5894/2005	Câmara dos Deputados - Itamar Serpa (PSDB/RJ)	Parecer do Relator, Dep. Cláudio Puty, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 5.894/05 e dos PL's nºs 6.661/06, 2.892/08, 3.698/08, 3.834/08, 4.217/08, 6.576/09, 7.945/10, 1.711/11 e 3.457/12, apensados.	12/06/2013
PL 2588/2011	Câmara dos Deputados - Marcon (PT/RS)	Parecer do relator, Dep. Jerônimo Goergen, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	12/06/2013
PL 6776/2006	Câmara dos Deputados - Renildo Calheiros (PCdoB/PE)	Parecer do Relator, Dep. José Guimarães (PT-CE), pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	12/06/2013
PDC 520/2011	Senado Federal - Comissão de Assuntos Econômicos	Parecer do relator, Dep. João Maia, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	12/06/2013
PL 3950/2012	Senado Federal - Papaléo Paes (PSDB/AP)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela inadequação financeira e orçamentária do Projeto e do PL 1364/2007, apensado.	19/06/2013
PL 1295/2011	Câmara dos Deputados - Edmar Arruda (PSC/PR)	Parecer do relator, Dep. João Magalhães, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL nº 1.295/11, do PL nº 1.706/11, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Turismo e Desporto.	19/06/2013
PL 1214/2011	Câmara dos Deputados - Gorete Pereira (PR/CE)	Parecer do relator, Dep. Osmar Júnior, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição.	19/06/2013
PL 6763/2010	Senado Federal - Rosalba Ciarlini (DEM/RN)	Parecer do relator, Dep. Cláudio Puty, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	19/06/2013
PL 6589/2006	Senado Federal - Geraldo Mesquita Júnior (S/PARTIDO/AC)	Parecer do relator, Dep. José Guimarães, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	19/06/2013

PL 3398/2012	Câmara dos Deputados - Ronaldo Zulke (PT/RS)	Parecer do relator, Dep. Osmar Júnior, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e das emendas da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.	19/06/2013
PL 6369/2009	Câmara dos Deputados - Vinicius Carvalho (PTdoB/RJ)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 6.369/09 e, no mérito, pela rejeição do PL nº 6.369/09, e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor, e do PL nº 6.461/09, apensado.	19/06/2013
PL 1450/2007	Câmara dos Deputados - Júlio Cesar (DEM/PI)	Parecer do relator, Dep. Jerônimo Goergen, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 1.450/07 e da Emenda da Comissão de Minas e Energia e; no mérito, pela rejeição do PL nº 1.450/07 e da Emenda da CME.	19/06/2013
PDC 825/2013	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Parecer do relator, Dep. Afonso Florence, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	10/07/2013
PL 7759/2010	Senado Federal - Renato Casagrande (PSB/ES)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo.	10/07/2013
PL 6241/2009	Senado Federal - Renato Casagrande (PSB/ES)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	10/07/2013
PL 1303/2011	Câmara dos Deputados - Dr. Ubiali (PSB/SP)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	10/07/2013
PL 2671/2007	Senado Federal - Kátia Abreu (dem/to)	Parecer do relator, Dep. José Humberto, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	10/07/2013
PL 6538/2009	Senado Federal - Efraim Morais (DEM/PB)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	10/07/2013
PL 1332/2003	Câmara dos Deputados - Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)	Parecer do Relator, Dep. Afonso Florence, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1.332/03 e do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, com emendas; dos PL's nºs 2.857/04, 3.854/04, 6.665/06, 1.017/07, 3.969/08, 4.821/09, 4.896/09, 7.937/10 e 201/11, apensados, e das Emendas nºs 1/03, 2/03 e 3/11 da CSPCCO; e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária dos PL's nºs 5.959/05, 6.810/06 e 7.284/06, apensados.	10/07/2013
PL 3428/2012	Câmara dos Deputados - Erika Kokay (PT/DF)	Parecer do relator, Dep. João Magalhães, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emendas, e, no mérito, pela aprovação.	10/07/2013
PL 4370/2012	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Jerônimo Goergen, pela adequação financeira e orçamentária.	17/07/2013

PL 4171/2008	Câmara dos Deputados - Roberto Britto (PP/BA)	Parecer do Relator, Dep. José Guimarães, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.	17/07/2013
PL 7954/2010	Câmara dos Deputados - Vicentinho (PT/SP)	Parecer do relator, Dep. Dr. Ubiali, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL 7954/2010, do PL 883/2011, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.	17/07/2013
PLP 76/2007	Câmara dos Deputados - José Fernando Aparecido de Oliveira (PV/MG)	Parecer do relator, Dep. Júlio Cesar, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PLP nº 76/07 e dos PLP's nºs 380/08, 403/08 e 475/09, apensados, e da emenda da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional; e, no mérito, pela aprovação do PLP nº 76/07 e dos PLP's nºs 380/08, 403/08 e 475/09, apensados, e da emenda da CAINDR, com Substitutivo.	07/08/2013
PL 3338/2008	Câmara dos Deputados - Felipe Bornier (PHS/RJ)	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária deste.	07/08/2013
PL 537/2011	Câmara dos Deputados - Thiago Peixoto (PMDB/GO)	Parecer do relator, Dep. Lucio Vieira Lima, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.	07/08/2013
PLP 441/2008	Câmara dos Deputados - Comissão de Legislação Participativa	Parecer do relator, Dep. João Magalhães, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	07/08/2013
PL 7246/2010	Senado Federal - Lobão Filho (PMDB/MA)	Parecer do relator, Dep. José Guimarães, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	07/08/2013
PL 1307/2011	Câmara dos Deputados - Dr. Ubiali (PSB/SP)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	07/08/2013
PLP 456/2009	Câmara dos Deputados - Manoel Junior (PSB/PB)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	07/08/2013
PL 5619/2009	Senado Federal - Patrícia Saboya (pdt/ce)	Parecer do relator, Dep. João Magalhães, pela inadequação financeira e orçamentária do PL nº 5.619/09, dos PL's nºs 2.426/96, 3.200/97, 3.248/97, 3.368/97, 3.389/97, 3.425/97, 3.426/97, 4.002/97, 4.697/98, 1.441/99, 1.559/99, 2.125/99, 2.337/00, 3.375/00, 3.733/00, 5.272/01, 938/03, 1.220/03, 1.388/03, 2.097/03, 2.119/03, 2.702/03, 3.550/04, 4.034/04, 4.251/04, 5.579/05, 6.274/05, 6.725/06, 7.144/06, 2.122/07, 2.864/08, 3.073/08, 3.205/08, 3.206/08, 3.998/08, 4.868/09, 5.341/09, 5.776/09, 6.049/09, 6.965/10, 7.356/10, 411/11, 724/11, 875/11, 1.339/11, 1.504/11, 1.958/11, 2.033/11, 2.244/11, 2.311/11, 2.660/11, 2.890/11, 2.966/11, 3.101/12, 3.174/12, 3.177/12, 3.235/12, 3.798/12, 4.779/12 e 5.379/13, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família.	07/08/2013
PL 3071/2011	Senado Federal - Jayme Campos (DEM/MT)	Parecer do relator, Dep. Akira Otsubo, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	07/08/2013

PL 1308/2011	Câmara dos Deputados - Dr. Ubiali (PSB/SP)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	07/08/2013
PL 6020/2013	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Júlio Cesar, pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.	14/08/2013
PL 6531/2009	Câmara dos Deputados - Deley (PSC/RJ)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com emendas.	14/08/2013
PL 5740/2013	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela adequação financeira e orçamentária do Projeto, do Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, das Emendas de Plenário n <sup>o</sup> s 9/2013 e 16/2013; pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária das Emendas de Plenário n <sup>o</sup> s 1/2013, 2/2013, 3/2013, 4/2013, 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013, 10/2013, 11/2013, 12/2013, 13/2013, 14/2013, 15/2013, 17/2013, 18/2013, 19/2013, 21/2013, 22/2013, 23/2013, 24/2013, 25/2013, 26/2013, 27/2013, 28/2013, 29/2013, 30/2013, 31/2013, 32/2013, 33/2013, 34/2013, 35/2013, 36/2013, 37/2013, 38/2013, 39/2013, 40/2013, e 41/2013, e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária da Emenda de Plenário 20/2013.	21/08/2013
PL 936/2007	Câmara dos Deputados - Íris de Araújo (PMDB/GO)	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Urbano; e, no mérito, pela aprovação do Projeto, com Substitutivo.	21/08/2013
PL 4704/2009	Senado Federal - Arthur Virgílio (PSDB/AM)	Parecer do relator, Dep. Amauri Teixeira, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	21/08/2013
PLP 436/2008	Câmara dos Deputados - Cleber Verde (PRB/MA)	Parecer do relator, Dep. Júlio Cesar, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei Complementar n <sup>o</sup> 436/08 e do PLP n <sup>o</sup> 96/11, apensado, e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PLP n <sup>o</sup> 57/11, apensado; e, no mérito, pela rejeição do PLP n <sup>o</sup> 436/08 e do PLP n <sup>o</sup> 96/11, apensado.	21/08/2013
PL 7881/2010	Câmara dos Deputados - Beto Faro (PT/PA)	Parecer do relator, Dep. Pedro Novais, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	21/08/2013
PLP 357/2006	Câmara dos Deputados - Zequinha Marinho (PSC/PA)	Parecer do relator, Dep. Mário Feitoza, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo.	21/08/2013
PL 4544/2008	Câmara dos Deputados - Vitor Penido (DEM/MG)	Parecer do Relator, Dep. Rodrigo Maia, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária.	21/08/2013
PL 2780/2011	Senado Federal - Serys Shessarenko (PT/MT)	Parecer do relator, Dep. Akira Otsubo, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	21/08/2013
PL 7418/2010	Senado Federal - Marcelo Crivella (PRB/RJ)	Parecer do relator, Dep. Afonso Florence, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	21/08/2013

PL 4406/2008	Câmara dos Deputados - Ribamar Alves (PSB/MA)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	21/08/2013
PL 5381/2013	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Reginaldo Lopes, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária.	04/09/2013
PL 2403/2003	Senado Federal - José Sarney (PMDB/AP)	Parecer do relator, Dep. João Magalhães, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto, dos PLs 5289/2005, 3189/2008, 2633/2011, e 5077/2013, apensados, bem como do Substitutivo da Comissão de Amazônia, Integração Nacional e	04/09/2013
PL 4734/2009	Senado Federal - Valdir Raupp (PMDB/RO)	Parecer do relator, Dep. Arthur Oliveira Maia, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL nº 4.734/09, do PL nº 5.386/09, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.	04/09/2013
PL 7248/2010	Câmara dos Deputados - Otavio Leite (PSDB/RJ)	Parecer do relator, Dep. Cláudio Puty, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL nº 7248/2010.	04/09/2013
PL 4703/2009	Senado Federal - Jayme Campos (DEM/MT)	Parecer do relator, Dep. Akira Otsubo, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	04/09/2013
PL 2677/2007	Câmara dos Deputados - Otavio Leite (PSDB/RJ)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela inadequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família.	04/09/2013
PL 7191/2010	Câmara dos Deputados - Dr. Ubiali (PSB/SP)	Parecer do relator, Dep. Alexandre Leite, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária das Emendas do Senado Federal ao PL nº 7.191/10.	04/09/2013
PL 6053/2013	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Mendonça Filho, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	18/09/2013
PL 4832/2012	Câmara dos Deputados - Onofre Santo Agostini (PSD/SC)	Parecer do relator, Dep. Raul Lima, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do PL nº 4.832/12, do PL 5.146/13, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família.	18/09/2013
PL 950/2007	Câmara dos Deputados - Luiz Couto (PT/PB)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e da Emenda nº 1/11 apresentada na Comissão de Finanças e Tributação e, no mérito, pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1/11 apresentada na CFT, com Substitutivo.	18/09/2013
PL 2200/2011	MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	Parecer do relator, Dep. Aelton Freitas, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	18/09/2013
PL 5862/2009	Câmara dos Deputados - Valadares Filho (PSB/SE)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	25/09/2013



PL 996/2007	Câmara dos Deputados - Fernando Coelho Filho (PSB/PE)	Parecer do relator, Dep. Júlio César, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e da emenda da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e, no mérito, pela aprovação do Projeto e da emenda da CAPADR.	25/09/2013
PL 3711/2012	Câmara dos Deputados - Renato Molling (PP/RS)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 3.711/2012 e do PL nº 4.594/2012, apensado, e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Substitutivo da Comissão de Minas e Energia.	25/09/2013
PL 1327/2011	Câmara dos Deputados - Wellington Fagundes (PR/MT)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	25/09/2013
PLP 238/2013	Poder Executivo	Parecer do Relator, Dep. Eduardo Cunha (PMDB-RJ), pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação deste, e do PLP 275/2013, apensado, com substitutivo.	09/10/2013
PL 2682/2007	Câmara dos Deputados - Cleber Verde (PRB/MA)	Parecer do relator, Dep. Zeca Dirceu, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 2.682/07 e dos PL's nºs 3.884/08, 4.264/08 e 7.092/10, apensados.	09/10/2013
PL 2883/2008	Câmara dos Deputados - Renato Molling (PP/RS)	Parecer do relator, Dep. Jerônimo Goergen, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	16/10/2013
PL 393/2007	Câmara dos Deputados - Fábio Souto (PFL/BA)	Parecer do relator, Dep. Afonso Florence, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	16/10/2013
PL 528/2011	Câmara dos Deputados - Walter Tosta (PMN/MG)	Parecer do relator, Dep. João Magalhães, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	16/10/2013
PLP 177/2012	Câmara dos Deputados - Esperidião Amin (PP/SC)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo.	16/10/2013
PL 1810/2003	Câmara dos Deputados - Rogério Silva (PPS/MT)	Parecer do relator, Dep. Júlio Cesar, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1.810/03 e dos PL's nºs 7.045/06, 7.168/06, 7.235/06, 7.592/06, 376/07, 975/07, 1.420/07, 2.709/07, 3.840/08, 4.889/09, 7.078/10, 2.761/11, 3.986/12 e 5.227/13, apensados.	16/10/2013
PL 41/2011	Câmara dos Deputados - Weliton Prado (PT/MG)	Parecer do relator, Dep. Nelson Marchezan Junior, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL 41/2011, do PL 1.479/2011, apensado e do Substitutivo da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional.	16/10/2013
PL 4710/2012	Câmara dos Deputados - Eduardo da Fonte (PP/PE)	Parecer com Complementação de Voto, Dep. João Magalhães, pela inadequação financeira e orçamentária do PL 4710/2012 e dos PL's 4724/2012 e 4736/2012, apensados.	16/10/2013

PL 4428/2004	Senado Federal - Mozarildo Cavalcanti (PPS/RR)	Parecer do relator, Dep. Afonso Florence, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	16/10/2013
PL 4139/2012	Câmara dos Deputados - Benedita da Silva (PT/RJ)	Parecer do relator, Dep. Amauri Teixeira, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação do projeto.	16/10/2013
PL 3659/2008	Câmara dos Deputados - Betinho Rosado (DEM/RN)	Parecer do relator, Dep. Assis Carvalho, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	16/10/2013
PLP 148/2012	Câmara dos Deputados - Eduardo da Fonte (PP/PE)	Parecer do relator, Dep. João Magalhães, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição.	16/10/2013
PL 3388/1997	Câmara dos Deputados - Jaques Wagner (PT/BA)	Parecer do relator, Dep. Afonso Florence, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária das Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei n	16/10/2013
PL 2636/2003	Câmara dos Deputados - Clóvis Fecury (PFL/MA)	Parecer do relator, Dep. Cleber Verde, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 2.636/03 e dos PL's nºs 4.785/05 e 6.227/05, apensados.	16/10/2013
PL 3877/2004	Senado Federal - Comissão Parlamentar de Inquérito - "ONGs"	Parecer do relator, Dep. Arnaldo Jardim, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 3.877/2004, dos PL's nºs 2312/2003, 3841/2004, 3982/2004, 4259/2004, 4574/2004, 611/2007, 644/2007, 1880/2007, 2118/2007, 4366/2008, 4507/2008, 5070/2009, 5950/2009, 385/2011, 2730/2011, 2764/2011, 2864/2011, 3328/2012, 3583/2012, 4913/2012, 5093/2013, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família.	16/10/2013
PL 2097/2007	Câmara dos Deputados - Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM/BA)	Parecer do relator, Dep. Júlio Cesar, pela inadequação financeira e orçamentária.	16/10/2013
PL 562/2007	Câmara dos Deputados - Otavio Leite (PSDB/RJ)	Parecer do relator, Dep. Assis Carvalho, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.	16/10/2013
PL 3890/2008	Câmara dos Deputados - Rebecca Garcia (PP/AM)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL nº 3.890/08 e dos PL's nºs 4.504/08, 4.971/09, 5.194/09 e 6.494/2009, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional; e pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 6.982/10, apensado e, no mérito, pela rejeição do PL nº 6.982/10, apensado.	16/10/2013
PL 1859/2007	Câmara dos Deputados - Neilton Mulim (PR/RJ)	Parecer do relator, Dep. Antonio Balhmann, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	16/10/2013

PL 1570/2007	Senado Federal - Roberto Saturnino (PT/RJ)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela inadequação financeira e orçamentária do Projeto e da Emenda 1/08 apresentada na CFT.	16/10/2013
PDC 1295/2013	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Parecer do relator, Dep. Afonso Florence, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.	23/10/2013
PDC 550/2012	Senado Federal - Comissão de Assuntos Econômicos	Parecer do relator, Dep. Júlio Cesar, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.	23/10/2013
PL 1220/2011	Senado Federal - Gleisi Hoffmann (PT/PR)	Parecer do relator, Dep. Afonso Florence, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 1.220/11 e da emenda da Comissão da Amazônia, Integração Nacional de Desenvolvimento Regional.	23/10/2013
PDC 551/2012	Senado Federal - Comissão de Assuntos Econômicos	Parecer do relator, Dep. Júlio Cesar, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	23/10/2013
PDC 1027/2013	Câmara dos Deputados - Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Parecer do relator, Dep. Afonso Florence, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	23/10/2013
PL 5342/2013	Câmara dos Deputados - Carlos Bezerra (PMDB/MT)	Parecer do relator, Dep. Akira Otsubo, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	23/10/2013
PL 2818/2008	Câmara dos Deputados - Renato Molling (PP/RS)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	23/10/2013
PL 2652/2007	Câmara dos Deputados - Homero Pereira (PR/MT)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	23/10/2013
PL 1561/2011	Câmara dos Deputados - Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 1.561/11, dos PL's nºs 1.926/11 e 2.105/11, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Viação e Transportes; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 1.561/11 e dos PL's nºs 1.926/11 e 2.105/11, apensados, nos termos do Substitutivo da Comissão de Viação e Transportes.	23/10/2013
PL 214/2007	Câmara dos Deputados - Sandes Júnior (PP/GO)	Parecer do relator, Dep. João Dado, com Complementação de Voto, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo.	23/10/2013
PL 1450/2011	Câmara dos Deputados - Roberto Britto (PP/BA)	Parecer do relator, Dep. João Magalhães, pela inadequação financeira e orçamentária.	30/10/2013
PL 4786/2012	Senado Federal - Senador Lobão	Parecer da relatora, Dep. Erika Kokay, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	30/10/2013

	Filho (PMDB/MA)		
PL 4960/2013	Câmara dos Deputados - Major Fábio (DEM/PB)	Parecer do relator, Dep. Pedro Novais, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	30/10/2013
PL 3007/2008	Câmara dos Deputados - Chico Alencar (PSOL/RJ)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do PL nº 3.007/08 e dos PL's nºs 3.091/08 e 2.610/11, apensados; e, no mérito, pela rejeição do PL nº 3.007/08 e dos PL's nºs 3.091/08 e 2.610/11, apensados.	06/11/2013
PLP 104/2003	Câmara dos Deputados - Eduardo Barbosa (PSDB/MG)	Parecer do relator, Dep. José Guimarães, pela inadequação financeira e orçamentária.	13/11/2013
PL 1978/2007	Câmara dos Deputados - Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM/BA)	Parecer do relator, Dep. Alexandre Leite, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Turismo e Desporto; e, no mérito, pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo da CTD.	13/11/2013
PL 1116/2011	Câmara dos Deputados - Lourival Mendes (PTdoB/MA)	Parecer do relator, Dep. Assis Carvalho, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	13/11/2013
PL 2830/2003	Câmara dos Deputados - Hamilton Casara (PSB/RO)	Parecer do Relator, Dep. Amauri Teixeira, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL nº 2.830/03 e do PL nº 3.519/04, apensado.	13/11/2013
PL 1/2011	Câmara dos Deputados - Maurício Rands (PT/PE)	Parecer do relator, Dep. João Magalhães, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição.	13/11/2013
PL 2764/2008	Câmara dos Deputados - Angelo Vanhoni (PT/PR)	Parecer do Relator, Dep. Ricardo Berzoini, pela inadequação financeira e orçamentária do PL nº 2.764/08, do PL nº 3.552/08, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura.	13/11/2013
PL 7514/2010	Senado Federal - Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Parecer do Relator, Dep. Marcus Pestana, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	13/11/2013
PL 777/2007	Câmara dos Deputados - Paulo Piau (PMDB/MG)	Parecer do Relator, Dep. José Guimarães, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e da Emenda da Comissão de Seguridade Social e Família.	13/11/2013
PL 5404/2013	Câmara dos Deputados - Major Fábio (DEM/PB)	Parecer do relator, Dep. Antonio Balhmann, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	13/11/2013
PL 2392/2011	Câmara dos Deputados - Francisco Araújo (PSL/RR)	Parecer do relator, Dep. Aelton Freitas, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição.	13/11/2013
PL 2551/2011	Câmara dos Deputados - Jhonatan de Jesus (PRB/RR)	Parecer do relator, Dep. Amauri Teixeira, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	13/11/2013
PL 4599/2012	Câmara dos Deputados - João Arruda (PMDB/PR)	Parecer do relator, Dep. Dr. Ubiali, pela inadequação financeira e orçamentária.	13/11/2013

PL 2568/2011	Câmara dos Deputados - Carlos Bezerra (PMDB/MT)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	13/11/2013
PL 6803/2006	Senado Federal - Renan Calheiros (PMDB/AL)	Parecer do relator, Dep. Cláudio Puty, pela inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 6.803/06 e do PL nº 5.179/09, apensado.	13/11/2013
PL 378/2011	Câmara dos Deputados - Rebecca Garcia (PP/AM)	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	13/11/2013
PL 5083/2009	Câmara dos Deputados - Jefferson Campos (PTB/SP)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	13/11/2013
PL 5752/2005	Câmara dos Deputados - Nelson Bornier (PMDB/RJ)	Parecer do relator, Dep. Valdivino de Oliveira, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL nº 5752/05, e do PL nº 7272/06, apensado.	13/11/2013
PL 4350/2012	Câmara dos Deputados - Jerônimo Goergen (PP/RS)	Parecer do relator, Dep. Jairo Ataíde, pela inadequação financeira e orçamentária.	13/11/2013
PL 2867/2011	Câmara dos Deputados - João Arruda (PMDB/PR)	Parecer do relator, Dep. Silas Brasileiro, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	13/11/2013
PL 1008/2011	Câmara dos Deputados - Sandro Alex (PPS/PR)	Parecer do relator, Dep. Lucio Vieira Lima, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e da emenda da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.	13/11/2013
PL 946/2011	Câmara dos Deputados - Jô Moraes (PCdoB/MG)	Parecer do relator, Dep. Erivelton Santana, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	13/11/2013
PL 637/2007	Câmara dos Deputados - Carlos Bezerra (PMDB/MT)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	13/11/2013
PL 2289/2011	Câmara dos Deputados - Carlos Bezerra (PMDB/MT)	Parecer do Relator, Dep. Silas Brasileiro, pela inadequação financeira e orçamentária.	13/11/2013
PL 2378/2007	Câmara dos Deputados - Paulo Bornhausen (DEM/SC)	Parecer do relator, Dep. Ricardo Berzoini, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição.	20/11/2013
PLP 90/2011	Câmara dos Deputados - Zeca Dirceu (PT/PR)	Parecer do relator, Dep. Nelson Marchezan Junior, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e, no mérito, pela aprovação do Projeto e do Substitutivo da CDEIC.	20/11/2013
PLP 155/2012	Câmara dos Deputados - Stepan Nercessian (PPS/RJ)	Parecer do relator, Dep. Rodrigo Maia, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda, e, no mérito, pela aprovação.	20/11/2013

PL 491/2011	Senado Federal - Flávio Arns (PSDB/PR)	Parecer do relator, Dep. Reginaldo Lopes, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.	20/11/2013
PL 2120/2011	Câmara dos Deputados - Mauro Nazif (PSB/RO)	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.	20/11/2013
PL 8049/2010	Senado Federal - Romeu Tuma (DEM/SP)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela adequação financeira e orçamentária.	20/11/2013
PLP 297/2005	Câmara dos Deputados - Luiz Couto (PT/PB)	Parecer do relator, Dep. Júlio Cesar, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo.	20/11/2013
PL 181/2011	Câmara dos Deputados - Weliton Prado (PT/MG)	Parecer do Relator, Dep. Devanir Ribeiro, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 181/11 e dos PL's nºs 212/211 e 2.346/11, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Educação; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 181/11, dos PL's nºs 212/211 e 2.346/11, apensados, na forma do Substitutivo da CE.	20/11/2013
PDC 1026/2013	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Parecer do relator, Dep. Afonso Florence, pela adequação financeira e orçamentária.	27/11/2013
PL 2243/2011	Câmara dos Deputados - Zeca Dirceu (PT/PR)	Parecer do relator, Dep. Dr. Ubiali, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	27/11/2013
PL 2607/2007	Câmara dos Deputados - Pepe Vargas (PT/RS)	Parecer do relator, Dep. Júlio Cesar, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária da Emenda do Senado Federal ao PL nº 2.607/07 e, no mérito, pela aprovação da Emenda do Senado Federal ao PL nº 2.607/07.	27/11/2013
PL 7082/2010	Senado Federal - Serys Shhessarenko (PT/MT)	Parecer do relator, Dep. Júlio Cesar, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	27/11/2013
PLP 512/2009	Câmara dos Deputados - Cleber Verde (PRB/MA)	Parecer do relator, Dep. Osmar Júnior, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do PLP 512/09 e do PLP 138/12, apensado; e, no mérito, pela aprovação do PLP 512/09, e pela rejeição do PLP 138/12, apensado.	27/11/2013
PL 4964/2009	Câmara dos Deputados - Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)	Parecer do relator, Dep. Ricardo Berzoini, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo.	27/11/2013
PL 3135/2012	Câmara dos Deputados - Sandro Mabel (PMDB/GO)	Parecer do relator, Dep. João Magalhães, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	27/11/2013

PL 1139/2007	Câmara dos Deputados - Raul Henry (PMDB/PE)	Parecer do Relator, Dep. Pedro Eugênio, pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1.139/07 e dos Projetos de Lei nºs 2.151/07, 2.575/07, 3.301/08, 3.686/08, 4.143/08, 6.722/10 e 7.250/10, apensados; pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Substitutivo adotado pela Comissão de Educação e Cultura; pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária das emendas parcialmente adotadas pela Comissão de Educação e Cultura e das emendas ao Substitutivo apresentadas na Comissão de Finanças e Tributação; e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.139/07 e dos Projetos de Lei nºs 2.151/07, 2.575/07, 3.301/08, 3.686/08, 4.143/08, 6.722/10 e 7.250/10, apensados, com Substitutivo, e pela rejeição das emendas parcialmente adotadas pela CEC e das emendas ao Substitutivo apresentadas na CFT.	27/11/2013
PL 4955/2009	Câmara dos Deputados - Paulo Bornhausen (DEM/SC)	Parecer do relator, Dep. José Guimarães, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 4.955/09, do PL nº 5.404/09, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia.	27/11/2013
PL 4359/2012	Supremo Tribunal Federal	Parecer do relator, Dep. Afonso Florence, pela adequação financeira e orçamentária, com emenda.	11/12/2013
PL 5382/2013	Supremo Tribunal Federal	Parecer do relator, Dep. João Magalhães, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	11/12/2013
PL 5072/2009	Senado Federal - Francisco Dornelles (PP/RJ)	Parecer do relator, Dep. Afonso Florence, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	11/12/2013
PL 6066/2009	Câmara dos Deputados - Paulo Piau (PMDB/MG)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	11/12/2013
PL 1238/2011	Câmara dos Deputados - Rogério Carvalho (PT/SE)	Parecer do relator, Dep. Zeca Dirceu, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do PL nº 1.238/11, do Substitutivo da Comissão de Viação e Transportes e da Emenda nº 1/13 apresentada na Comissão de Finanças e Tributação.	11/12/2013
PLP 52/2011	Câmara dos Deputados - Amauri Teixeira (PT/BA)	Parecer do relator, Dep. Júlio Cesar, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	11/12/2013
PLP 265/2007	Senado Federal - Antônio Carlos Magalhães (DEM/BA)	Parecer do relator, Dep. João Magalhães, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e da emenda da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e, no mérito, pela aprovação do Projeto e da emenda da CDEIC, com Substitutivo.	11/12/2013
PL 3045/2008	Câmara dos Deputados - Sandes Júnior (PP/GO)	Parecer do relator, Dep. João Dado, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	11/12/2013
PL 6326/2009	Câmara dos Deputados - Carlos Bezerra (PMDB/MT)	Parecer do relator, Dep. Ricardo Berzoini, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	11/12/2013
PL 2830/2011	Câmara dos Deputados - Alceu	Parecer do relator, Dep. Amauri Teixeira, pela inadequação financeira e orçamentária.	11/12/2013

	Moreira (PMDB/RS)		
PL 3228/2008	Senado Federal - Antonio Carlos Valadares (PSB/PE)	Parecer do Relator, Dep. Nelson Marchezan Junior, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 3.228/08, dos PL's nºs 1.160/07, 1.422/07, 2.717/07 e 3.211/08, apensados, da Emenda nº 1/07, apresentada ao PL 1.160/07 na Comissão de Desenvolvimento Urbano, e do Substitutivo adotado pela CDU e pela inadequação financeira e orçamentária do PL nº 3.437/08, apensado; e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.228/08, dos PL's nºs 1.160/07, 1.422/07, 2.717/07 e 3.211/08, apensados, e da Emenda nº 1/07, apresentada ao PL 1.160/07 na CDU, na forma do Substitutivo adotado pela CDU.	11/12/2013
PL 5900/2009	Senado Federal - Marisa Serrano (PSDB/MS)	Parecer do Relator, Dep. Cláudio Puty, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto, da emenda da Comissão de Educação e Cultura e da subemenda da Comissão de Desenvolvimento Urbano; e, no mérito, pela aprovação do Projeto, da emenda da CE e da subemenda da CDU, com Substitutivo.	11/12/2013
PL 1465/2011	Senado Federal - Cristovam Buarque (PDT/DF)	Parecer do relator, Dep. Guilherme Campos, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 1.465/11 e do PL nº 3.000/11, apensado; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 1.465/11, e pela rejeição do PL nº 3.000/11, apensado.	11/12/2013
PL 6474/2009	Câmara dos Deputados - Jaime Martins (PR/MG)	Parecer do relator, Dep. Dr. Ubiali, pela adequação financeira e orçamentária do Projeto e da emenda da Comissão de Desenvolvimento Urbano; e, no mérito, pela aprovação do Projeto e da emenda da Comissão de Desenvolvimento Urbano.	11/12/2013
PL 4458/2012	Senado Federal - Francisco Dornelles (PP/RJ)	Parecer com Complementação de Voto, Dep. João Magalhães, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com emenda.	11/12/2013
PLP 106/2011	Câmara dos Deputados - Esperidião Amin (PP/SC)	Parecer do relator, Dep. Dr. Ubiali, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.	11/12/2013
PL 2114/2011	Câmara dos Deputados - Rodrigo Maia (DEM/RJ)	Parecer do relator, Dep. Lucio Vieira Lima, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo.	11/12/2013
PL 3727/2008	Câmara dos Deputados - Dr. Ubiali (PSB/SP)	Parecer do relator, Dep. Afonso Florence, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto, da Emenda nº 01/08 apresentada na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e do Substitutivo da CDEIC; e, no mérito, pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo da CDEIC, com Subemenda.	11/12/2013
PLP 64/2011	Câmara dos Deputados - Gabriel Guimarães (PT/MG)	Parecer do relator, Dep. Júlio Cesar, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.	11/12/2013



PL 6809/2013	Poder Executivo	Parecer com Complementação de Voto do relator, Dep. Pedro Uczai, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Educação; e, no mérito, pela aprovação do Projeto e do Substitutivo da CE, com subemenda.	19/03/2014
PL 2286/2011	Câmara dos Deputados - Rosinha da Adefal (PTdoB/AL)	Parecer do relator, Dep. Dr. Ubiali, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	19/03/2014
PL 3848/2012	Câmara dos Deputados - Osmar Serraglio (PMDB/PR)	Parecer do relator, Dep. Alfredo Kaefer, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e da Emenda da Comissão de Minas e Energia; e, no mérito, pela aprovação do Projeto e da Emenda da CME.	19/03/2014
PL 6287/2009	Câmara dos Deputados - Carlos Bezerra (PMDB/MT)	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico Indústria e Comércio; e, no mérito, pela aprovação do Projeto e do Substitutivo da CDEIC, com Subemenda.	02/04/2014
PL 6131/2002	Câmara dos Deputados - Lincoln Portela (/MG)	Parecer do relator, Dep. José Humberto, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e da emenda da Comissão de Defesa do Consumidor.	02/04/2014
PL 6243/2013	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela adequação financeira e orçamentária.	09/04/2014
PL 4372/2012	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. João Magalhães, com Complementação de Voto, pela adequação financeira e orçamentária do PL nº 4.372/12, das emendas apresentadas na Comissão de Finanças e Tributação, na Comissão de Educação e na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 4.372/12, com emendas, das emendas adotadas pela CTASP e das Emendas nºs 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12 e 13 adotadas pela CE; pela aprovação parcial das Emendas nºs 3, 4 e 11 adotadas pela CE; e pela rejeição das emendas apresentadas na CFT.	07/05/2014
PL 6242/2013	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Pedro Eugênio, pela adequação financeira e orçamentária.	21/05/2014
PL 6645/2013	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela adequação financeira e orçamentária.	21/05/2014
PL 4685/2012	Câmara dos Deputados - Paulo Teixeira (PT/SP)	Parecer do relator, Dep. Cláudio Puty, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com emendas.	21/05/2014
PL 7027/2013	TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	Parecer do relator, Dep. Gabriel Chalita, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	12/11/2014
PDC 1410/2013	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Parecer do relator, Dep. Afonso Florence, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	26/11/2014

PL 7917/2014	Supremo Tribunal Federal	Parecer do relator, Dep. Mário Feitoza, pela adequação financeira e orçamentária do Projeto, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária da emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e, no mérito, pela aprovação do Projeto e da emenda da CTASP.	26/11/2014
PL 7906/2014	Tribunal Superior do Trabalho	Parecer do relator, Dep. Aelton Freitas, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	26/11/2014
PL 7573/2014	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Mário Feitoza, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do PL nº 7.573/14, do PL nº 7.909/14, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com emendas.	26/11/2014
PL 6234/2013	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Parecer do relator, Dep. Aelton Freitas, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	26/11/2014
PL 174/2011	Câmara dos Deputados - Weliton Prado (PT/MG)	Parecer do relator, Dep. Toninho Pinheiro, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto, dos Substitutivos da Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Comissão de Seguridade Social e Família e da Emenda nº 4/2013 apresentada na CFT, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária das Emendas nºs 1, 2/2013 e 3/2013 apresentadas na CFT; e, no mérito, pela aprovação do Projeto, do Substitutivo da CAPADR e das Emendas nºs 1, 2, 3 e 4 apresentadas na CFT, com Submenda Substitutiva.	26/11/2014
PDC 1291/2013	Câmara dos Deputados - Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.	Parecer vencedor, Dep. João Dado, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto, com emenda.	26/11/2014
PL 7918/2014	MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	Parecer do relator, Dep. Mário Feitoza, pela adequação financeira e orçamentária.	26/11/2014
PL 6244/2013	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	10/12/2014
PL 7920/2014	Supremo Tribunal Federal	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto, com emenda, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária das Emendas nºs 1, 4, 5, 8, 12 e 15 da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, e pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária das Emendas nºs 2, 3, 6, 7, 9, 10, 11, 13 e 14 da CTASP.	10/12/2014
PL 3846/2008	Câmara dos Deputados - Acélio Casagrande (PMDB/SC)	Parecer do relator, Dep. Akira Otsubo, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 3.846/08 e dos PL's nºs 5.602/09, 5.603/09, 5.469/09 e 2.566/11, apensados, na forma do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com subemendas, e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária dos PL's nºs 5.182/09, 2.757/11, 7.378/10, apensados, e das emendas nºs 1/09 e 2/09 da CTASP ao PL nº 5.182/09.	10/12/2014
PDC 1292/2013	Câmara dos Deputados - Representação Brasileira no	Parecer do relator, Dep. Afonso Florence, pela adequação financeira e orçamentária.	10/12/2014

	Parlamento do Mercosul.		
PDC 1391/2013	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Parecer do relator, Dep. Nelson Marchezan Junior, pela adequação financeira e orçamentária.	25/03/2015
PL 123/2007	Câmara dos Deputados - Neilton Mulim (PR/RJ)	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária das Emendas do Senado Federal ao PL nº 123/07.	25/03/2015
PL 84/2011	Câmara dos Deputados - Weliton Prado (PT/MG)	Parecer do relator, Dep. Assis Carvalho, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 84/11, do PL nº 1.392/11, apensado, e dos Substitutivos da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.	25/03/2015
PL 5077/2009	Câmara dos Deputados - Silvio Torres (PSDB/SP)	Parecer do relator, Dep. Nelson Marchezan Junior, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação do Substitutivo do Senado Federal ao PL nº 5.077/09.	25/03/2015
PL 4129/2008	Câmara dos Deputados - Elcione Barbalho (PMDB/PA)	Parecer do relator, Dep. Assis Carvalho, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto, do Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família.	25/03/2015
PLP 146/2004	Câmara dos Deputados - Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)	Parecer do relator, Dep. Alfredo Kaefer, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família.	25/03/2015
PL 4859/2001	Câmara dos Deputados - Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)	Parecer do relator, Dep. Júlio Cesar, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	31/03/2015
PL 257/2011	Câmara dos Deputados - Arnaldo Jordy (PPS/PA)	Parecer do relator, Dep. José Guimarães, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 257/11 e do Substitutivo da Comissão de Direitos Humanos e Minorias; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 257/11, na forma do Substitutivo da CDHM.	31/03/2015
PL 7919/2014	MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	Parecer do relator, Dep. Lucio Vieira Lima, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do projeto, com emendas, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária das Emendas 1/2014,2/2014,4/2014,5/2014,10/2014,11/2014 apresentadas na Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público, da Subemenda adotada pela Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público, e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária das Emenda 3/2014 ,6/2014, 7/2014 ,8/2014 , e 9/2014 apresentadas na Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.	31/03/2015
PDC 1666/2014	Comissão de Relações	Parecer do relator, Dep. Enio Verri, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	15/04/2015

=> MSC 339/2014	Exteriores e de Defesa Nacional		
PL 7700/2006	Senado Federal - Sérgio Zambiasi (PTB/RS)	Parecer do relator, Dep. Rodrigo Maia, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL 7.700/06 e dos PL's 2.779/08, 2.898/08, 2.943/08, 3.902/08, 4.879/09, 5.044/09, 5.405/09, 5.565/09, 5.567/09, 5.570/09, 7.105/10, 7.640/10, 354/11, 4.352/12 e 6.156/13, apensados, e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL 1.546/07, apensado.	16/04/2015
PL 3236/2012	Câmara dos Deputados - Zé Silva (PDT/MG)	Parecer do relator, Dep. Giovani Cherini, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 3.236/12 e do PL nº 3.237/12, apensado; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 3.236/12 e pela rejeição do PL nº 3.237/12, apensado.	16/04/2015
PL 3169/2012	Câmara dos Deputados - Onyx Lorenzoni (DEM/RS)	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	22/04/2015
PL 880/2003	Câmara dos Deputados - Eduardo Cunha (PPB/RJ)	Parecer com Complementação de Voto, do Dep. Manoel Junior, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e pela adequação fina	22/04/2015
PL 2505/2000	Câmara dos Deputados - Lincoln Portela (PSL/MG)	Parecer do relator, Dep. André Figueiredo, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do PL nº 2505//2000 e do Substitutivo da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; e, no mérito, pela aprovação do PL 2.505/2000 e do Substit	22/04/2015
PL 5252/2013	Senado Federal - Humberto Costa (PT/PE)	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com emenda.	22/04/2015
PL 712/2011	Câmara dos Deputados - Jorge Corte Real (PTB/PE)	Parecer do relator com Complementação de Voto, do Dep. Alfredo Kaefer, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 712/11, do PL nº 1.239/11, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 712/11 e do PL nº 1.239/11, apensado, do Substitutivo da CTASP, com Subemenda Substitutiva.	22/04/2015
PL 1731/2007	Câmara dos Deputados - Augusto Carvalho (PPS/DF)	Parecer do relator, Dep. Júlio Cesar, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 1.731/07 e da emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e, no mérito, pela aprovação do PL nº 1.731/07 e da emenda da CTASP, com Substitutivo.	22/04/2015
PL 7921/2014	MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	Parecer do relator, Dep. Luiz Carlos Hauly, pela adequação financeira e orçamentária do projeto e da Emenda adotada pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.	22/04/2015

PL 6152/2013	Câmara dos Deputados - Onyx Lorenzoni (DEM/RS)	Parecer com Complementação de Voto, do Dep. Pauderney Avelino, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 6.152/13 e das emendas da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; e, no mérito, pela aprovação do Projeto, das emendas da CAPADR, com subemendas.	28/04/2015
PL 5173/2013	Câmara dos Deputados - Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Parecer do relator, Dep. Júlio Cesar, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição.	13/05/2015
PL 7889/2014	Tribunal Superior Eleitoral	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do projeto.	13/05/2015
PL 1868/2011	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária deste e da Emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.	13/05/2015
PL 7902/2014	Tribunal Superior do Trabalho	Parecer do relator, Dep. Andre Moura, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do projeto.	13/05/2015
PL 687/2007	Senado Federal - Luiz Otavio (PMDB/PA)	Parecer do relator, Dep. Júlio Cesar, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 687/07 e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária dos PL's nºs 864/07 e 3.289/08, apensados.	13/05/2015
PL 3238/2008	Senado Federal - Sérgio Zambiasi (PTB/RS)	Parecer da relatora, Dep. Leandre, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL 3.238/08, do PL 2.948/08, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura; e, no mérito, pela aprovação do PL 3.238/08 e do PL 2.948/08, apensado, na forma do Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura.	20/05/2015
PLP 37/2015	Câmara dos Deputados - Leonardo Picciani (PMDB/RJ)	Parecer com Complementação de Voto, Dep. Walter Alves, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação das Emendas nºs 1 e 2 do Senado Federal ao PLP nº 37/2015.	20/05/2015
PL 5777/2013	Câmara dos Deputados - Giacobbo (PR/PR)	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 5.777/13, da Emenda e subemenda adotadas pela Comissão da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.777/13, da Emenda e subemenda da CAPADR, com Substitutivo.	20/05/2015
PL 5827/2013	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com emenda.	10/06/2015
PL 412/2011	Câmara dos Deputados - Hugo Leal (PSC/RJ)	Parecer com Complementação de Voto, Dep. Edmar Arruda, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 412/11 e dos PLs nºs 923/11, 2.763/11, e 686/15, apensados e, no mérito, pela aprovação do PL nº 412/11, com emenda, e pela rejeição dos PLs nºs 923/11, 2.763/11, e 686/15, apensados.	10/06/2015

PL 6349/2013	Senado Federal - Vital do Rêgo (PMDB/PB)	Parecer com Complementação de Voto, Dep. Manoel Junior, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei 6.349/13, do PL 3.224/12, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família; e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei 6.349/13, com emenda, e pela rejeição do PL 3.224/12, apensado, e do Substitutivo da CSSF.	17/06/2015
PL 3256/2012	Senado Federal - Humberto Costa (PT/PE)	Parecer do relator, Dep. Helder Salomão, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL 3256/2012, do PL 4652/2012, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família	17/06/2015
PL 6279/2009	Câmara dos Deputados - Carlos Zarattini (PT/SP)	Parecer do relator, Dep. Enio Verri, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	24/06/2015
PL 1592/2011	Câmara dos Deputados - Geraldo Resende (PMDB/MS)	Parecer do relator, Dep. Alfredo Kaefer, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 1.592/11, do PL nº 2.631/11, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 1.592/11, do PL nº 2.631/11, apensado, e do Substitutivo da CCTCI.	24/06/2015
PL 5033/2013	Câmara dos Deputados - Fernando Jordão (PMDB/RJ)	Parecer do relator, Dep. Leonardo Quintão, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do PL 5033/2013 e do PL 5599/2013, apensado, e pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária, do PL 7234/2014, apensado; e, no mérito, pela aprovação do PL 5033/2013, do PL 5599/2013, apensado, e do PL 7234/2014, apensado, com Substitutivo.	24/06/2015
PDC 52/2015	Câmara dos Deputados - Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Parecer do relator, Dep. Bebeto, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.	24/06/2015
PL 3670/2012	Câmara dos Deputados - Pedro Uczai (PT/SC)	Parecer do relator, Dep. Enio Verri, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	24/06/2015
PL 5531/2009	Câmara dos Deputados - Geraldo Resende (PMDB/MS)	Parecer com Complementação de Voto, Dep. Tereza Cristina, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	24/06/2015
PL 6232/2013	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Parecer do relator, Dep. Jerônimo Goergen, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	01/07/2015
PL 3234/2012	Câmara dos Deputados - Valdir Colatto (PMDB/SC)	Parecer com Complementação de Voto, do Dep. Lucio Vieira Lima, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 3234/2012, do PL nº 4386/2012, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC); e, no mérito, pela aprovação do PL nº 3234/2012 e do PL nº 4386/2012, apensado, na forma do Substitutivo da CDEIC, com subemendas.	01/07/2015

PL 7755/2010	Senado Federal - Roberto Cavalcanti (PRB/PB)	Parecer da relatora, Dep. Simone Morgado, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 7755/2010, com a Emenda nº 6/2015, apresentada na Comissão de Economia, Indústria e Comércio (CDEIC), pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária das Emendas nºs 1/2015, 2/2015, 3/2015, 4/2015 e 5/2015, apresentadas na CDEIC, e das Emendas nºs 1 e 2 da CDEIC; e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária dos PL's nºs 763/2011, 925/2011, 3795/2012 e 4544/2012, apensados.	01/07/2015
PL 4135/2012	Senado Federal - Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	Parecer do relator, Dep. Junior Marreca, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 4135/2012 e dos PL's nºs 2459/2011 e 3569/2012, apensados.	01/07/2015
PL 7907/2014	Tribunal Superior do Trabalho	Parecer do relator, Dep. Lucio Vieira Lima, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	08/07/2015
PLP 592/2010	Câmara dos Deputados - Rodrigo Maia (DEM/RJ)	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição.	08/07/2015
PL 840/2011	Câmara dos Deputados - Chico Alencar (PSOL/RJ)	Parecer do relator, Dep. Edmilson Rodrigues, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 840/2011, do PL nº 1385/2011, apensado, do Substitutivo da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia e da emenda da Comissão de Desenvolvimento Urbano.	08/07/2015
PL 7980/2010	Poder Executivo	Parecer da relatora, Dep. Simone Morgado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 7980/2010, do Substitutivo e da subemenda da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.	15/07/2015
PDC 60/2015	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Parecer do relator, Dep. Enio Verri, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	15/07/2015
PL 1198/2007	Câmara dos Deputados - Assis do Couto (PT/PR)	Parecer do relator, Dep. Leonardo Quintão, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	15/07/2015
PL 6468/2005	Senado Federal - César Borges (PFL/BA)	Parecer da relatora, Dep. Simone Morgado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 6.468/05, dos PL's nºs 3.290/04, 956/07 e 7.715/10, apensados, do Substitutivo e das subemendas da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.	15/07/2015
PL 4090/2008	Câmara dos Deputados - Elcione Barbalho (PMDB/PA)	Parecer do relator, Dep. Alfredo Kaefer, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição.	15/07/2015
PL 958/2007	Câmara dos Deputados - Jilmar Tatto (PT/SP)	Parecer do relator, Dep. João Gualberto, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL n.º 958/2007 e dos PL's n.ºs 4425/2012 e 7783/2014, apensados.	15/07/2015

PL 4936/2013	Câmara dos Deputados - Gorete Pereira (PR/CE)	Parecer do relator, Dep. Miro Teixeira, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 4936/2013, dos PLs nºs 5511/2013 e 6048/2013, apensados, e do Substitutivo da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional (CINDRA); e, no mérito pela aprovação dos PLs nºs 5511/2013 e 6048/2013, apensados, na forma do Substitutivo da CINDRA, e pela rejeição do PL 4936/2013.	15/07/2015
PL 3982/2008	Câmara dos Deputados - Elcione Barbalho (PMDB/PA)	Parecer do relator, Dep. Assis Carvalho, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do projeto, da Emenda 1/08, apresentada na Comissão de Defesa do Consumidor, e da Emenda 1/11, apresentada na Comissão de Finanças e Tributação; e, no mérito, pela rejeição do projeto, da Emenda 1/08, apresentada na CDC, e da Emenda 1/11, apresentada na CFT.	15/07/2015
PL 331/2007	Câmara dos Deputados - José Guimarães (PT/CE)	Parecer da relatora, Dep. Tia Eron, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emendas.	15/07/2015
PL 409/2007	Senado Federal - Rodolpho Tourinho (PFL/BA)	Parecer do relator, Dep. Enio Verri, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 409/07, da Emenda nº 2/07 da Comissão de Minas e Energia (CME) e das emendas apresentadas na CFT; e, pela adequação financeira e orçamentária das Emendas nºs 1/07 e 3/07 da CME.	15/07/2015
PL 1376/2003	Câmara dos Deputados - Affonso Camargo (PSDB/PR)	Parecer do relator, Dep. Bruno Covas, pela incompatibilidade e inadequação orçamentária e financeira da emenda nº 1, do Senado Federal ao PL nº 1376/2003; e pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária da Emenda de nº 2, do Senado Federal.	15/07/2015
PL 25/1999	Câmara dos Deputados - Paulo Rocha (PT/PA)	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei 25/1999.	15/07/2015
PL 7910/2014	Tribunal Superior do Trabalho	Parecer do relator, Dep. Marcio Alvino, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	05/08/2015
PL 632/2007	Câmara dos Deputados - Lincoln Portela (PR/MG)	Parecer com Complementação de Voto, Dep. Aelton Freitas, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 632/2007, do Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) e da emenda apresentada na CFT; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 632/2007, do Substitutivo da CDC, com Substitutivo, e pela rejeição da emenda apresentada na CFT.	05/08/2015
PL 3208/2012	Câmara dos Deputados - Valadares Filho (PSB/SE)	Parecer do relator, Dep. Júlio Cesar, pela inadequação financeira e orçamentária do projeto e do Substitutivo da Comissão de Minas e Energia.	05/08/2015
PL 663/2011	Câmara dos Deputados - André Figueiredo (PDT/CE)	Parecer do relator, Dep. Davidson Magalhães, pela inadequação financeira e orçamentária.	05/08/2015



PL 7081/2010	Senado Federal - Gerson Camata (PMDB/ES)	Parecer do relator, Dep. Enio Verri, pela adequação financeira e orçamentária do PL nº 7.081/10, do PL nº 3.040/08, apensado, com emenda, do PL nº 5.700/09, apensado, do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família e do Substitutivo da Comissão de Educação; e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL nº 4.933/09, apensado.	12/08/2015
PL 753/2007	Câmara dos Deputados - Fábio Ramalho (PV/MG)	Parecer do relator, Dep. Aelton Freitas, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	12/08/2015
PL 1726/2011	Câmara dos Deputados - Rodrigo de Castro (PSDB/MG)	Parecer da relatora, Dep. Soraya Santos, pela inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1.726/2011, e do PL nº 1.807/2015, apensado.	12/08/2015
PL 3646/2012	Câmara dos Deputados - Diego Andrade (PSD/MG)	Parecer do Relator, Dep. Aelton Freitas, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	12/08/2015
PL 5095/2013	Câmara dos Deputados - Tiririca (PR/SP)	Parecer Vencedor, Dep. Hildo Rocha, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL 5095/2013 e da emenda da Comissão de Cultura; e, no mérito, pela aprovação do projeto e da emenda da CCULT.	12/08/2015
PL 3662/2000	Câmara dos Deputados - Jair Bolsonaro (PPB/RJ)	Parecer do relator, Dep. Hildo Rocha, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	19/08/2015
PL 3250/2012	Senado Federal - Lindbergh Farias (PT/RJ)	Parecer com Complementação de Voto, Dep. João Gualberto, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com emenda.	19/08/2015
PL 509/2011	Senado Federal - Flávio Arns (PSDB/PR)	Parecer com Complementação de Voto, Dep. João Gualberto, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária, com emendas, e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária da emenda da Comissão de Seguridade Social e Família.	19/08/2015
PL 4733/2009	Senado Federal - Valdir Raupp (PMDB/RO)	Parecer da relatora, Dep. Simone Morgado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 4.733/2009 e do PL nº 5387/2009, apensado.	19/08/2015
PL 7343/2010	Senado Federal - Marcelo Crivella (PRB/RJ)	Parecer da relatora, Dep. Tia Eron, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.	19/08/2015
PL 600/2011	Câmara dos Deputados - Augusto Coutinho (DEM/PE)	Parecer do relator, Dep. Zé Silva, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.	19/08/2015
PL 2479/2007	Câmara dos Deputados - Ivan Valente (PSOL/SP)	Parecer do relator, Dep. Edmilson Rodrigues, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária, com emenda, e no mérito, pela aprovação.	19/08/2015

PL 5038/2005	Câmara dos Deputados - Nelson Bornier (PMDB/RJ)	Parecer com Complementação de Voto, Dep. Soraya Santos, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 5.038/2005, dos PL's nºs 6.753/2006 e 1.023/2007, apensados, e da emenda da Comissão de Viação e Transportes (CVT); e, no mérito, pela aprovação do PL nº 6.753/2006, apensado, com a emenda da CVT, com emenda, e pela rejeição do PL nº 5.038/2005 e do PL nº 1.023/2007, apensado.	19/08/2015
PDC 101/2015	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Parecer da Relatora, Dep. Soraya Santos, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.	26/08/2015
PLP 270/2013	Câmara dos Deputados - Carlos Bezerra (PMDB/MT)	Parecer do relator, Dep. Edmar Arruda, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.	26/08/2015
PL 1606/2011	Câmara dos Deputados - Marçal Filho (PMDB/MS)	Parecer da relatora, Dep. Soraya Santos, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1606/2011 e do PL nº 2669/2011, apensado, na forma do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, com emenda.	26/08/2015
PL 1032/2011	Câmara dos Deputados - Dr. Ubiali (PSB/SP)	Parecer do relator, Dep. Hildo Rocha, pela inadequação financeira e orçamentária do PL nº 1.032/11, e dos PL's nºs 1.361/11, 3.225/12, apensados.	26/08/2015
PL 7155/2010	Senado Federal - Paulo Paim (PT/RS)	Parecer do relator, Dep. Assis Carvalho, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 7.155/10 e da Emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP); e, no mérito, pela aprovação do PL nº 7.155/10 e da Emenda da CTASP.	16/09/2015
PL 2141/2011	Senado Federal - Gerson Camata (PMDB/ES)	Parecer do relator, Dep. Mauro Pereira, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do PL 2141/2011, do PL 1491/2011, apensado, da emenda 1/2013 apresentada na Comissão de Finanças e Tributação e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de	16/09/2015
PL 1552/2015	Câmara dos Deputados - Soraya Santos (PMDB/RJ)	Parecer do relator, Dep. Hildo Rocha, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto e da Emenda da Comissão de Desenvolvimento Urbano.	16/09/2015
PL 6609/2009	Senado Federal - Demonstenes Torres (DEM/GO)	Parecer do relator, Dep. Hildo Rocha, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL 6.609/09 e dos PL's 6.770/06, 948/07, 1.357/07, 1.844/07, 6.860/10, 7.446/10 e 5.592/13, apensados; e, no mérito, pela aprovação do PL 6.609/09 e pela rejeição dos PL's 6.770/06, 948/07, 1.357/07, 1.844/07, 6.860/10, 7.446/10 e 5.592/13, apensados.	16/09/2015
PL 1383/2007	Câmara dos Deputados - Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)	Parecer com Complementação de Voto, Dep. Silvio Torres, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com emenda.	16/09/2015
PL 3083/2012	Senado Federal - Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	Parecer da relatora, Dep. Tereza Cristina, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.	16/09/2015

PL 4249/2008	Senado Federal - Garibaldi Alves Filho (PMDB/RN)	Parecer do relator, Dep. Leonardo Quintão, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 4.249/2008 e dos PL's nºs 1948/2007, 4852/2009 e 4871/2009, apensados; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 4249/2008, com Substitutivo, e pela rejeição do PL's nº 1948/2007, 4852/2009 e 4871/2009, apensados.	16/09/2015
PL 2872/2008	Câmara dos Deputados - Carlos Zarattini (PT/SP)	Parecer da relatora, Dep. Christiane de Souza Yared , pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 2.872/2008, do PL nº 2.492/2011, apensado, do Substitutivo da Comissão de Viação e Transportes; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 2.872/2008, do PL nº 2.492/2011, apensado, nos termos do Substitutivo da CVT, com subemenda.	23/09/2015
PL 5251/2005	Câmara dos Deputados - Eduardo Barbosa (PSDB/MG)	Parecer do relator, Dep. Marcus Pestana, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto e das emendas da Comissão de Segurança Social e Família, na forma das emendas de adequação.	23/09/2015
PL 6752/2010	Senado Federal - José Sarney (PMDB/AP)	Parecer do relator, Dep. Junior Marreca, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 6.752/2010 e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 6.752/2010, na forma do Substitutivo da CTASP.	23/09/2015
PL 3312/2008	Câmara dos Deputados - Beto Faro (PT/PA)	Parecer do relator, Dep. Rubens Otoni, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição.	23/09/2015
PL 2827/2011	Câmara dos Deputados - Alceu Moreira (PMDB/RS)	Parecer com Complementação de Voto, Dep. Luis Carlos Heinze, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto, com Substitutivo, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária da emenda da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; e, no mérito, pela aprovação do Projeto, com Substitutivo.	23/09/2015
PL 166/2015	Câmara dos Deputados - Aelton Freitas (PR/MG)	Parecer do relator, Dep. Rodrigo Pacheco, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 166/2015 e do PL nº 1041/2015, apensado; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 166/2015 e do PL nº 1041/2015, apensado, com Substitutivo.	23/09/2015
PLP 381/2014	Senado Federal - Vital do Rêgo (PMDB/PB)	Parecer do relator, Dep. Fernando Monteiro, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo.	23/09/2015
PL 6652/2013	Câmara dos Deputados - Jovair Arantes (PTB/GO)	Parecer da Relatora, Dep. Tia Eron, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Educação.	23/09/2015
PL 6358/2005	Câmara dos Deputados - Vicentinho (PT/SP)	Parecer do relator, Dep. Edmar Arruda, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	24/09/2015
PL 4149/2008	Senado Federal - Gim Argello (PTB/DF)	Parecer do relator, Dep. Aelton Freitas, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	24/09/2015

PL 2312/2000	Câmara dos Deputados - Ricardo Noronha (PMDB/DF)	Parecer do relator, Dep. Hildo Rocha, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 2312/2000 e dos PL's nºs 2388/2000, 2490/2000, 3437/2000, 3570/2000, 3671/2000, 3760/2000, 3761/2000, 4044/2001, 4225/2001, 4630/2001, 4657/2001, 4727/2001, 4948/2001, 5652/2001, 5992/2001, 6215/2002, 6611/2002, 6889/2002, 6902/2002, 7114/2002, 7373/2002, 7465/2002, 485/2003, 697/2003, 825/2003, 1023/2003 e 1465/2003, apensados, e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL nº 3165/2000, apensado; e, no mérito, pela rejeição do PL nº 2312/2000 e dos PL's nºs 2388/2000, 2490/2000, 3437/2000, 3570/2000, 3671/2000, 3760/2000, 3761/2000, 4044/2001, 4225/2001, 4630/2001, 4657/2001, 4727/2001, 4948/2001, 5652/2001, 5992/2001, 6215/2002, 6611/2002, 6889/2002, 6902/2002, 7114/2002, 7373/2002, 7465/2002, 485/2003, 697/2003, 825/2003, 1023/2003 e 1465/2003, apensados.	24/09/2015
PL 7681/2006	Senado Federal - Alvaro Dias (PSDB/PR)	Parecer do relator, Dep. Assis Carvalho, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	24/09/2015
PL 107/2011	Câmara dos Deputados - Sandes Júnior (PP/GO)	Parecer do relator, Dep. Alexandre Baldy, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 107/2011, dos PL's nºs 2.722/2011, 5.222/2013 e 7.358/2014, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Minas e Energia.	24/09/2015
PL 1717/2011	Câmara dos Deputados - Bruna Furlan (PSDB/SP)	Parecer do relator, Dep. Bebeto, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	24/09/2015
PL 5553/2009	Câmara dos Deputados - Décio Lima (PT/SC)	Parecer do relator, Dep. Alfredo Kaefer, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	24/09/2015
PL 1725/2011	Câmara dos Deputados - Rodrigo de Castro (PSDB/MG)	Parecer do relator, Dep. Mainha, pela inadequação financeira e orçamentária.	24/09/2015
PL 2961/2011	Câmara dos Deputados - Walney Rocha (PTB/RJ)	Parecer do relator, Dep. Enio Verri, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	24/09/2015
PL 2728/2007	Senado Federal - Cícero Lucena (PSDB/PB)	Parecer da relatora, Dep. Leandre, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL 2728/2007, do PL 3199/2008, apensado, e da Emenda apresentada na CFT.	24/09/2015
PL 2050/2011	Câmara dos Deputados - Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)	Parecer do relator, Dep. Enio Verri, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	24/09/2015
PL 4717/2004	Câmara dos Deputados - Comissão de Legislação Participativa	Parecer do relator, Dep. Rodrigo Martins, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 4717/2004 e da emenda da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, e pela adequação financeira e orçamentária do PL nº 2828/2008, apensado.	30/09/2015

PL 2868/2004	Câmara dos Deputados - Gonzaga Patriota (PSB/PE)	Parecer do relator, Dep. Rodrigo Martins, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; e, no mérito, pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo da CSPCCO, com subemenda.	30/09/2015
PL 7587/2010	Câmara dos Deputados - Décio Lima (PT/SC)	Parecer do relator, Dep. Rubens Otoni, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e, no mérito, pela aprovação do Projeto e do Substitutivo da CDEIC, com Substitutivo.	30/09/2015
PL 7713/2010	Câmara dos Deputados - Beto Faro (PT/PA)	Parecer com Complementação de Voto, Dep. Júlio Cesar, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo.	30/09/2015
PL 370/2011	Câmara dos Deputados - Alessandro Molon (PT/RJ)	Parecer do relator, Dep. Paulo Teixeira, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 370/2011, com a Emenda nº 1/2013 da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), e da Emenda nº 2/2013 da CSPCCO.	30/09/2015
PL 4293/2008	Câmara dos Deputados - Leonardo Picciani (PMDB/RJ)	Parecer do relator, Dep. Miro Teixeira, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 4.293/2008 e dos PL's nºs 4.499/2008, 5.149/2009 e 5.447/2009, apensados, com emendas, e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Ad	01/10/2015
PL 5738/2009	Senado Federal - Fátima Cleide (PT/RO)	Parecer da relatora, Dep. Tereza Cristina, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	01/10/2015
PDC 1577/2014	Senado Federal - Comissão de Assuntos Econômicos	Parecer do relator, Dep. Mauro Pereira, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	07/10/2015
PL 7768/2010	Câmara dos Deputados - Mauro Mariani (PMDB/SC)	Parecer do relator, Dep. Ricardo Barros, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.	07/10/2015
PDC 1464/2014	Senado Federal	Parecer do relator, Dep. Enio Verri, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	07/10/2015
PL 513/2011	Senado Federal - Magno Malta (PR/ES)	Parecer vencedor, Dep. Edmar Arruda, pela inadequação financeira e orçamentária.	07/10/2015
PL 7276/2010	Senado Federal - Rosalba Ciarlini (DEM/RN)	Parecer do relator, Dep. Mendonça Filho, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	08/10/2015
PLP 232/2012	Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)	Parecer do relator, Dep. Assis Carvalho, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	14/10/2015

PL 846/2011	Câmara dos Deputados - Hugo Leal (PSC/RJ)	Parecer do relator, Dep. Edmar Arruda, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 846/2011, com emenda, e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL nº 1620/2011, apensado; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 846/2011, com emenda.	14/10/2015
PL 5423/2013	Senado Federal - Lídice da Mata (PSB/BA)	Parecer do relator, Dep. Rodrigo Martins (PSB-PI), pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária.	14/10/2015
PL 549/2011	Câmara dos Deputados - Weliton Prado (PT/MG)	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto, na forma do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Urbano, com subemenda.	14/10/2015
PLP 105/2011	Câmara dos Deputados - Zeca Dirceu (PT/PR)	Parecer do relator, Dep. Enio Verri, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.	14/10/2015
PL 5011/2013	Senado Federal - Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	Parecer do relator, Dep. Rodrigo Martins, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo.	14/10/2015
PLP 55/2011	Câmara dos Deputados - Laercio Oliveira (PR/SE)	Parecer do Relator, Dep. Manoel Junior, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.	14/10/2015
PL 531/2011	Senado Federal - Marisa Serrano (PSDB/MS)	Parecer do relator, Dep. Alexandre Leite, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto, na forma do Substitutivo da Comissão de Turismo e Desporto.	14/10/2015
PLP 574/2010	Câmara dos Deputados - Gonzaga Patriota (PSB/PE)	Parecer do relator, Dep. Rodrigo Martins, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.	14/10/2015
PLP 245/2013	Câmara dos Deputados - Marcus Pestana (PSDB/MG)	Parecer do relator, Dep. Edmar Arruda, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	14/10/2015
PL 4354/2008	Câmara dos Deputados - Comissão de Legislação Participativa	Parecer do relator, Dep. Aluisio Mendes, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.	14/10/2015
PL 436/2007	Câmara dos Deputados - Elcione Barbalho (PMDB/PA)	Parecer do Relator, Dep. Benito Gama, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	15/10/2015
PL 7275/2010	Senado Federal - Flávio Arns (PSDB/PR)	Parecer do relator, Dep. Aelton Freitas, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	15/10/2015
PL 6712/2009	Senado Federal - Pedro Simon (PMDB/RS)	Parecer do relator, Dep. Afonso Florence, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	15/10/2015

PL 7062/2010	Senado Federal - Renan Calheiros (PMDB/AL)	Parecer do relator, Dep. Afonso Florence, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	15/10/2015
PL 4747/2009	Senado Federal - Sérgio Zambiasi (PTB/RS)	Parecer do relator, Dep. Rodrigo Martins), pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.	15/10/2015
PL 4706/2009	Senado Federal - Mário Couto (PSDB/PA)	Parecer da relatora, Dep. Simone Morgado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	15/10/2015
PL 5903/2009	Senado Federal - João Pedro (PT/AM)	Parecer do relator, Dep. Aelton Freitas, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	15/10/2015
PL 7546/2010	Câmara dos Deputados - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público	Parecer Vencedor, Dep. Enio Verri, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	15/10/2015
PLP 39/2011	Câmara dos Deputados - Izalci (PR/DF)	Parecer do relator, Dep. Pauderney Avelino, pela incompatibilidade financeira e orçamentária.	15/10/2015
PL 2251/2011	Câmara dos Deputados - Felipe Bornier (PHS/RJ)	Parecer do relator, Dep. Enio Verri, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.	15/10/2015
PL 1468/2007	Senado Federal - Cristovam Buarque (PDT/DF)	Parecer do relator, Dep. Afonso Florence, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1.468/2007, do PL nº 1.831/2007, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Educação; e pela adequação financeira e orçamentária das Emendas nºs 1/2007 e 2/2007 apresentadas na Comissão de Seguridade Social e Família.	15/10/2015
PL 5344/2009	Senado Federal - Fátima Cleide (PT/RO)	Parecer do relator, Dep. Andres Sanchez, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 5.344/009 na forma do Substitutivo da Comissão Educação e Cultura, com subemendas; e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária dos PL's nºs 5.384/2009, 6.272/2009, 7.331/2010, 1.006/2011 e 1.158/2011, apensados.	28/10/2015
PL 4133/2012	Senado Federal - Marcelo Crivella (PRB/RJ)	Parecer com Complementação de Voto, da Dep. Tia Eron, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo.	28/10/2015
PL 2892/2015	Câmara dos Deputados - Alex Manente (PPS/SP)	Parecer com Complementação de Voto, da relatora, Dep. Soraya Santos, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto, na forma do Substitutivo; pela inadequação financeira e orçamentária da emenda da Comissão de Turismo e, no mérito, pela aprovação do Projeto, com Substitutivo.	28/10/2015
PL 3595/2012	Senado Federal - Ana Amélia (PP/RS)	Parecer da relatora, Dep. Soraya Santos, pela compatibilidade financeira e orçamentária.	28/10/2015
PL 2161/2007	Câmara dos Deputados - Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)	Parecer do relator, Dep. Fábio Ramalho, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Sustentável.	29/10/2015
PL 495/2015	Câmara dos Deputados -	Parecer do relator, Dep. Ricardo Barros, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	29/10/2015

	William Woo (PV/SP)		
PL 694/2015	Câmara dos Deputados - Reginaldo Lopes (PT/MG)	Parecer do relator, Dep. Fábio Ramalho, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	29/10/2015
PL 1773/2015	Câmara dos Deputados - Carlos Manato (SD/ES)	Parecer do relator, Dep. Elizeu Dionizio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	29/10/2015
PL 4847/2009	Câmara dos Deputados - Dimas Ramalho (PPS/SP)	Parecer do relator, Dep. Hildo Rocha, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 4.847/2009 e do PL nº 6.260/2009, apensado.	29/10/2015
PL 56/2011	Câmara dos Deputados - Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	29/10/2015
PLP 56/2015	Câmara dos Deputados - Christiane de Souza Yared (PTN/PR)	Parecer do relator, Dep. Rodrigo Martins, pela inadequação financeira e orçamentária.	29/10/2015
PL 7508/2010	Senado Federal - Rosalba Ciarlini (DEM/RN)	Parecer do relator, Dep. Enio Verri, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 7.508/2010, do PLnº 4.182/2008, apensado, e da Emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.	29/10/2015
PL 4821/2012	Câmara dos Deputados - Fernando Francischini (PEN/PR)	Parecer do relator, Dep. Alfredo Kaefer, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e da Emenda da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.	29/10/2015
PL 6723/2010	Câmara dos Deputados - Lincoln Portela (PR/MG)	Parecer do relator, Dep. Aelton Freitas, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	29/10/2015
PL 5710/2013	Câmara dos Deputados - Giacobbo (PR/PR)	Parecer do relator, Dep. Aelton Freitas, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e da emenda da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.	29/10/2015
PL 5808/2013	Câmara dos Deputados - Valadares Filho (PSB/SE)	Parecer do relator, Dep. Rodrigo Martins, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	29/10/2015
PL 7617/2010	Câmara dos Deputados - Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)	Parecer do relator, Dep. Edmar Arruda, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 7.617/2010, dos PL's nºs 957/2011, 3.170/2012, 4.859/2012, 6.710/2013 e 722/2015, apensados, e da Emenda nº 1/10, apresentada na Comissão de Finanças e Tributação.	29/10/2015
PL 5913/2013	Câmara dos Deputados - Osmar Serraglio (PMDB/PR)	Parecer do relator, Dep. Andres Sanchez, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	29/10/2015
PLP 305/2013	Câmara dos Deputados - Giacobbo (PR/PR)	Parecer do relator, Dep. Walter Alves, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	29/10/2015
PL 4518/2012	Câmara dos Deputados -	Parecer do relator, Dep. Enio Verri, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	29/10/2015



	Nilson Leitão (PSDB/MT)		
PLP 324/2013	Câmara dos Deputados - Roberto Britto (PP/BA)	Parecer do relator, Dep. Jerônimo Goergen, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	29/10/2015
PL 614/2011	Câmara dos Deputados - Marco Tebaldi (PSDB/SC)	Parecer do relator, Dep. Enio Verri, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	29/10/2015
PL 6912/2013	Câmara dos Deputados - Carlos Bezerra (PMDB/MT)	Parecer do relator, Dep. Edmar Arruda, pela inadequação financeira e orçamentária.	29/10/2015
PL 7269/2014	Câmara dos Deputados - Marcio Bittar (PSDB/AC)	Parecer do relator, Dep. João Gualberto, pela inadequação financeira e orçamentária do PL nº 7.269/2014 e do PL 7.465/2014, apensado.	29/10/2015
PL 2914/2011	Câmara dos Deputados - Carlos Bezerra (PMDB/MT)	Parecer do relator, Dep. Edmar Arruda, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	29/10/2015
PL 4519/2012	Câmara dos Deputados - Nilson Leitão (PSDB/MT)	Parecer do relator, Dep. Enio Verri, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	29/10/2015
PL 6957/2013	Senado Federal - Renan Calheiros (PMDB/AL)	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	29/10/2015
PL 1285/2011	Câmara dos Deputados - Felipe Bornier (PHS/RJ)	Parecer da relatora, Dep. Simone Morgado, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.	29/10/2015
PL 6647/2013	Câmara dos Deputados - Jorge Corte Real (PTB/PE)	Parecer do relator, Dep. Pauderney Avelino, pela inadequação financeira e orçamentária.	29/10/2015
PL 3544/2012	Câmara dos Deputados - Tiririca (PR/SP)	Parecer do relator, Dep. Aelton Freitas, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	29/10/2015
PL 6876/2010	Câmara dos Deputados - Gorete Pereira (PR/CE)	Parecer da Relatora, Dep. Tereza Cristina, pela adequação financeira e orçamentária do Projeto e da Emenda nº 1/2011 apresentada na CFT.	04/11/2015
PL 889/2011	Câmara dos Deputados - Valadares Filho (PSB/SE)	Parecer do relator, Dep. Rodrigo Martins, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.	04/11/2015
PL 661/2007	Câmara dos Deputados - Wellington Fagundes (PR/MT)	Parecer da relatora, Dep. Tereza Cristina, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 661/2007 e do PL nº 1.513/2007, apensado, e pela inadequação financeira e orçamentária dos PLs nºs 2.263/2007 e 6.306/2009, apensados; e, no mérito, pela rejeição do PL nº 661/2007 e dos PLs nºs 1.513/2007, 2.263/2007 e 6.306/2009, apensados.	04/11/2015

PL 5439/2013	Câmara dos Deputados - Marcos Montes (PSD/MG)	Parecer do relator, Dep. Joaquim Passarinho, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária.	04/11/2015
PL 7646/2010	Câmara dos Deputados - Júlio Delgado (PSB/MG)	Parecer Vencedor, Dep. Enio Verri, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição.	04/11/2015
PL 1559/2015	Câmara dos Deputados - William Woo (PV/SP)	Parecer da relatora, Dep. Tereza Cristina, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo.	11/11/2015
PL 2794/2011	Câmara dos Deputados - Andre Moura (PSC/SE)	Parecer do relator, Dep. Edmar Arruda, pela inadequação financeira e orçamentária.	12/11/2015
PL 6189/2013	Câmara dos Deputados - Paes Landim (PTB/PI)	Parecer do relator, Dep. João Gualberto, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	12/11/2015
PL 8043/2010	Senado Federal - Patricia Saboya (PDT/CE)	Parecer da relatora, Dep. Tia Eron, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	12/11/2015
PL 40/2007	Câmara dos Deputados - Elcione Barbalho (PMDB/PA)	Parecer do relator, Dep. Andres Sanchez, pela inadequação financeira e orçamentária do Projeto, da Emenda nº 1/2011 apresentada na CFT e do Substitutivo da Comissão de Turismo e Desporto.	12/11/2015
PL 7707/2010	Câmara dos Deputados - Germano Bonow (DEM/RS)	Parecer do relator, Dep. Alexandre Leite, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	12/11/2015
PL 3160/2012	Câmara dos Deputados - Gilmar Machado (PT/MG)	Parecer do relator, Dep. Marcus Pestana, pela inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei 3.160/12 e dos PL's 5.051/13, 6.035/13, 6.143/13, 7.287/14 e 894/15, apensados.	12/11/2015
PL 695/2011	Câmara dos Deputados - Andre Moura (PSC/SE)	Parecer do relator, Dep. Enio Verri, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 695/2011 e das emendas da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.	12/11/2015
PL 6683/2009	Senado Federal - Serys Shessarenko (PT/MT)	Parecer do relator, Dep. Assis Carvalho, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	12/11/2015
PL 1438/2015	Câmara dos Deputados - Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	Parecer da relatora, Dep. Simone Morgado, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	12/11/2015
PL 2092/2007	Câmara dos Deputados - Marcos Montes (DEM/MG)	Parecer do relator, Dep. Ricardo Barros, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto, da Emenda nº 1/2007 apresentada na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) e do Substitutivo da CAPADR.	12/11/2015
PL 1842/2011	Câmara dos Deputados - Felipe Bornier (PHS/RJ)	Parecer do relator, Dep. Júlio Cesar, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	12/11/2015
PL 3824/2012	Câmara dos Deputados - Eduardo da Fonte (PP/PE)	Parecer do relator, Dep. Alfredo Kaefler, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	12/11/2015

PL 1299/2007	Câmara dos Deputados - Márcio França (PSB/SP)	Parecer do relator, Dep. Mauro Pereira, pela incompatibilidade financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1.299/2007, do PL nº 1.040/2011, apensado, e pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 1.943/2007, apensado; e, no mérito, pela rejeição do PL nº 1.943/2007, apensado.	17/11/2015
PL 6015/2013	Senado Federal - Roseana Sarney (PMDB/MA)	Parecer da relatora, Dep. Leandre, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL nº 6.015/2013, da emenda 1/2013 da Comissão de Integração Nacional Desenvolvimento Regional e Amazônia, e das emendas nºs 1/2013, 2/2013 e 3/2013 da Comissão de Desenvolvimento Urbano.	17/11/2015
PL 3601/2004	Câmara dos Deputados - Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)	Parecer do relator, Dep. João Gualberto, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei 3.601/2004 e dos PL's nºs 3.855/2004, 4.815/2005, 4.093/2008, 4.513/2008, 5.526/2009, 6.618/2009, 7.094/2010, 4.658/2012, 5.631/2013, 5.639/2013, 1.951/2015 e 2.271/2015, apensados.	17/11/2015
PL 2476/2011	Câmara dos Deputados - José Guimarães (PT/CE)	Parecer do relator, Dep. Assis Carvalho, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	17/11/2015
PL 1246/2011	Câmara dos Deputados - Arthur Oliveira Maia (PMDB/BA)	Parecer Vencedor, Dep. Enio Verri, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	17/11/2015
PL 2607/2011	Câmara dos Deputados - Felipe Bornier (PSD/RJ)	Parecer Vencedor, Dep. Enio Verri, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei 2.607/11 e dos PL's 6.167/13, 7.209/14 e 2.630/15, apensados.	17/11/2015
PDC 169/2015	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Parecer do relator, Dep. Andres Sanchez, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.	18/11/2015
PDC 165/2015	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Parecer da Relatora, Dep. Tia Eron, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.	18/11/2015
PDC 174/2015	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Parecer do relator, Dep. Andres Sanchez, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.	18/11/2015
PL 816/2003	Câmara dos Deputados - Sandes Júnior (PPB/GO)	Parecer do relator, Dep. Rubens Otoni, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Substitutivo do Senado Federal ao PL nº 816/2003.	18/11/2015
PDC 243/2015	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Parecer do relator, Dep. Valtenir Pereira, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	25/11/2015
PL 4434/2012	Câmara dos Deputados - Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	Parecer do relator, Dep. Pauderney Avelino, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	25/11/2015

PL 6095/2009	Câmara dos Deputados - Deley (PSC/RJ)	Parecer do relator, Dep. Edmar Arruda, pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 6.095/2009 e pela inadequação financeira e orçamentária do PL nº 7.298/2010, apensado; e, no mérito, pela rejeição do PL nº 6.095/2009.	25/11/2015
PL 202/2015	Câmara dos Deputados - Pompeo de Mattos (PDT/RS)	Parecer da relatora, Dep. Leandre, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo.	25/11/2015
PLP 35/2015	Câmara dos Deputados - Chico Lopes (PCdoB/CE)	Parecer com Complementação de Voto, Dep. Davidson Magalhães, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação,	25/11/2015
PL 5957/2013	Senado Federal - Lídice da Mata (PSB/BA)	Parecer com Complementação de Voto, Dep. Júlio Cesar, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 5.957/13, dos PL's nºs 7.605/2010, 1.048/2011, 3.026/2011, 8.172/2014, apensados, da emenda da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia e da emenda da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 5.957/13 e da emenda da CDEIC, com Substitutivo, e pela rejeição dos PL's nºs 7.605/2010, 1.048/2011, 3.026/2011, 8.172/2014, apensados e da emenda da CINDRA.	25/11/2015
PL 113/2011	Câmara dos Deputados - Sandes Júnior (PP/GO)	Parecer Vencedor, Dep. Pepe Vargas, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição.	02/12/2015
PL 2644/2011	Câmara dos Deputados - Alberto Filho (PMDB/MA)	Parecer do relator, Dep. Edmar Arruda, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária.	02/12/2015
PL 5124/2009	Câmara dos Deputados - Jefferson Campos (PTB/SP)	Parecer do relator, Dep. Aelton Freitas, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição.	02/12/2015
PL 7862/2014	Câmara dos Deputados - Rodrigo Garcia (DEM/SP)	Parecer da relatora, Dep. Tia Eron, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária.	02/12/2015
PL 7575/2006	Senado Federal - Tasso Jereissati (PSDB/CE)	Parecer do relator, Dep. Junior Marreca, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e da Emenda da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; e, no mérito, pela aprovação do Projeto e pela rejeição da Emenda da CAPADR.	02/12/2015
PL 5797/2009	Câmara dos Deputados - Felipe Maia (DEM/RN)	Parecer do relator, Dep. Junior Marreca, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 5.797/2009, do PL nº 325/2011, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Educação.	02/12/2015
PL 4521/2012	Câmara dos Deputados - Nilson Leitão (PSDB/MT)	Parecer do relator, Dep. Enio Verri, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	03/12/2015

PL 1558/2015	Câmara dos Deputados - William Woo (PV/SP)	Parecer do relator, Dep. Marcelo Álvaro Antônio, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	03/12/2015
PL 3671/2012	Câmara dos Deputados - Pedro Uczai (PT/SC)	Parecer do relator, Dep. Enio Verri, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	03/12/2015
PL 3500/2008	Câmara dos Deputados - Carlos Bezerra (PMDB/MT)	Parecer do relator, Dep. Hildo Rocha, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e da emenda apresentada na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.	03/12/2015
PL 8254/2014	Senado Federal - Humberto Costa (PT/PE)	Parecer do relator, Dep. Otavio Leite, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	03/12/2015
PL 3829/2004	Câmara dos Deputados - Lobbe Neto (PSDB/SP)	Parecer do Relator, Dep. Assis Carvalho, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 3.829/2004, do PL nº 7.436/2010, apensado, do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família e pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do PL nº 4.538/2012, apensado.	03/12/2015
PL 5676/2013	Câmara dos Deputados - Roberto Freire (PPS/SP)	Parecer do relator, Dep. Fernando Monteiro, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	03/12/2015
PDC 146/2015	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.	09/12/2015
MSC 379/2015	Poder Executivo	Parecer da relatora, Dep. Simone Morgado, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.	09/12/2015
PL 1311/2015	Câmara dos Deputados - Pompeo de Mattos (PDT/RS)	Parecer da relatora, Dep. Soraya Santos, pela adequação financeira e orçamentária, na forma do Substitutivo; e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo.	09/12/2015
PLP 402/2014	Câmara dos Deputados - Guilherme Campos (PSD/SP)	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei Complementar nº 402/2014 e do PLP nº 441/2014, apensado; e, no mérito, pela rejeição do PLP nº 402/2014 e do PLP nº 441/2014, apensado.	09/12/2015
PL 2281/2015	Câmara dos Deputados - Jutahy Junior (PSDB/BA)	Parecer do relator, Dep. João Gualberto, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	09/12/2015
PL 7421/2010	Senado Federal - Expedito Júnior (PSDB/RO)	Parecer do relator, Dep. Andres Sanchez, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do projeto e do Substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Sustentável.	09/12/2015
PL 7184/2014	Câmara dos Deputados - Paulo Magalhães (PSD/BA)	Parecer do relator, Dep. Rafael Motta, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	09/12/2015

PLP 571/2010	Câmara dos Deputados - Comissão de Legislação Participativa	Parecer do relator, Dep. Aelton Freitas, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei Complementar nº 571/2010 e do PLP nº 357/2013, apensado; e, no mérito, pela aprovação do PLP nº 571/2010 e pela rejeição do PLP nº 357/2013, apensado.	09/12/2015
PL 1777/2011	Câmara dos Deputados - Missionário José Olimpio (PP/SP)	Parecer do relator, Dep. Edmar Arruda, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e da emenda da Comissão de Educação e Cultura.	09/12/2015
PL 4302/2012	Câmara dos Deputados - Laercio Oliveira (PR/SE)	Parecer da relatora, Dep. Leandre, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.	09/12/2015
PL 7525/2010	Câmara dos Deputados - Elcione Barbalho (PMDB/PA)	Parecer do relator, Dep. Alexandre Baldy, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição.	09/12/2015
PL 3999/2012	Senado Federal - Lindbergh Faria (PT/RJ)	Parecer do Relator, Dep. Andres Sanchez, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 3.999/2012, do PL nº 1.667/2011, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 3.999/2012, do PL nº 1.667/2011, apensado, e do Substitutivo da CTASP, com subemenda.	09/12/2015
PLP 100/2011	Câmara dos Deputados - Domingos Sávio (PSDB/MG)	Parecer com Complementação de Voto do relator, Dep. Luiz Carlos Hauly, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei Complementar nº 100/2011 e do PLP nº 241/2013, apensado; e, no mérito, pela aprovação do PLP nº 100/2011, com emenda, e pela rejeição do PLP nº 241/2013, apensado.	09/12/2015
PL 6470/2013	Câmara dos Deputados - Mara Gabrielli (PSDB/SP)	Parecer da relatora, Dep. Simone Morgado, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária.	09/12/2015
PL 5336/2013	Senado Federal - Ciro Nogueira (PP/PI)	Parecer do relator, Dep. Aelton Freitas, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação.	09/12/2015
PL 7353/2010	Câmara dos Deputados - Marcos Montes (DEM/MG)	Parecer da relatora, Dep. Leandre, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL nº 1.855/11, apensado, e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL nº 7.353/10 e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família.	09/12/2015
PL 1030/2015	Poder Executivo	Parecer do relator, Dep. Manoel Junior, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária.	16/12/2015
PDC 84/2015	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Parecer do Relator, Dep. Pauderney Avelino, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.	16/12/2015

PL 3917/2008	Senado Federal - Expedito Júnior (PR/RO)	Parecer da relatora, Dep. Leandre, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto, na forma do Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura.	16/12/2015
PL 6266/2005	Câmara dos Deputados - Comissão de Legislação Participativa	Parecer da relatora, Dep. Simone Morgado, pela adequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF); e, no mérito, pela aprovação do Projeto e do Substitutivo da CSSF, com subemenda.	16/12/2015
PL 84/2015	Câmara dos Deputados - Pompeo de Mattos (PDT/RS)	Parecer do relator, Dep. Hildo Rocha, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e da emenda da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO); e, no mérito, pela aprovação do Projeto e da emenda da CSPCCO.	16/12/2015
PL 2290/2015	Senado Federal - José Serra (PSDB/SP)	Parecer do relator, Dep. Silvio Torres, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 2.290/2015, dos PL's nºs 1.705/2015 e 1.619/2015, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU); e, no mérito, pela aprovação do PL nº 2.290/2015, dos PL's nºs 1.705/2015 e 1.619/2015, apensados, e do Substitutivo da CDU.	16/12/2015

\*Consta na relação apenas os projetos principais, no campo parecer consta informação sobre os projetos apensados.